

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIDA NO DIA CINCO DE NOVEMBRO E CONTINUADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2002.** -----

----- **ACTA NÚMERO TREZE** -----

----- No dia 12 de Novembro de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egipto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Modesto Fernandes Navarro, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Helena Carvalho dos Santos Oliveira Lopes, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria

Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Proa, Rui Manuel Santos Matos Alves, António Manuel Passos Rapoula, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Pedro Miguel Alves Amaro, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dimas Bernardes Salsinha, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Sérgio Rui Lopes Cintra, Eduardo Pereira Marques. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, Isabel Maria de Almeida e Castro, João de Deus Gomes Pires, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José Luís Teixeira Ferreira, Manuel Mendes Nobre Gusmão, Manuel Nuno da Costa Estorninho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho,. -----

----- António Silva Preto (PSD), por um dia, não tendo sido substituído. -----

----- Francisco José Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Prôa. -----

----- Maria Helena Carvalho dos Santos (PS), de 20 de Novembro de 2002 a 30 de Janeiro de 2003. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Miguel Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por 10 dias, sendo substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Páscoa Baptista. -----

----- Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Rodrigo Gonçalves (CDS-PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Pedro Miguel Alves Amaro. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----
----- Nuno Estorninho (PSD), relativamente à presente reunião. -----
----- Abílio Ferreira (PCP), relativamente à presente reunião. -----
----- Saldanha Serra (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 5 de Novembro de 2002. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião referindo que esta era a segunda da Sessão Extraordinária iniciada no passado dia 5 e de cuja Ordem de Trabalhos restavam para discussão e votação os pontos 1, 2 e 5, começando-se a reunião por este último ponto visto que a sua discussão já tinha sido iniciada na reunião anterior. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 413/2002 – APROVAR AS ALTERAÇÕES DA ACTUAL TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS RELATIVAS AO PAVILHÃO CARLOS LOPES, CASAL VISTOSO E S. JOÃO DE BRITO, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **O Senhor Presidente** lembrou que o debate desta proposta já tinha sido iniciado e não tinha sido concluído por serem necessárias explicações por parte do Sr. Vereador Pedro Feist, a quem dava a palavra porque certamente teria uma ideia dos problemas que foram postos. Mas, de qualquer maneira, dava-lhe a palavra para fazer também a apresentação da proposta e depois os Srs. Deputados Municipais fariam as intervenções que entendessem e o Sr. Vereador voltaria a responder. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela visava corrigir as taxas actualizando-as, mas julgava que os Deputados Municipais teriam em seu poder não só a discussão havida em Câmara onde constavam as questões levantados pelos Vereadores do PCP e do PS, como certamente teriam também uma explicação que solicitara aos serviços para fundamentar as diversas formas de construção dos preços, por forma a seguir uma gestão que tivesse em conta as diferentes instituições que solicitavam os alugueres. -

----- Acrescentou que as taxas propostas eram visivelmente mais baratas que as taxas aplicadas nos Municípios vizinhos e noutros equipamentos desportivos não municipais da cidade, para já não falar no Pavilhão Atlântico que tinha, naturalmente, taxas muito mais altas. Mas ficava à disposição para responder às questões que desejassem colocar-lhe. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que a proposta 413/2002 visava o aumento das taxas de utilização do Pavilhão Carlos Lopes e do Pavilhão do Casal Vistoso, e numa cidade em que os clubes e colectividades populares não possuíam pavilhões para treinos e competição, aumentar os preços de utilização seria arrastar os clubes e colectividades, que a Câmara vinha votando ao abandono, para uma situação ainda mais difícil. Ao não atribuir o apoio necessário para as actividades, a Câmara impossibilitava dessa forma centenas de jovens da prática desportiva. -----

----- O argumento de que o aumento dos preços de utilização do Pavilhão Carlos Lopes em 7,20 euros e 9,70 euros no Pavilhão do Casal Vistoso não eram significativos, só poderia vir de alguém que desconhecia totalmente a realidade. É que estavam a falar de clubes e colectividades sem fins lucrativos, em que os seus directores não eram remunerados e muitas vezes até pagavam esses encargos dos seus próprios bolsos. -----

----- Portanto, esses aumentos, a serem aplicados, seriam uma medida injusta e desumana em relação às colectividades populares da Cidade de Lisboa, pelo que o PCP iria votar contra a proposta e recomendava que a Câmara Municipal de Lisboa solicitasse às Juntas de Freguesia uma relação dos clubes e colectividades que tinham actividades desportivas em pavilhões, com vista a que essas pudessem continuar a pagar as taxas que vinham pagando até agora, ou atribuir-lhes um subsídio para que pudessem pagar as taxas que agora se pretendiam aplicar. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que aproveitando, desta vez, a oportunidade para a prestação de esclarecimentos sobre a proposta, já que se encontrava presente o Sr. Vereador Pedro Feist, reiterava algumas das questões que tinha colocado na última reunião e em relação às quais ainda não tinha obtido os devidos esclarecimentos. -----

----- Desde logo, se na elaboração da proposta se tinha tido em consideração o perfil dos utilizadores dos espaços cujas taxas agora se pretendiam aumentar. Ou seja, aparecia discriminada a hipótese de concessão de um desconto para os clubes federados. Os outros clubes não federados, que por uma natureza organizacional se não eram federados era porque não tinham meios para o serem, portanto dispunham de menos possibilidades financeiras para suportar o aumento das taxas, mas relativamente a esses clubes, à luz da proposta, não se previa qualquer desconto. A pergunta, portanto, era porquê essa discriminação que o PS considerava injustificada. -----

----- Outra dúvida que levantaram, e essa já no que concerne a um enquadramento legal, era porquê apresentar nesta altura mais um aumento nas taxas se se aproximavam da apresentação e discussão do Orçamento para 2003, onde esta matéria podia e devia ser novamente abordada. -----

----- Por outro lado, uma questão que também queriam suscitar tinha a ver com a publicidade, porque, se deparavam com um aumento indiscriminado na utilização dos pavilhões, não se percebia que esse aumento não fosse acompanhado dum aumento das receitas publicitárias. Ou seja, porque era que as receitas suportadas por entidades com capacidade para publicitarem os seus produtos e naturalmente também com capacidade para suportarem um aumento com as taxas dessa publicidade, não eram também incluídas nessa taxa geral de aumento de encargos. -----

----- Rematou dizendo que o PS reservava a decisão quanto ao voto até aos esclarecimentos que o Sr. Vereador entendesse prestar. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para prestar os esclarecimentos pedidos, começou por aludir à questão dos descontos ou não descontos nas taxas para os clubes federados e não federados, dizendo que não teve

tempo para consultar essa matéria mas pedia que vissem no ponto 4 das observações onde estavam contempladas situações que englobavam os clubes não federados, porque se mesmo assim as dúvidas persistissem depois esclareceria, novamente, a questão. -----

----- Quanto à pergunta porquê agora, disse que a proposta era de Agosto. Nesta altura se calhar justificar-se-ia que ela aparecesse englobada na Proposta de Orçamento para o próximo ano, concordava que em termos de funcionamento financeiro seria mais lógico, mas o facto era que ela vinha desde Agosto e, teoricamente, em Setembro deveriam ter aprovado as taxas e estariam já nesta altura com a actualização feita. Agora, que estavam em Novembro, se porventura as taxas fossem aprovadas nesta altura a sua implementação até à altura da aprovação do Orçamento ficava feita. -----

----- Sobre as receitas publicitárias, disse que pessoalmente subscrevia a preocupação do PS, mas não era ao Departamento de Desporto que competia fazer essa alteração às taxas da publicidade mas sim ao Departamento de Publicidade. Contudo, não deixaria de recomendar essa questão até porque com isso poderiam compensar um pouco também alguma discrepância nessa questão das taxas. -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal António Cunha, disse que ele começara por dizer que numa cidade que não possuía pavilhões, numa cidade em que a Câmara tinha votado ao abandono os equipamentos desportivos, mexer nas taxas não era bom. Concordava em absoluto com isso e daí a prioridade que dava na sua actuação, enquanto responsável pelo Pelouro do Desporto, aos equipamentos. Era para os equipamentos que queria canalizar os dinheiros, era nos equipamentos que queria robustecer toda a oferta desportiva da Cidade de Lisboa e, naturalmente, com essa prioridade que estabelecera ia ao encontro da preocupação manifestada pelo referido Deputado Municipal. -----

----- Quanto a atribuir subsídios para que as colectividades pudessem pagar as taxas, disse que isso não era de todo novo, porquanto se era certo que ao não isentar ninguém para que houvesse um tratamento igual, também era verdade que em determinadas circunstâncias já tinha concedido subsídios a pequenas colectividades para depois poderem fazer face aos encargos resultantes da aplicação as taxas municipais. Mas, naturalmente, isso eram questões casuísticas que não estavam previstas neste Regulamento. Era uma gestão casuística que só aplicava em casos muito especiais, casos que dissessem respeito a colectividades com manifesta incapacidade financeira para fazer face às taxas que eram apresentadas. -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que queria deixar ali o testemunho de uma situação que ontem se tinha passado consigo, relativamente à Escola n.º 185 do ensino básico, das Galinheiras. -----

----- Essa escola pedira, no final do ano lectivo, as instalações do Pavilhão do Casal Vistoso para levar lá os miúdos fazer demonstrações das várias actividades desportivas que foram realizando ao longo do ano, e gostaria que o Sr. Vereador lhe explicasse como era possível que a uma escola do ensino básico, que não tinha

dinheiro e que constantemente estava a pedir apoios à Junta de Freguesia, se tivesse pedido um valor para utilização desse pavilhão. -----

----- Desejava que o Sr. Vereador explicasse como era que essa e outras escolas do género do Concelho de Lisboa teriam possibilidade de pagar taxas pelo uso de instalações para no final do ano lá poderem levar os seus miúdos. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist** respondeu dizendo que a questão acabada de referir tinha sido completamente isenta de taxas, apenas se aplicaram os custos de funcionamento para além das horas normais de serviço. Ou seja, apenas pagaram as horas extraordinárias no montante de cento e poucos euros. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que se o Sr. Vereador Pedro Feist não conseguira explicitar as dúvidas que foram colocadas pelo seu camarada, Deputado Municipal João Pinheiro, e estavam perfeitamente convictos que esta proposta iria ser muito onerosa para os clubes da Cidade de Lisboa.

----- Mas como era a proposta que o Sr. Vereador Pedro Feist pretendia apresentar e fazer aprovar, o PS não a iria inviabilizar mas queria que ficasse registado que daqui por uns meses, quando os clubes viessem bater à porta da Câmara Municipal de Lisboa, iriam cobrar-lhe isso porque, manifestamente, esta proposta era um erro político. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, disse que para além de concordar com o que foi dito pelos oradores anteriores em relação às taxas pelo aluguer dos espaços já referidos, os pavilhões Carlos Lopes e do Casal Vistoso, pretendia referir-se ao ponto que se prendia com o aluguer de equipamentos e as indemnizações que as instituições que os alugavam teriam que pagar integralmente se eles, por uma razão ou por outra, se degradassem. -----

----- De facto, quanto a si, nada mais injusto que esta situação no que se referia às colectividades de cultura e recreio, já que eram elas que se substituíam à Câmara numa política desportiva que a Câmara não tinha, ou que pelo menos neste momento não era apontada. Efectivamente, as colectividades, através dos seus dirigentes, ocupavam os jovens procurando desviá-los da droga, do roubo e da prostituição, de uma forma sadia através da prática desportiva. E depois, só porque estragavam uma baliza, uma rede ou porque rebentava uma bola, a colectividade era obrigada a pagar. Ou seja, era penalizada por se substituir à Câmara numa política desportiva que deveria ser a própria Câmara a incentivar. -----

----- Portanto, não podia concordar com isso e entendia que o Sr. Vereador deveria reformular a proposta no sentido de encorajar a prática desportiva através do movimento associativo e não o limitar através deste tipo de Regulamento. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, novamente no uso da palavra, disse que já ali tinha dito que as colectividades e clubes da cidade eram instituições que, pela sua natureza popular e pelas suas características, não tinham meios financeiros para poderem suportar este tipo de taxas, porque, apesar de no ponto 4 se dizer que haveria um desconto de 50 e 60%, tal não deixava de significar um aumento de 40% na aplicação das taxas. -----

----- Referiu que quando diziam que as colectividades e clubes do Concelho de Lisboa deveriam ter uma taxa de acordo com aquela que era aplicada em 2001, era porque elas pagavam nessa altura 5 euros por treino e hoje pagavam 40 euros, o que, de facto, era demasiado para esse tipo de instituições. -----

----- Daí voltar novamente a usar da palavra para repetir a proposta que há pouco fizera, e sobre a qual o Sr. Vereador não se pronunciara, no sentido das Juntas poderem cooperar nesta questão com a indicação à Câmara das dificuldades económicas e financeiras desses clubes para a que Câmara pudesse ter em conta a aplicação de um preço reduzido ao mínimo na utilização dessas instalações. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, disse que se calhar teria ouvido mal, mas realmente chocara-o ver ali um seu colega Presidente de Junta dizer que uma escola de 1º ciclo tivera de pagar instalações municipais para que os seus alunos pudessem praticar educação física. É que, ele próprio, além de ser Presidente de Junta, era professor do 1º ciclo, e chocava-o aquilo que acabara de ouvir. Aliás, gostava que a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, como responsável pelo Pelouro da Educação, se estivesse ali presente desse a sua opinião sobre essa matéria. -----

----- Disse, depois, que as escolas do 1º ciclo andavam a mendigar apoios quando elas eram da responsabilidade da Câmara. A Câmara avançara com o projecto de educação física nas escolas mas havia escolas que não tinham instalações! Seriam as escolas do 1º ciclo que teriam que pagar essas instalações quando elas próprias andavam a mendigar verbas às Juntas de Freguesia, nomeadamente para papel higiénico e material de desgaste que não tinham? -----

----- Iriam agora exigir às escolas do 1º ciclo que pagassem instalações desportivas? Isso, quanto a si, era uma vergonha! -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que ouviu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Vereador Pedro Feist relativamente à primeira intervenção que efectuara, em que o remetera para o ponto 4 das observações para encontrar a resposta à questão das discriminação entre clubes federados e não federados. Ora, lendo esse ponto 4 via que estavam abrangidos nos descontos de 60% as equipas femininas e as equipas cujo escalão etário fosse igual ou inferior a 16 anos, pelo que se era intenção do Pelouro abranger os clubes não federados nesse desconto de 60% deveria a proposta ser reformulada ou então mantinha a crítica relativamente à discriminação, a seu ver injustificada, entre clubes federados e não federados. -----

----- Disse, ainda, que reiterava as considerações feitas por alguns colegas seus de quão importante era a actividade desses clubes no acesso ao desporto pelos municípios. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, disse que havia algo na proposta que não era entendível por ninguém. Se era a Escola 185 neste exemplo – mas outras se seguiriam – que era uma escola do ensino básico, ela era da responsabilidade do Município e como tal não fazia sentido que tivesse que pagar. Aliás essas escolas nunca pagaram até porque eram conhecidas pela população como escolas da Câmara. -----

----- Portanto, não fazia sentido a própria Câmara impor que uma escola tinha que pagar quando ela era da sua responsabilidade. Pessoalmente não poderia votar esta proposta sem um esclarecimento cabal sobre esta matéria e, por isso, solicitava ao Sr. Vereador que, uma vez por todas, esclarecesse a Assembleia. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, novamente no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por se referir à intervenção do Deputado Municipal António Pereira dizendo que a Câmara fazia cedências de material sem quaisquer custo, e só em determinadas circunstâncias, quando viam que havia vandalização no seu retorno, é que, eventualmente, se pedia o pagamento do custo da reparação, o que era normal para a Câmara poder salvaguardar os seus equipamentos. No entanto, acentuou, a Câmara não levava um cêntimo por ceder equipamento a quem quer que fosse. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal António Cunha estava a lavrar num pequeno lapso quando comparava esta tabela com a tabela de 2001 e não com a de 2002, porque aí encontraria logo uma diferença sobre os valores que apontara. -----

----- Relativamente à questão da escola, apontada por dois Deputados Municipais, disse que se tratara de um pedido casuístico para um festival de artes marciais, tendo a Câmara isentado a escola do pagamento de quaisquer taxa mas exigido o pagamento das horas extraordinárias do pessoal, que, como já referira, atingiram um valor na ordem dos 100 euros. -----

----- Era óbvio que seria importante que se encontrassem, nos projectados encontros dos Pelouros do Desporto e da Educação, uma resposta convergente por forma a que pudessem evitar que houvesse apoios em duplicado em matéria de escolas. Esta, no entanto, foi uma solução perfeitamente avulsa do tal festival de artes marciais dessa escola, que de acordo com a informação que lhe chegara era uma escola 1,2+3. De qualquer maneira, ainda iria ver o assunto. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal João Pinheiro, disse que a Câmara dava prioridade absoluta à formação, e a formação estava lá nesse tal ponto 4. Essa era a opção, eventualmente política, que lhe parecia mais positiva. Naturalmente depois desenvolviam-se outras actividades para outros escalões etários que já não tinham a ver com a formação, mas a prioridade que se estabelecera, de facto, foi a formação. Isso, porém, não queria dizer que no futuro não se viesse a rever toda essa política e toda essa perspectiva dos atletas não federados. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Maria Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, disse que estava a seguir o debate e até nem estava com intenção de intervir porque o PS já tinha declarado que se ia abster, portanto a proposta ia passar e não haveria grande necessidade de intervir. -----

----- No entanto, como às vezes era difícil ter ali o Sr. Vereador Pedro Feist, desejava fazer-lhe uma pergunta que tinha muito a ver com os instrumentos municipais à disposição das populações. -----

----- Referiu, então, que as Juntas de Freguesia fizeram, juntamente com a Câmara Municipal, de quem, aliás, era a ideia, a acção Praia-Campo. Mas, para seu espanto e de outros Presidentes de Junta, quando se deslocaram à piscina do Campo Grande

tiveram que pagar. É que já não eram só as escolas que tinham que pagar, até a sua Junta de Freguesia teve que pagar pelos 60 meninos que levava à piscina do Campo Grande! Isso era grave e passava-se no Pelouro do Sr. Vereador Pedro Feist! -----
----- Disse, ainda, que enviara uma carta no dia 28 de Maio a solicitar uma reunião com o Sr. Vereador Pedro Feist que ainda não respondera, o que era grave também! Alguém teria que dar respostas a isto! -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, novamente no uso da palavra, disse que não sabia como reagiria o Sr. Vereador Pedro Feist se estivesse, como ele estivera ontem, da parte da tarde, na Escola n.º 185, e a Directora da Escola lhe dissesse: “Sr. Presidente, parece impossível nós termos que ir pagar à volta de 97 euros para utilizarmos um pavilhão que é da Câmara Municipal!” E depois acrescentara ainda: “Somos uma escola de risco, situada na zona em que está situada, com famílias extremamente carenciadas, vamos pedir à Junta que nos ceda o transporte – o aluguer, portanto, de dois autocarros – e como é que o Sr. Presidente vê o pagamento da utilização de um pavilhão que é da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- Sinceramente dizia que ficara extremamente indignado, e continuaria indignado se a Câmara não alterasse, em relação às escolas primárias do ensino básico, a sua proposta. -----

----- Por isso, o que pedia era que a Câmara analisasse melhor esta proposta, que se suspendesse agora a sua discussão e a voltassem a reanalisa-la na próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, novamente no uso da palavra, disse que não tinha percebido a explicação do Sr. Vereador e por isso insistia para que fosse concretamente esclarecido se, daqui para o futuro, as escolas do 1º ciclo teriam que pagar as horas extraordinárias se utilizassem os pavilhões polidesportivos da Câmara Municipal. -----

----- Isto porque, se era assim, desejava saber qual era a opinião da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, responsável pelo Pelouro da Educação, bem como qual era a opinião do Sr. Presidente da Câmara e também a dos seus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, independentemente da côr política de cada um. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que em relação à questão acabada de colocar desejava esclarecer que, efectivamente, parecia preocupante, e até comovente para quem ouvia, que as escolas do ensino básico pagassem pela utilização de pavilhões polidesportivos, mas tinha que dizer que quem pagava era a Câmara, porque, de facto, era a Câmara quem pagava a si própria se fosse esse o caso já que havia um acerto entre os Pelouros. -----

----- Dando um exemplo, disse que a Câmara Municipal de Lisboa tinha que pagar, entre Estado, a outras Câmaras e por exemplo também à Parque-Expo pela utilização do Pavilhão Atlântico, e um preço verdadeiramente inoportuno que nada tinha a ver com aquilo que deveria ser o relacionamento entre órgãos do Estado. Era diferente, evidentemente que sim porque neste caso era dentro da Câmara. -----

----- Mas, como esclarecera o Sr. Vereador Pedro Feist, se havia horas extraordinárias havia um orçamento do Pelouro da Educação como havia um orçamento do Pelouro do Desporto, e era uma mera questão de gestão orçamental que o Pelouro do Desporto não tivesse que pagar horas extraordinárias pelo que era utilizado pelo Pelouro da Educação. -----

----- Isso, disse, era da responsabilidade do Executivo, pelo que discutir essas questões, quiçá até a côr dos lápis, era o que faltava. Não eram os pais que pagavam, não eram as crianças que pagavam, eram verbas que eram transferidas pela Câmara dentro do seu Orçamento, ou até para Juntas de Freguesia, ou até para apoio a escolas. Nem as crianças nem os pais eram prejudicadas. -----

----- Portanto, qual era aqui o problema? Era uma questão de gestão financeira! -----

----- Se o Deputado Municipal que levantara a questão lhe dissesse que não fazia sentido o Pelouro do Desporto andar a pagar ao Pelouro da Habitação, um dia, quando fosse Vereador ou Presidente da Câmara geriria o Orçamento como entendesse, mas enquanto fosse este Executivo era assim que seria gerido. -----

----- Terminou dizendo que era escusado fazer um drama à volta disso, porque não eram as crianças mas sim a Câmara que pagava a si própria. Já tinham todos tantos problemas que lhes iam ocupando o dia-a-dia que lhe parecia um bocadinho abaixo de um determinado nível de exigência que estivessem a usar as crianças, os pais e as escolas como se a Câmara estivesse a levar dinheiro para as crianças fazerem ginástica. Inventaram um programa para as escolas, as escolas não tinham instalações desportivas, mas não tinham desde quando? Foi este Executivo que as fechou em 12 anos? -----

----- **A Deputada Ana Maria Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que não achava que o que ali discutiam fosse de sobremaneira menor em relação aquilo que o Sr. Presidente da Câmara quisesse ou não ver ali discutido, já que o que ali discutiam eram as propostas que eram apresentadas pela Câmara. -----

----- Disse, depois, que a acção Praia-Campo era da Câmara Municipal de Lisboa e a sua Junta pagara à piscina do Campo Grande mais de três euros por cada miúdo que lá levava. Tinha a factura, se o Sr. Presidente quisesse podia mandar-lha para o seu Gabinete, mas, de qualquer maneira, queria uma resposta acerca disso. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Sr. Presidente da Câmara podia dizer o que quisesse, mas também ele tinha o direito de dizer o que queria, não era com certeza o Sr. Presidente da Câmara que lhe dizia o que ele devia dizer ou não devia dizer. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara não era professor de 1º ciclo pelo que, se calhar por desconhecimento, não sabia qual o funcionamento das escolas do 1º ciclo. O orçamento de uma escola do 1º ciclo não era financiado a 100% pela Câmara Municipal, mas se fosse como o Sr. Presidente da Câmara dizia perguntava directamente ao Sr. Vereador Pedro Feist se a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa pagara depois à Escola 185 a verba que essa escola já tinha pago! É que não

era um procedimento interno dentro da Câmara! As escolas tinham orçamento próprio que geriam com verbas que eram da Câmara, das Juntas de Freguesia, de Pais e do Ministério da Educação, e eram eles que geriam esse orçamento, não era a Câmara Municipal de Lisboa! Não havia ali transferência de um Pelouro para o outro, havia a transferência de uma instituição que se chamava escola para outra instituição que se chamava Câmara Municipal de Lisboa. E quando o Sr. Presidente da Câmara dizia que havia coisas mais importantes, dizia-lhe que pensar nas escolas e nos apoios às escolas também era importante. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a primeira vez que esta questão das taxas veio a Assembleia, noutra âmbito, foi ele próprio que a trouxe a propósito do problema passado com a Casa de Trás-os-Montes, tendo então contado o que se passara com o aniversário dessa instituição. --

----- Tiveram uma reunião na Comissão de Educação, Desporto e Juventude, com o Vereador Pedro Feist que lhes disse que estava contra os subsídios, discutiram isso francamente, e tinha sido claro ao dizer que iria privilegiar os espaços. -----

----- Ontem estive no aniversário do Ginásio do Alto do Pina onde ouviu coisas muito sérias sobre a ausência de apoios às colectividades de Lisboa, pelo que seria bom que tudo isso fosse ponderado e não tentassem tapar o sol com uma peneira, porque falavam de espaços e depois iam cobrar duramente às colectividades que por sua vez não eram subsidiadas como anteriormente para desenvolver actividades. ----

----- A filosofia, portanto, era fazer dinheiro com tudo isso, pelo que tendo em conta essa e outras questões que já ali foram levantadas, parecia ao PCP que esta proposta deveria ser repensada pela Câmara e que ao mesmo tempo baixasse à Comissão Permanente de Educação, Desporto e Juventude para ser analisada e para que houvesse um parecer fundamentado que viesse à Assembleia para então se tomar uma decisão, porque era importante não se prejudicar de facto aquilo que era o movimento associativo, que não tinha rendimentos, que tinha enormes dificuldades e que neste momento estava a passar por uma péssima situação que a actual Câmara não estava a resolver mas antes, pelo contrário, estava a agravar. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse a questão que estava sobre a mesa era uma questão de princípio de gestão, provavelmente seria necessário encontrar ainda as modalidades de cooperação entre os vários Pelouros da Câmara, e acreditava que nesse aspecto houvesse ainda alguma coisa a fazer. -----

----- Agora, aquilo que era uma regra fundamental, e o Sr. Presidente da Câmara explicara claramente isso, era que cada Pelouro tinha o seu orçamento para gerir. O Pelouro do Desporto tinha equipamentos desportivos que devia gerir, mantê-los em condições, pagar os vencimentos dos seus funcionários, etc., e era nessa perspectiva que estas taxas deveriam estar calculadas. -----

----- Quando se pretendia utilizar os equipamentos desportivos em programas de acção social que estavam na alçada do Pelouro da Educação e outros, obviamente deveria haver o cuidado de os Pelouros correspondentes ressarcirem o Pelouro do Desporto desses custos, tal como o inverso também devia ser verdade. -----

----- Se lhe dissessem que a cooperação entre Pelouros neste momento poderia não estar a 100%, era uma possibilidade. Agora, que o Pelouro do Desporto mantivesse em boas condições de funcionamento e garantisse o equilíbrio financeiro dos seus equipamentos, quanto a isso o CDS-PP não tinha absolutamente nada a opor. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que depois de ter falado com o Sr. Vereador Pedro Feist – e com a concordância dele – face a algumas intenções que acabava de ouvir e porque se queria documentar mais do que aquilo que estava sobre a história deste processo e a situação das colectividades, pedia ao Sr. Presidente da Assembleia o adiamento da votação desta proposta para a próxima Sessão da Assembleia Municipal. Isto porque, com franqueza, gostava de estar inteirado ao pormenor para poder debater e responder, e havia ali pontos que lhe falhavam os quais gostaria de conhecer para poder estar ciente daquilo que estava a dizer e porque estava a lutar, concordando e assumindo a responsabilidade política da proposta apresentada. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o PCP tinha solicitado que a proposta baixasse à Comissão, o Sr. Presidente da Câmara entendia, também ele, que esta matéria deveria passar para votação na Sessão seguinte, a qual seria convocada para o dia 3 de Dezembro, o que significava que teriam ainda três semanas para a Comissão poder apreciar a matéria. -----

----- Portanto, solicitava ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto que convocasse a Comissão e solicitava também ao Sr. Vereador que, na medida do possível, combinasse depois com o Presidente da Comissão alguns esclarecimentos que fosse necessário dar. -----

----- Por conseguinte, este ponto ficava suspenso mas não encerrava já a discussão porque, provavelmente, haveria ainda alguma coisa para dizer e depois ficariam numa situação delicada. Portanto, esta proposta ficava agora suspensa e seria agendada para a Sessão Ordinária a realizar no dia 3 de Dezembro, como segundo ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA 455/2002 – APROVAR A REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DA ALÍNEA N) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 455/2002 -----

----- “Considerando que através da Proposta nº 420/2002 foi submetido à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa, para discussão, na reunião extraordinária de 24-09-02, o estudo elaborado pela Roland Berger Strategy Cosultants, que propõe a alteração do modelo organizacional dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Considerando que a orgânica e o funcionamento das Instituições não se esgotam em modelos acabados, mas antes constituem instrumentos potenciadores da prossecução de determinados objectivos; -----

----- Considerando que a Lei Orgânica da Câmara Municipal de Lisboa data de 1988, e que foi pensada e elaborada para dar resposta às necessidades orgânicas e funcionais de um determinado tempo; -----

----- Considerando que passados mais de 10 anos, o modelo orgânico desta Câmara mostra-se desactualizado e disfuncional em relação à gestão de meios e recursos e à prossecução dos objectivos desta nova década; -----

----- Considerando que o projecto foi remetido às organizações sindicais mais representativas dos trabalhadores do Município de Lisboa, para que estes se pronunciassem. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeta à Assembleia Municipal de Lisboa, para que esta aprove nos termos da alínea n), do n.º 2, do artigo 53.º da mesma Lei, a reorganização dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (O documento com a reestruturação dos serviços da Câmara, que devido à sua extensão não se reproduz nesta acta, fica anexo à proposta 455/2002 devidamente arquivado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela se justificava em si mesma pelo tempo passado sobre a última estruturação orgânica da Autarquia e pelo balanço que todos faziam, principalmente aqueles que há mais tempo estavam envolvidos no trabalho da Autarquia de Lisboa, nomeadamente vários dos Presidentes de Junta, alguns que até já foram Vereadores, e também alguns Deputados Municipais que já foram Vereadores, enfim tudo pessoas que conheciam aquela que foi a bondade da estrutura até agora existente e aquelas que eram algumas das suas insuficiências, naturalmente decorrentes do passar do tempo e da necessidade de adaptação da orgânica de uma máquina tão pesada àquela que era a realidade do Município. -----

----- Disse que já hoje tinha lido uma entrevista do anterior Presidente da Câmara, que, mal sucedera ao Dr. Jorge Sampaio, em entrevista dada ao Semanário, em Março de 1996, perante a pergunta “mas com uma máquina tão pesada quanto a da Câmara o que é que tenciona fazer”, respondera que tão depressa quanto possível tencionava proceder a uma reestruturação que, de facto, aligeirasse esse peso tão grande dessa máquina, e prometia no prazo de um ano juntar a generalidade dos serviços com contacto com o cidadão num só edifício – pensa que se referia ao edifício do Campo Grande, como acontecera – mas fazendo ele próprio a avaliação do peso excessivo dessa máquina e da incongruência de muitos dos seus serviços. Afirmações que, aliás, haviam já sido feitas também pelo antecessor do seu antecessor, o Dr. Jorge Sampaio, sobre a necessidade de modernizar a máquina municipal. -----

----- Continuando, disse que era evidente que se mesmo numa autarquia de outra dimensão – e exercera funções equivalentes, como era público, numa autarquia de dimensão diferente – era difícil reestruturar aquilo a que as pessoas se habituaram, muito mais o era numa autarquia com a dimensão da Câmara Municipal de Lisboa. ---

----- Mas gostaria de deixar claro que não tinha para si que nenhum modelo fosse perfeito, e que nenhuma estrutura ou nenhuma organização era um fim em si mesmo. Uma estrutura, uma organização, era um instrumento ao serviço dos objectivos da instituição, neste caso da Autarquia de Lisboa. E com todo o respeito por todos os que

nela trabalhavam e por todos os que com ela se relacionavam, eram aqueles que nela tinham responsabilidades políticas, nomeadamente responsabilidades executivas, que tinham que a cada momento optar, de uma forma tão estável quanto possível, pela estrutura que parecesse mais adequada às necessidades dum funcionamento eficaz. ----

----- Disse, depois, que fizeram uma proposta de reestruturação, com origem num estudo externo que foi encomendado, mas que não era a sua cópia. Era a proposta que resultava daquelas que eram as convicções da Câmara nesta matéria. -----

----- E a proposta que agora apresentavam traduzia-se também por um esforço de aproximação àquelas que foram as posições manifestadas, em reunião de Câmara, pelas forças políticas representadas na oposição, mas não com responsabilidades executivas. Dava como exemplo, e assumia-o publicamente, que não constava da proposta originária a manutenção da Direcção Municipal de Habitação, no caso os Vereadores do PS insistiram e procuraram demonstrar a bondade da manutenção dessa estrutura e a maioria acolhera essa proposta ciente de que em nenhuma dessas matérias, como já referira, existiam dogmas ou certezas absolutas. -----

----- Por outro lado, foi também apresentado pelos Vereadores da oposição, principalmente pelos do PCP, a conveniência, por uma questão de princípio que compreendeu e continuava a compreender, da manutenção de uma Direcção Municipal de Recursos Humanos, apesar de, obviamente, não ser intenção de ninguém desvalorizar os recursos humanos do Município em função do seu enquadramento orgânico. Aliás, até há pouco tempo, mesmo antes da eleição da actual Câmara, não era Direcção Municipal, ou o cargo não estava devidamente provido havendo acumulação com o da Direcção do Departamento Jurídico, mas não era por esse facto que era menor a consideração pelos recursos humanos da Câmara. -----

----- Podia ser uma Direcção Municipal, podia ser um Departamento integrado na Direcção Municipal dos Serviços Centrais, mas quiseram que não restasse nenhuma dúvida que, ao apresentarem uma proposta de reestruturação, pretendiam tudo menos desvalorizar aquela que era a principal riqueza do Município, que era a força e a qualidade da sua massa de trabalho, os seus recursos humanos. -----

----- Por isso mesmo, também a aceitação dessa proposta de manutenção de uma Direcção Municipal de Recursos Humanos, o que levava a que ficassem mais duas Direcções Municipais na proposta final, do que as existentes. -----

----- Em termos de Departamentos, disse que se mantinha mais ou menos o mesmo número, mas era reduzido em 17 Divisões o número apresentado nesta proposta relativamente à estrutura existente. -----

----- Portanto, diria que a linha fundamental da proposta que agora apresentavam relativamente à estrutura actual da Câmara, era que a estrutura actual da Câmara apostara muito na verticalização, ou seja, para cada Departamento, às vezes para cada área do território, existia a generalidade dos serviços necessários ao funcionamento duma autarquia: desde os projectos ao departamento de obras, mesmo à parte dos espaços verdes, enfim à generalidade das áreas que estavam ligadas ao funcionamento da autarquia, muitas vezes cada um dos sectores da Câmara tinha-o numa linha de verticalização que não era aquela que assumiam. -----

----- Assumiam, de facto, uma linha de estruturação dos serviços da Câmara que traduzia uma orientação horizontalizadora, em que os serviços que eram transversais ficariam sediados na parte central, no coração da estrutura da Câmara. -----

----- Eram opções com as quais alguns dos Vereadores que estavam hoje na oposição, mas que já tinham sido poder, diziam que não concordavam e que a Câmara talvez até não se viesse a dar muito bem com elas, mas isso o tempo diria. Estavam convencidos que era a opção certa! -----

----- Por exemplo, as obras municipais já estiveram centralizadas, já estiveram horizontalizadas, e voltavam agora a essa fórmula porque entendiam que para efeitos de controlo de custos de racionalização de procedimentos, de celeridade nos procedimentos, de congruência nas várias empreitadas lançadas pela Câmara, ou por ela acompanhadas, fazia sentido, nos tempos de hoje, essa centralização num Departamento de Obras Municipais. -----

----- Como, aliás, entendiam que o fazia também para os aprovisionamentos, para as compras do Município hoje divididas pela generalidade dos Departamentos da Câmara. Entendiam, como aconselhava a mais elementar regra de gestão dos tempos contemporâneos, nomeadamente com recursos às novas tecnologias, que pudessem fazer acentuadas economias de escala fazendo essa centralização na Direcção e no controlo das aquisições por parte do Município. -----

----- Seguidamente, disse que desejava salientar que na proposta apresentada eram assumidas como Unidades de Projecto uma série de áreas ou de sectores de actividade da Câmara que tinham natural relevância para todos, e que eram equiparadas a esse estatuto nos termos da legislação existente. Estavam neste caso a Baixa-Chiado, o Alto do Lumiar, Chelas, a EXPO em relação à qual a Câmara Municipal passava a ter responsabilidades acrescidas, o Parque Mayer, os bairros históricos – Alfama, Bairro Alto e Bica, Castelo, Mouraria, Madragoa e São Paulo – e também a Unidade de Projecto de São Bento e das zonas adjacentes. -----

----- Disse, ainda, que nas propostas apresentadas não existia nenhum complexo em assumir orientações anteriormente vigentes, porque nisto também não havia nada de novo para inventar. Por exemplo, no Departamento de Licenciamento voltaram a criar mais do que um Departamento, na Gestão Urbanística e no Licenciamento Urbanístico, porque fizeram a constatação de que com várias Divisões passando só por um Departamento, tendo em conta as atribuições que a lei conferia ao Director de Departamento, só para aquilo em que era exigida a sua assinatura levaria a um afunilamento cada vez maior porque todos os processos teriam que ir dar só a um Director de Departamento. Portanto, aí voltaram à fórmula antiga de alargar o número de Departamentos na área do licenciamento. -----

----- Mas desejava salientar que como Direcções Municipais foram criadas: a Direcção Municipal dos Serviços Centrais; mantinha-se a Direcção Municipal dos Recursos Humanos; a Direcção Municipal de Finanças, que era autónoma; a Direcção Municipal de Planeamento Urbano; a Direcção Municipal de Gestão Urbanística; a Direcção Municipal de Reabilitação e Conservação Urbana; a Direcção Municipal das Actividades Económicas na qual concentraram o comércio, o turismo e outras

actividades que correspondiam à estrutura económica do tecido de actividade nessa área da cidade; a Direcção Municipal de Ambiente Urbano, que concentrava tudo aquilo que era espaço público, o que eram as tarefas ligadas à protecção e enriquecimento do meio ambiente, e também a gestão dos espaços verdes da cidade numa perspectiva integrada de ordenamento e gestão de tudo o que era espaço público no território municipal, acabando com uma fragmentação que lhes parecia despropositada nos tempos actuais, até pela constatação que faziam de constantes dessintonias ou por vezes sobreposições entre Direcções e Departamentos Municipais, como até os próprios Presidentes de Junta várias vezes lhe transmitiram no que respeitava à gestão, manutenção, conservação e reparação do espaço público do Município. -----

----- Portanto, esta Direcção Municipal de Ambiente Urbano seria um passo em frente, assim o esperava, para uma maior eficácia da Câmara e do seu relacionamento com as Juntas de Freguesia e com as diversas entidades que operavam no trato do território do Concelho. -----

----- Continuando a enumerar as Direcções Municipais, citou a Direcção Municipal de Habitação; a Direcção Municipal de Acção Social, Educação, Juventude e Desporto; a Direcção Municipal de Protecção Civil, Segurança e Tráfego, e chamava a atenção para a inovação desta última Direcção Municipal, porque a Câmara ligava essa matéria da gestão do tráfego da cidade à questão da segurança e da protecção civil para procurar pôr em trabalho conjunto todas as entidades que operavam nesse domínio, nomeadamente o Departamento de Protecção Civil, a Polícia Municipal e o Departamento de Tráfego, portanto assumindo a óbvia ligação no trabalho que permanentemente teria que ser desenvolvido entre essas várias entidades. -----

----- E, ainda, a Direcção Municipal de Cultura; e, finalmente, a Direcção Municipal de Projectos e Obras. -----

----- Referiu que gostaria de destacar a autonomização da Direcção Municipal de Planeamento Urbano, para além do destaque que já dera à Direcção Municipal de Ambiente Urbano e à Direcção Municipal de Actividades Económicas. -----

----- Sobre a área do Património, disse que não tendo ficado com uma Direcção Municipal autonomizada, assumia para a Câmara, ficando directamente ligada à Presidência, uma importância também estratégica. Isto para além de outras áreas, como as Relações Internacionais, que decorriam da actividade da Câmara. -----

----- No tempo que se vivia, de profunda limitação orçamental, com um ano que iria ser muito difícil – iriam discuti-lo em Dezembro a propósito do Plano de Actividades e do Orçamento – a rentabilização do património do Município era, em termos correspondentes às exigências actuais, com imaginação, com capacidade de gestão, com capacidade de extrair daquilo que era património municipal aquela que poderia ser a necessária rentabilidade para a Autarquia e para os seus municípios, era outra das tarefas prioritárias que tinham pela frente. -----

----- Para tudo isso – continuou – exigia-se também uniformização dos critérios de atendimento, pôr os sistemas informáticos do Município compatíveis entre si, a rede a funcionar, portanto pô-los com capacidade de atendimento ao munícipe 24 horas por

dia com a rede do Município a ser capaz de fornecer aos munícipes a resposta a qualquer hora do dia em relação às questões que eles podiam pôr aos serviços da sua Autarquia. -----

----- E também assumir a responsabilidade de ligação da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia com todo esse sistema em rede, com o desenvolvimento do sistema em banda larga, de que o Vice-Presidente poderia falar melhor do que ele, mas em que estavam a trabalhar em cooperação com os operadores do sector para que, de facto, a Câmara, dentro de poucos meses, pudesse estar, nesse domínio, na vanguarda, em termos comparativos, com as outras capitais europeias, ou, pelo menos, na primeira linha da frente. -----

----- Repetiu que esta era uma reestruturação que se justificava a si mesmo, quase diria que para a justificar bastaria pôr no ar as intervenções que ouvira nas reuniões que fez com os Presidentes de Junta sobre o funcionamento do Município. Nenhuma reestruturação merecia unanimidade, com certeza que não, mas este era um instrumento que a Câmara considerava ser o mais adequado para atingir de modo eficaz os seus objectivos. -----

----- Disse, ainda, que houve compreensão por parte dos Vereadores da oposição, como também houve alguma dose de resignação ou de aceitação da parte da maioria desse cal de cultura existente no Município. Para si, segundo a sua formação, a escolha de uma organização ou de uma estrutura era da responsabilidade de quem governava, de quem tinha o poder executivo. Era o que acontecia no Poder Central, onde, quanto à organização e funcionamento do Governo, a Assembleia da República nada podia dizer sobre ela nos termos da Constituição. -----

----- A lei não o dizia assim sobre a organização dos Municípios, mas, para além do que a lei dizia, havia esse cal de cultura na Autarquia de Lisboa de um sentimento que existia quase sempre entre maioria e oposição, de que organização da Câmara, toda ela, mesmo nos seus aspectos mais funcionais, tinha a ver com todos. E os cales de cultura eram para se respeitarem quando não tinham nada de ilegítimo, só podiam ter maior dose de agrado ou desagrado em relação à formação de cada um. De ilegítimo não tinham nada, por isso a perfeita disponibilidade da maioria para respeitar essa tradição existente na Autarquia e a disponibilidade que manifestaram até ao último segundo para fazer uma proposta que fosse, tanto quanto possível, do agrado de todos. Não só para que não tivessem os votos contra da maioria da Assembleia Municipal, mas para que a generalidade das forças políticas e os trabalhadores da Câmara se sentissem minimamente representados na nova estrutura da Autarquia de Lisboa. Já tinha ouvido alguns Deputados Municipais dizerem que não gostavam, que não era boa, mas pelo menos para que se sentissem minimamente representados como era normal em democracia. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sarmento (PSD)**, no uso da palavra, disse que sobre esta proposta de reestruturação o PSD gostaria de salientar cinco pontos essenciais, que permitiriam analisar a proposta no seu global, obviamente aceitando que cada um pudesse discordar deste ou daquele pormenor. -----

----- Em primeiro lugar, independentemente da côr política, era preciso que se saudasse o Executivo porque em 10 meses, apesar de todo o trabalho que tiveram no dia-a-dia de uma Câmara com a dimensão e complexidade que a Câmara Municipal de Lisboa tinha, conseguiram ver a Câmara de uma ponta à outra analisando-a como um todo, elaborando um projecto ambicioso, bem preparado, bem estudado e bem fundamentado, com o apoio de uma consultora de prestígio internacional que com certeza ninguém poria em causa, conseguindo, assim, apresentar em 10 meses algo que o anterior poder em 10 anos não fizera. -----

----- Em segundo lugar, ao contrário do que muita gente temia, o “papão da direita” não ia mexer nos direitos dos trabalhadores. O “papão da direita”, de que tanta gente gostava de falar, não iria retirar um trabalhador da Câmara. Iria, nalguns casos, legitimamente, reorganizar. Poderia haver um ou outro trabalhador que fosse afectado a novas funções, mas os quase 10.000 trabalhadores da Câmara tinham a certeza dada pela palavra do Sr. Presidente da Câmara, e certamente ninguém duvidava da sua palavra. -----

----- E isso levava-o ao terceiro ponto da sua análise. Haveria na Câmara Municipal uma nova ênfase nos recursos humanos, que eram a principal matéria prima para a resolução dos problemas da cidade: nos prémios de motivação, no apoio social, os recursos humanos seriam cada vez mais importantes nesta gestão. -----

----- Em quarto lugar, disse que os 10 meses que passaram deram para ver uma nova filosofia para gerir a cidade. Dava um pequeno exemplo, para si paradigmático, aliás tão pequeno que se calhar a maioria das pessoas nem notara: na Rua de São Bento, ao lado da Fundação Por Timor, havia um prédio que estava meio demolido e, como tal, apresentava perigo de segurança pública já que poderia ruir o resto, e apresentava, obviamente, perigo de saúde pública para quem ali morava. Provavelmente, a Câmara ainda não encontrara a solução final, a solução óptima, mas enquanto a não encontrasse pelo menos resolvera o problema da segurança e da saúde pública demolindo o resto do edifício, limpando o terreno e criando ali um pequeno parque de estacionamento. Este, sem dúvida, era um pequeno exemplo da nova filosofia da Câmara. -----

----- E nessa nova filosofia da Câmara viam surgir alguns novos Departamentos: o Departamento de Auditoria Interna, mas principalmente aquele que seria talvez o mais necessário na Câmara, o Departamento de Planeamento Estratégico, já que o grande problema da cidade, um problema de décadas, era a falta de visão estratégica para a cidade, era muitas vezes tomarem-se medidas que depois não estavam em sintonias com outras. -----

----- Em quinto lugar, referiu que algumas pessoas poderiam dizer que este projecto de reestruturação não era muito ambicioso, que se calhar se poderia ter feito mais. No entanto, era importante lembrar que a última grande reorganização da Câmara datava de há 14 anos – 1988. Aliás, o Dr. João Soares, em 1996, como o Sr. Presidente da Câmara salientara, disse que iria fazer em 1997, mas não fez. Portanto, para uma máquina extremamente complexa como era a Câmara, uma máquina que ainda por cima tocava em pontos muito sensíveis da vida das pessoas, este era um passo para

chegar à tal organização que todos queriam eficaz. Era um primeiro passo, um passo muito importante, mas seria bom sempre frisar um ponto: não são as pessoas que servem as organizações, são as organizações que servem as pessoas. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Para iniciar uma apreciação sobre a proposta de reestruturação dos serviços municipais, algumas questões prévias: -----

----- Esta proposta tem, quanto dela vislumbramos, objectivos e uma estratégia antagónica à que concebemos e implementamos na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Primeiro, porque muito do que foi feito nesta matéria ao longo da nossa gestão, teve como base e foi concebida com uma ampla participação, anos de experiência, e tinha uma estratégia – uma estrutura para dar respostas aos problemas da cidade e ao quotidiano dos lisboetas, portanto, virada para fora e não para o seu interior. -----

----- Segundo, porque durante a década de 90 se implementou uma forte cultura de descentralização e ligação com as Juntas de Freguesia e o movimento associativo, isto é uma estrutura de grande proximidade com a população, e não como reflecte a que agora estamos a apreciar – centralizadora que afasta os serviços das populações e subestima o quotidiano da cidade. -----

----- Esta proposta foi elaborada, é certo, em tempo recorde, mas esse é um mal e não uma virtude. É por isso, por ter sido feita em cima do “joelho”. (já com 7 versões, sem afectação do pessoal, agravadas com a situação de que a proposta inicialmente apresentada na Assembleia Municipal de Lisboa, não correspondia àquela que foi aprovada na reunião da Câmara de 16 de Outubro, o que motivou a necessidade de marcar uma reunião extraordinária para dia 4 de Novembro, e, mesmo nessa reunião a proposta ter sido ainda alterada o que contribuiu para a nossa posição de adiamento na discussão da referida proposta no dia 5 de Novembro). -----

----- Sr Presidente, fiquemos por aqui!!! -----

----- É ainda preocupante a forma como foram auscultados os trabalhadores e os seus representantes, os sindicatos, também em tempo recorde e num simulacro de audição, já para não falar do comício na Cordoaria que não serviu para informar ou esclarecer fosse o que quer que fosse. Serviu para mais umas primeiras páginas nos jornais. -----

----- Afastaram-se, assim, o saber de experiência feita, quer dos trabalhadores do Município, quer dos seus representantes. -----

----- Na nossa concepção as Juntas de Freguesia são um parceiro importante que deveria ter sido ouvido. As Juntas de Freguesia são as instituições que mais intimamente se relacionam com os serviços, as que mais reflectem os problemas da cidade, e dos seus munícipes, e que poderiam ter dado contributos importantes para um melhor funcionamento da estrutura municipal. -----

----- Mas como isto não é relevante para quem pensou e vai implementar esta reestruturação, mais uma razão de fundo para a não apoiarmos. É, de facto, uma questão política e até profundamente ideológica. -----

----- Indo ao concreto: -----

----- - Uma estrutura como a DMIL, com provas dadas, que agilizou e tornou eficaz uma política de descentralização para as Juntas de Freguesia e uma intervenção rápida no espaço público, extingue-se agora e é completamente diluída numa mega Direcção Municipal de Projectos e Obras, onde tudo cabe. -----

----- - A criação de uma Direcção Municipal de Projectos e Obras, um mastodonte que já tinha sido extinta em 1988, depois de muitos anos de experiência negativa. Voltaremos certamente a ser confrontados com uma paralisação de obras e projectos para a cidade, tal como já se verificava nessa altura. -----

----- - O Desporto é reduzido praticamente à insignificância. É isto o que desde o início deste mandato se vem constatando. É uma política liquidacionista e elitista a visão que esta Vereação tem do desporto e do movimento associativo, embora o Sr. Presidente venha dizendo o contrário, mas a prova é que as decisões do Vereador Pedro Feist contrariam tudo o que é afirmado, (Ex. despedimento de técnicos e outros trabalhadores do Departamento do Desporto, e a consequente paralisação da dinamização desportiva na cidade e a extinção da LIS). -----

----- - A estrutura de combate à toxicodependência também é extinta, fazendo recuar já hoje no terreno importantes avanços conseguidos. -----

----- - Desmantela a estrutura de reabilitação urbana dos bairros históricos, perdendo-se o carácter integrado com a diluição dos gabinetes locais nas estruturas globais. Isto não é substituível pelas Unidades de Projecto, pois perde-se todo o atendimento e intervenção integrada que já havia. -----

----- Neste mandato para nós seria a prioridade das prioridades, dado que o PER estava quase concluído. -----

----- - A diluição dos Serviços Eléctricos e Mecânicos, de reconhecida qualidade técnica e profissional, em várias direcções municipais, é outro exemplo do qual discordamos. -----

----- Enfim, a uma tão profunda reestruturação era exigível e imperativo uma vasta operação de envolvimento e participação de tantos interessados, numa Câmara Municipal eficaz ao serviço da cidade e dos munícipes. -----

----- Mas a actual gestão prefere, precipitadamente, outro caminho. -----

----- Na vida dos lisboetas, esta decisão vai ter reflexos muito negativos. -----

----- Sem ter o pretenciosismo de afirmar que tudo ia bem para trás, o que é facto é que o próprio estudo preliminar constatava o muito trabalho desenvolvido e com resultados à vista em várias áreas, que agora se quer alterar. -----

----- Por fim, embora não cabendo ainda nesta discussão, vislumbra-se nesta proposta e nas intenções já declaradas pelo Sr. Presidente da Câmara, a concessão ao privado de importantes sectores dos serviços do município, nomeadamente, na área do ambiente e higiene urbana, e o emagrecimento do sector operário. -----

----- Embora o Sr. Presidente da Câmara queira adormecer os trabalhadores, quanto ao seu vínculo, para nós fica bem claro que esta proposta visa, tal como tem sido prática em Portugal, a privatização de serviços públicos estratégicos para a melhoria da qualidade de vida da cidade e da sua população. -----

----- Continuaremos a lutar contra isso. -----

----- Finalmente e por todos estes motivos fundamentais para nós, vamos votar contra esta proposta.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam hoje a discutir um instrumento muito importante para o futuro da Cidade de Lisboa, e apeteceu-lhe-ia começar por saudar a Câmara Municipal pelo facto de apresentar hoje uma proposta manifestamente mais calma e mais lúcida que aquilo que inicialmente foi sendo apresentado como o grande objectivo. Perspectivava-se que, apesar do tempo não ter sido muito, todos o reconheciam certamente, a Câmara Municipal apresentava hoje uma proposta razoável. -----

----- Disse, depois, que o Grupo Municipal do PS entendia que estavam em presença de uma oportunidade perdida para a Cidade de Lisboa, porque a discussão desta proposta, uma proposta tremendamente importante como referenciara o Sr. Presidente da Câmara, e muitíssimo bem, justificaria que tivesse havido um maior aprofundamento na discussão. -----

----- Tinham a percepção, quiçá errada admitiam-no, de que os estudos que fundamentaram a apresentação desta proposta não foram suficientemente profundos que pudessem habilitar a Câmara a elaborar a sua proposta de reestruturação visando o futuro da Cidade de Lisboa em moldes diferentes. Entendiam que esta era a proposta da equipa que vencera as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, disso não tinham a menor dúvida e, por isso, queriam clarificar desde já que a responsabilidade era totalmente da equipa que se apresentara ao eleitorado e que deveria ter todas as condições para trabalhar no Município segundo a estrutura que entendia ser a mais exequível para poder pôr em prática o seu plano. -----

----- Esta era uma regra de ouro que era absolutamente essencial cumprir e respeitar, e o PS, pela sua parte, como oposição responsável que era entendia que deveriam ser criadas todas as condições para que quem ganhara pudesse legitimamente pôr em prática os seus planos e o seu programa de trabalho, e esta proposta era, sem dúvida, importante para que pudesse vir a ser aplicado, ou não, o respectivo plano de trabalhos. -----

----- Mas, sobre esse ponto de vista, queria manifestar que se fosse o PS a apresentar ali uma proposta de reestruturação, esta não seria certamente a sua proposta. E queriam clarificar isto porque pretendiam que não ficassem dúvidas sobre qual era a posição do PS sobre esta matéria. -----

----- Entendiam – e tinha vindo a ser dito isso na discussão em sede de Câmara Municipal e hoje certamente iriam aprofundar mais essa matéria – que a proposta tinha virtualidades, obviamente algumas teria, designadamente realçava, porque lhe parecia muito importante, a problemática da auditoria que efectivamente justificava um realce e um destaque merecido porque era disso justificador, mas entendiam também que a proposta tinha várias coisas que eram de todo incompreensíveis. Não seria o PS a impedir que ela viesse a ser aprovada, mas gostariam de chamar a atenção para algumas incongruências. -----

----- Desde logo, uma primeira opção tomada, que lhes parecia muito preocupante em termos de cidade e em termos do futuro, tinha a ver com a Direcção Municipal de

Ambiente Urbano. Entendiam que essa Direcção Municipal manifestamente iria criar grandes dificuldades, grandes obstáculos ao normal funcionamento da actividade municipal. Mas, enfim, foi uma opção como referira o Sr. Presidente da Câmara, e muito bem. -----

----- Por outro lado, desejava sublinhar também a oposição do PS relativamente à opção tomada quanto à concentração das Obras, já que lhes parecia que, infelizmente, era uma opção que para a Cidade de Lisboa se viria a revelar perniciososa. -----

----- Uma opção no mínimo curiosa, que desejavam destacar pela negativa, tinha a ver com a junção da Polícia Municipal, os Bombeiros e as Acessibilidades. Era uma inovação que merecia também a pena registar por aquilo que tinha de estranho essa Direcção Municipal de Protecção Civil, Segurança e Tráfego. Manifestamente era uma Direcção Municipal em relação à qual não percebiam – mas não tinham que perceber, tinham apenas que registar – a decisão tomada pelo Município. -----

----- Desejavam também realçar, pelo facto de lhes parecer que era relevante, uma excessiva, diria mesmo anormal concentração que era feita naquilo que dizia respeito ao Planeamento. Havia ali algum problema, mas certamente a Câmara teria ocasião de explicar isso. -----

----- Depois havia algumas pequenas coisas, coisas de somenos importância mas que desejavam entender um pouco melhor. Por exemplo, Unidade de Projecto da EXPO! Parecia-lhes mais curial que a designação dessa Unidade fosse outra, parecia-lhes que não se devia continuar a apelar à designação da EXPO quando manifestamente essa designação caíra em desuso, por isso também aí uma oportunidade perdida. Seria muito melhor designar essa zona pelo nome que era conhecida, Parque das Nações. ----

----- Também aí deveriam ser capazes de introduzir aquilo que, no fundo, era o grande problema desta proposta, a qual, no entender do PS, estava eivada de demasiada rigidez. Entendiam os porquês, entendiam a razão, e daí dizerem que esta não seria nunca a proposta que o PS apresentaria. -----

----- De facto, entendiam que era absolutamente essencial e necessário para a Cidade de Lisboa haver uma outra capacidade, uma outra maleabilidade, mas a estrutura proposta manifestamente não consignava nem propiciava tal. -----

----- Seguidamente, sobre as recomendações apresentadas, disse que a primeira, subscrita por todos os líderes, com excepção do PPM, relacionava-se com a dificuldade encontrada, em termos formais, para fazer aprovar uma alteração em que estavam todos de acordo que seria útil para o funcionamento do Município e da própria Assembleia Municipal, que ia no sentido de que no seio da Direcção Municipal dos Serviços Centrais se criasse um Departamento com duas Divisões, uma especificamente de apoio à Assembleia Municipal, e outra de apoio ao órgão Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Entendiam todos os que faziam essa recomendação que desse ponto de vista a proposta de reestruturação que a Câmara apresentara ficaria mais completa, mais eficaz, mais eficiente e, sobretudo, defendia melhor aquilo que eram as novas exigências legais propostas pela lei no que concerne à própria Assembleia Municipal

de Lisboa e à responsabilidade da gestão do seu orçamento que, como todos sabiam, era uma nova exigência legal que tinham. -----

----- Sobre uma outra recomendação que faziam, de aditamento à mesma Divisão da Assembleia Municipal, disse que ela radicava com uma outra da proposta seguinte mas referia-a agora para que se percebesse. Entendiam que na nova empresa que iria ser criada, certamente com a aprovação em sede de Assembleia Municipal, para gerir os espaços culturais da cidade, onde estava feita uma referência, e bem, ao Fórum Lisboa, deveria ficar perfeitamente definido e salvaguardada uma questão essencial que era a autonomia do espaço do Fórum no que dizia respeito às reuniões da Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, essa proposta de alteração à proposta 455/2002 estava relacionada com uma outra que iria ser discutida com a proposta de alteração estatutária no que respeitava às empresas, porque era necessário que se criasse uma competência na Divisão de Apoio a Assembleia Municipal que lhe permitisse relacionar-se com a empresa que iria gerir o Fórum Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que estas propostas de alteração lhe pareciam perfeitamente consensuais, não iria perder tempo a discutir a forma como foi difícil chegar a um entendimento quanto à discussão destas matérias em termos de prazos, porquanto lhe parecia que era uma questão perfeitamente ultrapassada, e o Sr. Presidente da Câmara também percebera as razões pelas quais na semana passada não estavam em condições para discutir a proposta. -----

----- Prosseguindo no uso da palavra, o Deputado Municipal Dias Baptista disse, ainda, que não podiam deixar de registar as dificuldades que o Executivo teve para reunir com os representantes dos trabalhadores. Receberam, na Assembleia Municipal, o lamento das organizações dos trabalhadores e, obviamente, queriam também ali manifestar a preocupação do PS quanto ao facto, sobretudo porque entendiam que o próprio Executivo teria a ganhar se, atempadamente, tivesse feito a audição a que nos termos da lei estava vinculado. Mas a audição acabara por ser feita, ao que lhe parecia, apenas para cumprir aquilo que a lei dizia. Se tivesse havido a preocupação e a intenção de ouvir as organizações com o intuito de procurar encontrar as melhores formas de relacionamento, julgavam todos que a proposta teria sido melhor. -----

----- Aliás, isto verificava-se porque – o Sr. Presidente da Câmara o reconheceu – a proposta que hoje iria ser votada já não era aquela que tinha sido apresentada na primeira reunião de Câmara, mas sim uma proposta que recebera vários contributos da oposição na Câmara Municipal e certamente era por isso uma proposta melhorada. Apesar de não ser a proposta do PS ela estava hoje, de facto, melhor que quando foi distribuída pela primeira vez. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por dizer, referindo-se à última parte da intervenção acabada de fazer, que nessa questão dos trabalhadores o Deputado Municipal Dias Baptista certamente estaria recordado que era habitual aparecer esse capital de queixas

relativamente a qualquer acerto feito no passado em termos de quadro de trabalhadores e não só. -----

----- Mas o esclarecimento principal que desejava fazer tinha a ver com a Direcção Municipal de Ambiente Urbano. É que referira o Deputado Municipal Dias Baptista que essa Direcção Municipal iria ser um empecilho, um entrave em relação aos demais Departamentos Municipais, e desejava que fosse esclarecida essa questão na medida em que, no passado, se ouvira falar ali muito na questão dos dias sem carros, etc., a Câmara tinha sido criticada por não ter uma perspectiva de protecção ambiental, agora lançava uma Direcção Municipal em termos institucionais nessa matéria, e quando se falava também de Agenda 21 a nível local, ficara com essa dúvida sobre esta questão. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em resposta aos pedidos de esclarecimento, disse que a dúvida levantada lhe iria permitir esclarecer o que pretendia dizer quando referira o que referira sobre essa Direcção Municipal. -----

----- Disse, então, que a Direcção Municipal de Ambiente Urbano proposta tinha, entre outras coisas: uma Divisão de Estudos e Projectos, que lhes parecia excelente; depois tinha um Departamento de Ambiente e Espaços Verdes, que lhes parecia muitíssimo bem como era bom de ver; depois tinha um Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, o que já começava a ser muito interessante, diria; mas depois tinha o Departamento de Manutenção e Reparação Mecânica, o que no que respeitava a ambiente urbano começava a complicar; e depois ainda tinha o Departamento de Gestão do Espaço Público, e era aqui que queria chegar. -----

----- Ou seja, essa Direcção Municipal do Ambiente Urbano, que era para ser uma coisa muito interessante como o Deputado Municipal Pedro Portugal procurara explicar que fosse, mas não era aquilo que estava na proposta. O que estava na proposta era uma coisa complicadíssima porque tinha, entre outras coisas, a gestão das viaturas da frota municipal, a Divisão de Fiscalização e Controlo do Espaço Público e também, entre outras coisas, o “tapa-buracos” da Câmara Municipal de Lisboa. Parecia-lhe que para uma Direcção Municipal de Ambiente Urbano, estavam conversados. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Permita-me, Sr. Presidente, que faça aqui uma pequena introdução saudando o veto do Senhor Presidente da República em relação ao jogo no Parque Mayer. Não irei falar sobre isso, procurarei a devida altura para debater o assunto, mas queria apenas chamar a atenção que ouvi o Sr. Presidente da Câmara dizer que havia novas soluções, esperemos que elas surjam, só tenho pena é quando o Sr. Presidente da Câmara disse várias vezes em público que apresentassem soluções, o Sr. Presidente da Câmara, se tem outras, não as tivesse apresentado para ajudar ao debate público. -----

----- Por outro lado, queria sugerir ao Sr. Presidente da Câmara que dissesse das suas opiniões com toda a liberdade e frontalidade, como eu procurarei fazer, mas que não mentisse, que não dissesse coisas que não sabe e que não pode afirmar em público porque não são verdade, nomeadamente que o movimento unitário a que pertença, que

andava a recolher assinaturas para o referendo, tinha parado após um debate. Não é verdade, as assinaturas estão praticamente prontas e, portanto, quanto às opiniões discutiremos na devida altura. -----

----- Sr. Presidente, estamos a tratar de um assunto de grande importância, a reestruturação da Câmara. Estamos a tratar, eventualmente, da maior empresa do País, ainda que não seja uma empresa mas uma instituição do Estado português, com o maior número de trabalhadores, o maior número de directores. -----

----- Ao tratar de uma coisa destas que tem vindo a crescer sucessivamente, em que trabalhadores do quadro tem para cima de 9.000 e fora do quadro terá cerca de mais 2.000, estamos a tratar de uma máquina pesadíssima. Nos tempos que correm, em que se fala que o peso das despesas do Estado são pesadíssimas, oneríssimas, cheias de custos, quando tratamos da reestruturação de uma entidade do tipo da Câmara Municipal de Lisboa, acho que a primeira coisa que devemos fazer, na opinião do Bloco, é para quê reestruturar. -----

----- Vamos reestruturar para quê? -----

----- Quais os objectivos que pretendemos atingir com esta reestruturação? Só ouvi um até hoje, que é em vez da verticalidade ter uns serviços de horizontalidade. Mas são estes os objectivos a atingir com a reestruturação? -----

----- Que princípios, que considerandos a ter em conta na reestruturação para não provocar, como se diz na gíria, danos colaterais, ou seja, através do remédio piorar outras doenças? -----

----- Qual a posição, nessa reestruturação, que existe da parte dos órgãos que participam em toda esta Casa? Ou seja, os Deputados Municipais como é que participaram no estudo, no debate e na análise desta reestruturação? As Juntas de Freguesia e os Presidentes de Junta de Freguesia como é que participaram, discutiram e debateram esta matéria? E os sindicatos representantes dos trabalhadores como é que participaram, discutiram, debateram e deram opiniões sobre esta reestruturação? --

----- Temos para nós, Sr. Presidente, que apresentar uma reestruturação resumindo-a a dizer que ela se justifica a si mesma, é, no mínimo, a justificação de que esta reestruturação não tem princípios, não tem coluna, não tem objectivos, não tem estratégia. -----

----- Dizer que esta reestruturação se justifica porque alteramos a verticalidade para a horizontalidade, e os dois exemplos que damos, Sr. Presidente, são que concentramos as obras e concentramos o aprovisionamento, medidas que nem sequer eu ponho em causa, mas são dois exemplos de centralização e não de horizontalização. -----

----- O Bloco de Esquerda é de opinião que reestruturar a Câmara significa, em primeiro lugar, discutir o seguinte: como servir o munícipe? É para isso que existe a Câmara, é uma estrutura para servir os munícipes, os que vivem e labutam em Lisboa. -----

----- Em primeiro lugar, discutir o seguinte: como é que eu reestruturo para a Câmara ter eficácia? A Câmara Municipal de Lisboa e a generalidade das Câmaras não têm eficácia, para depois não se vir dizer que só as empresas privadas é que têm eficácia. -

----- Como é que tem fiabilidade, ou seja, como é que aquilo que discute, que debate, que trata, é rigoroso, é sério, é fiável? -----

----- Como é que o que faz é com rigor e não aparecem coisas como as que chegam aqui à Assembleia Municipal que vêm sem rigor, a gente não sabe que posição há-de tomar e as propostas vão e vêm e andam para trás e para a frente. E dentro deste objectivo que seja moderna, que tenha os novos métodos de gestão, que tenha os novos métodos tecnológicos, que tenha as novas formas que ajudem a ser fiável, eficaz e com rigor. -----

----- Mas, além disso, reestruturação tem que significar transparência, ou seja, tem que significar que estamos a reestruturar para que os cidadãos percebam o que é que esta Câmara decide, o que é que trata, o que é que faz e como é que faz. -----

----- Esta Assembleia Municipal aprovou, peço desculpa mas voltarei a isto até que a Câmara tenha coragem de trazer a esta Assembleia Municipal o debate sobre uma proposta aprovada, por unanimidade, sobre a participação dos cidadãos nos destinos desta cidade, nomeadamente através do orçamento participativo, e não vem uma linha sobre isto! -----

----- Discute-se muito, politicamente, sobre a necessidade de aproximar o eleito do eleitor, é um facto. Encontram-se todas as engenharias eleitorais para procurar determinar maiorias, mas nesta reestruturação, Sr. Presidente, o que pergunto é: os cidadãos de Lisboa estão mais próximos dos serviços, estão mais próximos de saber dos seus processos, estão mais próximos de lhes ser respondido eficazmente e a tempo sobre os seu problemas? Ou seja, o poder está mais próximo dos habitantes de Lisboa? -----

----- Não encontrei nada nesta reestruturação que me dissesse que este princípio está a ser feito! -----

----- É preciso ainda discutir, porque o Sr. Presidente afirmou aqui que é um dos seus princípios, como é que nesta reestruturação está estabelecido o problema da descentralização de poderes. Já surgiram na Câmara Municipal de Lisboa, de várias correntes políticas, diversas opiniões sobre o assunto. Lembro-me que no tempo do Dr. Jorge Sampaio chegou-se a falar de um problema de descentralização de poderes, nomeadamente ligando esse problema com o problema desta proliferação de Juntas de Freguesia que têm 600 habitantes e outras que têm dezenas de milhar de habitantes, e nesta célebre Comissão que existe na Assembleia Municipal de Lisboa, que já fez não sei quantas reuniões para a reestruturação das freguesias, no tempo do Dr. Jorge Sampaio, numa tentativa de descentralização chegou-se a iniciar um debate sobre o que se chamava as mini-Câmaras, ou seja, a conjugação de um conjunto de freguesias e de serviços que dirigissem um conjunto de zonas da Cidade de Lisboa para aproximar o poder dos cidadãos e não estar tudo concentrado num edifício central. ----

----- No nosso programa e num debate tido na televisão com o Dr. Santana Lopes, o nosso candidato, Miguel Portas, falou de uma outra proposta a que chamou “distritos urbanos”, uma realidade que consistia em juntar várias freguesias e serviços da Câmara para que estejam mais junto da população, descentralizando poderes, aproximando o poder dos cidadãos. -----

----- Nem uma palavra sobre isto na reestruturação! -----

----- Como todos conhecemos minimamente os serviços da Câmara, nesta reestruturação falta perguntar como acabar com as câmaras dentro da Câmara, como acabar com os vários “poderzinhos” que existem em que muitas vezes umas Direcções decidem uma coisa e depois chega a meio do caminho e outros directores decidem de outras, outros entram de outro lado e os processos ficam entravados anos por causa das câmaras dentro da Câmara. -----

----- É por isso, Sr. Presidente da Câmara, que não encontramos nenhuma estratégia, nenhuma análise. É evidente que se pode dizer que isto foi analisado por uma empresa multinacional, credenciada internacionalmente! Sr. Presidente da Câmara, não conheço a empresa, não sei dos seus créditos, mas sei do seguinte, que é do conhecimento público: as empresas de auditoria internacionais mais consideradas estão neste momento em tribunal nos Estados Unidos da América, juntamente com várias outras empresas, por avalizarem contas de grandes falcatuas nas maiores multinacionais do mundo. Disso sabemos, é público e toda a gente sabe. -----

----- Portanto, discutamos não com esses parceiros mas com o nosso conhecimento concreto. -----

----- Mas falta discutir qual é a estratégia para chegar a esta reestruturação! E nesta estratégia é preciso saber qual é o debate para chegarmos a isto. Não pode ter apenas um parecer duma multinacional que chega aqui, que pode ter das pessoas mais credenciadas e com grande capacidade, não ponho em dúvida, mas o problema é que estamos nós aqui! -----

----- A primeira pergunta é porque é que esta Assembleia Municipal não participou num debate durante este tempo todo para chegarmos a uma proposta concreta? Com as alternativas, com as opiniões diferentes, naturalmente, e com o respeito pela maioria porque a maioria é a maioria! -----

----- E porque é que as Juntas de Freguesia não participaram, organizada e sistematicamente, nesta análise e não levantaram os problemas concretos e reais, o que não se fazia, naturalmente, numa reunião geral de Juntas de Freguesia em que se pode discutir tudo mas não se discutirá nada. -----

----- Porque é que as propostas chegam aos sindicatos, nalguns casos na véspera de ir à reunião de Câmara? -----

----- Saúdo a atitude da Câmara de aceitar algumas alterações pontuais que algumas das forças da oposição propuseram. É uma atitude positiva procurar encontrar pontos de consenso, mas não resolve os problemas de fundo! Não resolve os problemas de estratégia, para que fazemos esta reestruturação e como é que ela serve os munícipes. -

----- Sr. Presidente da Câmara, quero-lhe dizer que o Bloco de Esquerda não está de acordo com esta reestruturação, porque não a entende, não percebe o que é que se quer fazer, qual é a estratégia, como é que melhora a eficácia, como é que melhora a fiabilidade, como é que melhora o rigor da Câmara, como é que melhora a modernidade da Câmara, como é que melhora a transparência, como é que esta Câmara passará a servir melhor os munícipes. -----

----- E isso, para nós, é a razão de estarmos aqui.” -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “A Reorganização da Câmara Municipal de Lisboa deverá abranger aspectos tão diversos como: Estrutura, Modelo de Governo, Sistemas de Informação, Recursos Humanos, Descentralização e Desconcentração, Universo Empresarial, etc. -----

----- Nesta minha intervenção procurarei abordar os seguintes aspectos: -----

----- - Principais problemas actuais na Organização da CML; -----

----- - Principais alterações à Situação Actual; -----

----- - Principais Vantagens da Reestruturação Proposta. -----

----- **A. PRINCIPAIS PROBLEMAS ACTUALMENTE CONSTATADOS NA ORGANIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- - O processo de transformação do “Programa Político” numa Estratégica, partindo da avaliação do posicionamento competitivo da cidade não está formalizado na organização e não existe uma função que o possa gerir. -----

----- - As componentes fundamentais da missão da Câmara, Concepção/Planeamento, Regulação e Fiscalização estão sub-representadas face às actividades de Operações, as quais podem ou não ser realizadas internamente. -----

----- - A estratégia de desenvolvimento económico da cidade, nomeadamente a atracção de investimento no sector terciário avançado, actualmente não é gerida por qualquer área funcional. -----

----- - Excessiva hierarquização e integração vertical dentro de cada Direcção (do planeamento global à operação de detalhe), bem como existência de demasiados níveis hierárquicos, pouca polivalência e reduzida responsabilização, originando processos de decisão lentos, consequências na qualidade de serviço percebida pelos munícipes. -----

----- - Disseminação por toda a organização de actividades com a mesma natureza funcional (em especial funções de suporte), cuja centralização poderá originar importantes ganhos de eficácia e eficiência. -----

----- - Não existe uma estratégia integrada de Sistemas de Informação, não tendo sido identificadas as necessidades do Município nem desenhado um plano que coordene os investimentos em Sistemas de Informação das diferentes áreas da organização. -----

----- - A dissonância entre distribuição de pelouros e estrutura organizacional reduz a eficácia e eficiência da gestão dos Directores Municipais que têm que reportar a mais do que um Vereador. -----

----- - As áreas de responsabilidade dos Vereadores, sendo sobretudo de índole funcional, não potenciam a gestão de processos transversais de índole matricial, fundamentais para a melhoria de desempenho da organização. -----

----- **B. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES FACE À SITUAÇÃO ACTUAL** -----

----- 1. Foram criadas novas funções: -----

----- a. Planeamento Estratégico - Responsável pela compreensão da envolvente estratégica na cidade, da identificação das necessidades de intervenção da Câmara na cidade e pela transformação das linhas de orientação políticas para a cidade em objectivos de longo prazo quantificados; -----

----- b. Desenvolvimento Económico - Responsável por operacionalizar programas de modernização da estrutura económica da cidade, promover a cidade, dinamizar a criação de conteúdos que permitam atrair os segmentos turísticos mais relevantes, atrair investidores empresariais; -----

----- c. Auditoria Interna - Verificar, *a posteriori*, o cumprimento de regulamentos internos e externos pela gestão da Câmara e tomada de medidas correctivas dos problemas identificados; -----

----- d. *Marketing* ao Município - Analisar as necessidade dos municípios, definir uma estratégia de Comunicação e Promoção e comunicar de forma contínua e sistemática as iniciativas da Câmara aos municípios; -----

----- 2. Foi redefinido o funcionamento de algumas funções: -----

----- a. Projectos e Obras - Concentração numa área “gestora de projectos e fiscalização da obra” de tarefas que actualmente se encontram dispersas pela organização (ex. desenho de cadernos de encargos, de lançamento de concurso e fiscalização de obras); -----

----- b. Sistemas de Informação - Concentração da gestão de todos os Sistemas Informáticos da Câmara num único órgão que deverá funcionar de forma transversal com todos os clientes, mantendo pequenos *staffs* descentralizados para resolução de problemas de pequena dimensão que exijam intervenção rápida; -----

----- c. Contacto com o Município - Coordenação centralizada de todas as actividades de contacto com o município (presencial, telefónico, *internet*, *e-mail*, etc.) e responsabilização pelos níveis de qualidade percebidos pelo município por uma única entidade; -----

----- d. Aprovisionamentos - Concentração da função “negociação” para os artigos de compra frequente ou de elevado valor e coordenação global do processo de aprovisionamento de toda a Câmara; -----

----- C. PRINCIPAIS VANTAGENS DA RESTRUTURACÃO PROPOSTA -----

----- - Adequação da estrutura à Estratégia/Missão - Criação de Direcções Municipais que se identifiquem com as grandes necessidades de intervenção do Município na Cidade de Lisboa (planeamento urbanístico, reabilitação urbana, ordenamento da construção, desenvolvimento económico, etc.); maior proximidade com o município através da criação de um Centro de Contacto (de fora para dentro) e uma função de *Marketing* ao município (de dentro para fora); -----

----- - Segregação das funções de Planeamento/Concepção, Execução e Regulação/Fiscalização - Cada Direcção Municipal sé se deve focalizar num destes aspectos, evitando que cada uma delas tenha que se preocupar com todos eles simultaneamente; assegurar que a Câmara pode centrar-se nas actividades que devem ser mais importantes (planear, conceber, regular e fiscalizar) e mantém as opções para o futuro relativamente à forma como quer realizar as actividades de operação (internamente, em *outsourcing*, através de concessão, etc.); -----

----- - Coordenação centralizada de actividades críticas para a organização - Aproveitamento de economias de escala na realização de actividades de suporte; aumento do poder negocial perante os fornecedores da Câmara (foram identificados

um potencial de 10 a 12 milhões de euros); assegurar a construção de uma arquitectura comum a todas as áreas da Câmara, através de regras homogéneas e processos comuns (ex. Sistemas de Informação, Contacto com o Múncipe); maior controlo relativamente a algumas actividades críticas (ex. realização de obras); -----

----- - Aumento de transversal idade da organização - Evitar que a Câmara se continue a desenvolver em Direcções verticalizadas que duplicam estruturas, geram ineficiências, têm critérios distintos no contacto com os múnicipes e com as Juntas de Freguesia, não potenciam o trabalho em equipas de projecto para a resolução de problemas multidisciplinares (actualmente a maioria das questões por resolver na cidade envolve a intervenção de mais do que uma área estratégica da Câmara) - só colocando em contacto as diferentes Direcções Municipais em equipa é que se aproxima o Município dos cidadãos.” -----

----- Nesta altura, dado que o Sr. Presidente da Assembleia teve que se ausentar, o Primeiro Secretário, Deputado Municipal Rosa do Egípto, assumiu a Presidência da Mesa, passando a Segunda Secretária, Deputada Municipal Virgínia Estorninho para Primeira Secretária sendo o lugar de Segundo Secretário ocupado pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “1. Um pronto prévio, que é transversal a toda a análise, propostas e críticas sobre a presente proposta, é a de felicitação e congratulação com a iniciativa do executivo de apresentar uma proposta de conjunto de reorganização dos serviços a par da relativa ao “universo empresarial ou de participações do Município”. -----

----- No debate sobre o Estado da Cidade de Junho de 2001, e portanto ainda no mandato anterior, defendemos a “reforma orgânica dos serviços”, a par da reforma da Divisão Administrativa da cidade e da retoma do Planeamento, como as três áreas de prioridade que deveriam marcar a actividade de 2002. -----

----- Na altura afirmamos que: -----

----- ‘Os últimos anos foram marcados, a todos os níveis da Administração – a que Lisboa não foi excepção – pela criação e multiplicação das suas estruturas, que se consubstanciou, na prática, na desarticulação e desmembramento dos mesmos, na sobre posição de competências, no aumento dos custos burocrático-administrativos e mais grave de tudo, na perda de eficácia e qualidade dos serviços prestados com o consequente desprestígio e desconfiança da sociedade face aos serviços públicos. -----

----- Hoje é clara a necessidade de inverter esta dinâmica. E necessário marcar a diferença pela opção pela valorização dos trabalhadores da Administração, pela evidente responsabilização dos gestores e políticos, por uma política consciente de gestão de recursos humanos e técnico-patrimoniais, pelo evitar a externalização e do recurso a entidades indirectas da Administração. -----

----- Alertávamos nessa altura para o que em Lisboa considerávamos um dos aspectos mais dramáticos da gestão pública: a “PELOURIZAÇÃO da gestão municipal”. Neste sentido, esta proposta tem o mérito de romper com a reestruturação avulsa, pelouro a pelouro que se vinha verificando na última década. -----

----- Assim, defendemos então que urgia “fazer a reforma orgânica dos serviços, entendida na sua expressão mais lata, isto é, incluídos os diversos organismos de administração indirecta.-----

----- Uma reforma que dê coerência aos serviços, maximize os recursos e preste serviços de qualidade. Reduza a externalização e elimine uma das principais causas de desmotivação e descrédito da administração pública: a confusão entre os lugares e competências políticas e técnicas (problema em que a Câmara de Lisboa tem sido pródiga)’.-----

----- 2. Uma segunda nota prévia para sublinhar a convicção de que qualquer processo de reorganização de serviços é sempre doloroso para a entidade, desde logo porque é geradora de ansiedades – quer para os trabalhadores quer para quem desempenha funções de chefia – que se reflectem no ambiente de trabalho e por isso também na quantidade e qualidade dos serviços. -----

----- A minimização destes impactos impõe que a reorganização decorra de forma célere, transparente e participada. Para isso é necessário que o desencadear do processo seja acompanhado não só dos objectivos e orientações para a estrutura e dos princípios a aplicar aos trabalhadores independentemente do seu vínculo, como da calendarização do mesmo. -----

----- Critérios, aliás, não muito distintos dos referidos no último debate sobre o Estado da Cidade a propósito das deliberações e medidas suspensivas. -----

----- 3. Esses impactos negativos que uma reestruturação dos serviços sempre acarreta obriga a que esses processos só ocorreram de forma espaçada no tempo. A organização de uma entidade tem, para além de ser coerente, ser estável e/mas flexível. Uma proposta de organização de serviços de uma autarquia, e em particular com a dimensão da de Lisboa, deverá ter uma concepção que extravasa o mandato eleitoral. -----

----- Se outras razões não houvesse – como o do princípio elementar segundo o qual ouvir outras opiniões e sugestões é importante para quem pode e deve decidir – só a projecção no tempo que se espera que esta proposta tenha, obrigaria o executivo a fazer um significativamente maior esforço de transparência e de participação. -----

----- - De transparência quanto aos documentos que sustentavam a proposta. Mais do que o articulado importaria – e faço-o sublinhadamente – apresentar: o documento com as linhas orientadoras da reestruturação, um documento comparativo e justificativo das alterações que a proposta consubstancia e o documento sobre os canais de comunicação e articulação entre serviços consubstanciados na estrutura. -----

----- Era com esses documentos, neste momento e neste debate – ou nos que deveriam ter antecedido esta sessão de aprovação – que o executivo deveria ter suscitado as questões da tramitação dos processos – e não como o fizeram no Debate sobre o Estado da Cidade em que vieram apresentar questões como o da tramitação da factura da EDP, lamentado e aparentemente estranhando tal não suscitar questões.-----

----- - Quanto à participação – temo que esta seja a pior altura para falar nela, mas espero que a sua referência não tolha a capacidade de audição do executivo – esta parece ter sido uma oportunidade perdida. As estruturas dos trabalhadores são

consultadas no fim e em cima da apresentação da proposta a reunião de Câmara, mais para que tomem conhecimento do que contribuem. -----

----- E quanto à Assembleia Municipal também aqui o procedimento não fica aquém só do que a relevância que a proposta em si sugeriria, mas fica mesmo aquém do que é uso, costume e prática. Na última reunião cheguei a sugerir – sem que tal merecesse do executivo qualquer observação – que antes da votação da proposta se fizesse uma reunião em Comissão Específica ou permanente desta Assembleia com o executivo onde fossem limadas as dúvidas, discutidas as propostas e observações e eventualmente incluídas pelo executivo alterações – a exemplo do que se fez em anteriores reorganizações de estruturas do Município ou do que se faz sempre a propósito do Plano de Actividades e Orçamento. -----

----- Se os trabalhadores, as freguesias e a Assembleia não foram tidos em conta aquando da elaboração da proposta, seria de esperar que pelo menos antes da aprovação o fossem. E digo isto com particular mágoa, não só por estar convicto das vantagens que tal procedimento traria, mas porque tal seria o expectável face ao discurso reiterado – e reafirmado no último debate sobre o Estado da Cidade – do Sr. Vice-Presidente – por quem tenho toda a consideração pessoal, sublinho sem qualquer ironia – no sentido do diálogo e da busca da participação e envolvimento. -----

----- A celeridade não era incompatível com a participação, se esta última tivesse sido considerada desde o início. As sucessivas alterações de última hora introduziram mais atrasos do que a participação feita e equacionada a tempo. Tal como em qualquer obra, se um elemento não for introduzido de raiz tal significará de facto um prejuízo e representará de facto um enxerto. A verdade é que o executivo não quis, ou de todo não tem uma cultura de, participação. -----

----- Reconheço que as soluções de organização são inúmeras e seguramente feitas na convicção de que tal proposta será a melhor. Era no entanto esse documento justificativo que deveria acompanhar a proposta. -----

----- Se é certo que qualquer proposta, se coerente, é justificável, a verdade é que esta não é sequer defendida por nenhum documento. Limita-se a apresentar o articulado. Na falta dele e da leitura da proposta, que merece evidentemente todo o respeito, fica para mim a ideia de que a mesma não rompe com aquilo que considerei em diversas intervenções serem alguns dos problemas mais significativos da estrutura municipal. --

----- Assim, Fica a convicção de que a presente proposta não foi tão longe quanto era necessário. No essencial, ela reflecte a filosofia da estrutura anterior, que como referi conduz à pelourização da gestão municipal. -----

----- Aliás, temo que a orientação para este processo seja aquela que expressou aqui no dia 23 de Abril de 2002 e que passo a citar: “acolheram essa proposta no sentido da revisão da lei orgânica ser objecto de um grupo de trabalho alargado, composto pelos técnicos superiores da Câmara e representantes das várias forças políticas, para que assuntos relevantes para a gestão da cidade pudessem ser objecto desse consenso alargado, que era para ninguém perder um bocadinho do poder que se habituara a partilhar ao longo dos anos no Município de Lisboa. Quanto ao processo participado

nada mais falso e quanto ao principio de que ninguém perca o seu cantinho de poder não posso estar mais em desacordo. -----

----- 4. Importa então definir quais alguns dos eixos que consideraria importantes para a reorganização dos serviços (remetendo novamente para as intervenções feitas no debate sobre o estado da cidade de Junho de 2001 ou da discussão a propósito da criação das empresas LIS ou SIMTEJO): -----

----- Torna-se necessário previamente referir e caracterizar os diferentes serviços em função da sua natureza: -----

----- - serviços de âmbito funcional – que se destinam à satisfação das obrigações e competências processuais e/ou ao funcionamento da própria organização, como sejam os designados Serviços Centrais, de Recursos Humanos, Finanças ou património; -----

----- - de âmbito sectorial – que correspondem aos grandes sectores ou políticas e competências da autarquia, como sejam, o urbanismo, o transito, a educação a habitação e serviços sociais, ou o Ambiente em sentido lato; -----

----- - de âmbito geográfico – que correspondem a projectos em territórios que pela sua escala, complexidade e quase autonomia justificam estruturas próprias, de que são exemplo típico a Expo ou a Alta de Lisboa; -----

----- - por objectivos – que resultam de objectivos definidos num âmbito claramente político e que têm por isso uma dimensão temporal mais conjuntural, extinguindo-se com a concretização desse objectivo ou com a mudança de orientação e/ou prioridades políticas. O caso típico desse tipo de estruturas foi o Ministério da Igualdade ao nível da Administração Central. Na presente proposta é claramente o caso da Unidade de Projecto do Parque Mayer. -----

----- Assim, consideraria que: -----

----- As Direcções Municipais deveriam ser em reduzido número. Assumiriam uma natureza – e por isso um lugar – claramente políticos, assegurando uma coerência de sensibilidade e orientações para o conjunto de Departamentos de natureza similar, quer relativos a sectores quer a funções na estrutura municipal; -----

----- Na urgente definição do que são os lugares de natureza política e de natureza técnica, as Divisões seriam os lugares de chefia de natureza claramente técnica e os Departamentos seriam os lugares que embora com alguma componente política deveriam ter uma relação e um peso técnico significativo. -----

----- Os Departamentos assegurariam a coerência de critérios e procedimentos técnicos das respectivas Divisões. Serviriam de canal de comunicação e articulariam acções conjuntas dessas Divisões – por exemplo, de Divisões de âmbito geográfico contíguas. Os Departamentos dariam a escala da cidade ou, em casos excepcionais, grandes unidades geográficas. -----

----- Assim, desde logo o município careceria de uma Direcção de organização e gestão dos serviços e recursos do município. De alguma forma, uma Direcção que corresponderia à centralização das competências de gestão da máquina bem como de todos os organismos que no essencial se destinam ao relacionamento interno e à prestação de serviços à própria estrutura, isto é, serviços que asseguram o funcionamento interno (serviços centrais, recursos humanos, finanças e património, de

gestão dos recursos da autarquia e de gestão interna, mas também os serviços de informática, de estudos e informação estatística e georeferenciada, de aprovisionamento, ou o já aqui referido Dep. De Reparação e Manutenção Mecânica agora na Direcção Municipal de Ambiente Urbano, etc.); -----

----- Outro tipo de orientações resultaria do principio da necessidade de evitar a duplicação dos serviços, inúmeras vezes segmentando por diversos Departamentos. ---

----- A estruturação deveria centralizar em Divisões e ou Departamentos únicos serviços que se repetem em inúmeros Departamentos, conferindo-lhes uma escala que deverão representar uma melhoria dos serviço a que se destinam com economia de recursos. A título de exemplo, importaria que existisse um departamento de equipamentos em vez de uma proliferação de Divisões de equipamentos para cada sector (desporto, escolar, serviço social, cultura, etc.) Tanto mais, que a tendência actual é para que cada equipamento não seja apenas para afectação a um uso mas antes a várias utilizações. Quanto ao seu planeamento, ele deverá ser feito no quadro do planeamento global da cidade, seguramente no quadro das cartas de planeamento (carta escolar, de saúde, desporto, etc.) considerando a necessária distribuição geográfica e populacional e de serviços a assegurar e que será feita no âmbito da relação com os diversos serviços específicos (departamentos da acção social, de educação, de desporto, de cultura, etc.). -----

----- Outro tipo de preocupações é o da necessária redução ao mínimo possível a externalização da estrutura municipal – matéria a tratar no próximo ponto da ordem de trabalhos, mas que merece desde já a seguinte abordagem: importa que quando haja uma forma de administração indirecta da autarquia a estrutura interna não permaneça imutável, devendo os serviços da Câmara passar a funcionar apenas no sentido do acompanhamento e orientação dessa entidade. De alguma forma parece existir alguma duplicação entre a Direcção de Habitação e as Divisões desse sector da Direcção Municipal de Projectos e Obras e a Gebalis. -----

----- Em suma, a estrutura municipal não reflecte a estrutura empresarial e de participação do município e deveria reflecti-la. -----

----- A estruturação por objectivos deverá estar associada a uma área geográfica de dimensão significativa, conferindo-lhes unidade e coerência e reduzindo o seu character conjuntural que naturalmente ocorrerá quando é estritamente por objectivos (como acontece com a Unidade de Projectos do Parque Mayer). -----

----- A estrutura municipal deveria ser concebida no sentido da existência da porta única de contacto dos munícipes e utentes com a estrutura municipal, e poupando-os à dispersão geográfica e funcional dos serviços. -----

----- A este propósito, relembro que foi pela Assembleia Municipal aprovada uma recomendação por nós apresentada, a propósito dos apoios a prestar na área de estudos e trabalhos de investigação e desenvolvimento sobre Lisboa, que defendia precisamente a necessidade de um organismo de entrada e contacto da Câmara, competindo-lhe posteriormente fazer os encaminhamentos e a relação com os serviços do município. -----

----- Mas também em recente reunião da Comissão de Ambiente desta Assembleia com entidades do sector do Turismo, esta preocupação foi por elas defendida considerando que qualquer pedido de licenciamento nesta área implicava inúmeros despachos de diferentes pelouros, não poucas vezes contraditórios, competindo ao utente fazer diversas diligencias entre organismo e a totalidade dos percursos burocráticos. -----

----- Assim, complementarmente a essa concepção de «porta única» está o conceito de que a burocracia interna deve ser gerida e absorvida pelos próprios serviços. De alguma forma, correspondendo à minimização da burocracia para o exterior e assim impor também maior eficiência interna. -----

----- Haveria a considerar a perspectiva de um atendimento descentralizado. Em Junho de 2001 falávamos das “Lojas Descentralizadas de Comunicação”. -----

----- Concordando com o princípio da descentralização que enunciou agora o Sr. Presidente, o que não consegui foi ler a expressão dessa orientação no articulado apresentado. -----

----- Referir que discordo em absoluto da estruturação municipal com base em critérios de “consideração” ou “desconsideração” por cada sector. -----

----- 5. Com base nestas premissas, necessariamente diferentes das orientações deste documento, resultam algumas observações, críticas e propostas (mesmo sabendo que estas últimas estão já fora de possibilidade de aceitação): -----

----- Quanto às Direcções Municipais não é para mim perceptível o critério que agrega o Trânsito à protecção Civil e Segurança; Ou o que agrega a Acção Social à Educação, Juventude e Desporto e não à Habitação Social; Ou o que autonomiza a Cultura da Educação e dos demais tempos livres (Desporto e Juventude); -----

----- O divórcio entre o trânsito e o urbanismo é um problema estrutural não só de Lisboa mas nacional. A propósito do Debate sobre a Mobilidade na AML promovido por esta Assembleia levantei precisamente a questão da Mobilidade ser sempre considerado um sector de fim de linha, chamado à posteriori para resolver o que o planeamento e gestão urbanística deveriam ter tido em conta de raiz – com os evidentes custos humanos, económicos, materiais e urbanos que resultam da intervenção posterior para correcção. Esta proposta assenta no mesmo princípio. Separa a Gestão Urbana do Planeamento Urbanístico; -----

----- Tinha também uma observação considerando que a separação entre Finanças e o Património pareceria corresponder ao sentido global da proposta de reorganização: o de manter no essencial a estrutura preexistente. Esta matéria foi agora corrigida, o que reforça a ideia de que se a participação fosse antecipada, como defendemos, muitas melhorias poderiam ter sido incorporadas; -----

----- Outra constatação é a que verifica que esta proposta reduz o número de Divisões mas aumenta o número de Direcções, isto é privilegia os lugares de natureza mais marcadamente políticos em detrimento dos lugares de chefia de natureza mais técnica; -----

----- Quanto às Unidades de Projecto. Estas estruturas correspondem no essencial uma estrutura por objectivos. Se estruturas deste tipo permitem um elevado grau de especialização, a verdade é que essa vantagem não se aplica, por não ser partilhada,

nos casos similares, visto criarem-se estruturas estanques entre si – ou não serem apresentados os canais de comunicação e articulação. -----

----- Por outro lado, não poucas vezes estas estruturas conflituam (em termos de concepção, soluções, estratégias, orientações, etc.) com as de outros serviços que actuam no mesmo território. O Arq. Silva Dias relatava há já alguns anos um episódio ocorrido com um Arquitecto que viu um projecto de recuperação num Bairro Histórico ser chumbado por alterações que tinha introduzido por indicação num outro serviço da Câmara. O facto foi que um serviço informou que só seriam viabilizados projectos que criassem lugares de estacionamento e outro serviço chumbou posteriormente por o portão constituir uma alteração de fachada – o que esse serviço não admitiria por um regulamento próprio. -----

----- Para além disso, as UP correspondem geralmente a mais um serviço a que o município tem que se dirigir para tratar dos aspectos em que necessita de se relacionar com a autarquia. Estas soluções parecem no essencial corresponder no essencial a uma solução de continuidade, neste caso agravando os sintomas, face ao preexistente a esta proposta. -----

----- Acresce que a multiplicação destas estruturas representam na prática a perda das designadas economias de escala. Por exemplo, as UP de Alfama, Castelo e Mouraria – pelo menos mais a UP da Madragoa está em igual situação – têm cada uma um técnico de Sociologia. Os estudos e trabalhos que 1 sociólogo isoladamente pode desenvolver são manifestamente inferiores ao que 4 teriam capacidade e potencialidade para efectuar se agregados numa Divisão de Estudos prestadora de serviços aos organismos de planeamento, gestão e reabilitação urbana. O Sr. Presidente será particularmente sensível a este argumento se considerando ter dirigido uma empresa de sondagens e saber que a recolha de dados não se pode prolongar no tempo pelos desvios que tal representam. -----

----- Assim a presente proposta de UP desenvolve pequenas ilhas não dando continuidade de soluções e tratamento para territórios contíguos, ou mesmo que com descontinuidades físicas, poderiam ter ganhos se associadas enquanto funcionalidades.

----- Tal não é incompatível com a existência de Gabinetes Técnicos Locais descentralizados. A estrutura de planeamento e estudos pode ser central tendo em função das especialidades técnicas dias descentralizados. Ou tendo um pequeno corpo de técnicos para cada GTL e um conjunto de especialidades que partilham o apoio a mais que um Gabinete, aumentando a partilha de experiências e com ganhos de produtividade e realização desses trabalhadores. -----

----- Para além destes considerandos gerais, quanto à proposta de reorganização em si, apresenta algumas outras questões concretas que suscitam dúvidas: -----

----- Ainda tem sentido uma UP para a EXPO, definidos que estão no essencial os Planos de Pormenor, as infra-estruturas, etc.? -----

----- De alguma forma só as UPs da EXPO e da Alta de Lisboa correspondem de facto a estruturas por objectivos mas associadas a uma área geográfica com uma escala e dinâmica que se justifica. -----

----- A fragmentação de UPs para o Castelo, Alfama e Mouraria não permite um tratamento integrado que o somatório dos territórios aconselharia. Todos nos lembramos da discussão em torno do elevador de São Jorge suscitar a necessidade de um plano integrado de mobilidade e acessibilidade ao Castelo. -----

----- Similar problema pode ser suscitado para o Chiado, Bairro Alto e Bica e São Bento. -----

----- Não são estes dois últimos grupos de UPs estruturas conjunturais e assim contrários ao princípio de que a reestruturação dos serviços deverá consubstanciar uma organização estável e coerente? -----

----- A UP do Parque Mayer não corresponde a um excesso de zelo? Não passa a solução do Parque Mayer pela figura do Plano de Pormenor, e assim enquadrável no Departamento de Planeamento? -----

----- Em recente reunião com a Federação das Organizações de Pessoas com Deficiência foi suscitada a questão da transversalidade de algumas matérias, como a da eliminação das barreiras arquitectónicas, e o seu enquadramento na reorganização dos serviços. Como é feita essa articulação entre serviços? Como é assegurado que na Gestão Urbana essa matéria tratada ao nível dos serviços Sociais, ou vice versa, não é esquecida? -----

----- Em síntese, quanto às críticas à proposta e ao processo: -----

----- Desde logo, a sensação que resulta da leitura da acta da reunião de Câmara de que não há grande convicção de que este seja um momento muito significativo e: importante no funcionamento global futuro da autarquia e dos seus níveis de desempenho; -----

----- A total ausência de empenho na busca da auscultação e da participação neste processo; -----

----- Não se vislumbra uma relação entre os objectivos e zonamentos do PDM com a proposta de estrutura apresentada, matéria que não pode deixar de constituir preocupação; -----

----- Esta proposta não evita a multiplicação e dispersão de serviços similares pelos diversos Departamentos e em paralelo com a estrutura participada e empresarial externa; -----

----- Tem que ficar claro que o objectivo desta intervenção e de participação nesta Assembleia é o da total disponibilidade para dar o contributo positivo para as matérias em debate. Por isso preferia tê-la feito no quadro de reuniões prévias de debate e aprofundamento; -----

----- Com base na leitura do articulado, único elemento distribuído, entendo que esta não é, no essencial, a proposta que eu entenderia necessária, mantendo que considero que a situação preexistente, resultante de reestruturações avulso, carecia de um processo de uniformização de critérios de organização.” -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “A proposta 455/2002 hoje apresentada como uma proposta de reorganização orgânica do Município de Lisboa, enferma por um conjunto de defeitos e prova que o

Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, não pretende realizar uma reorganização participada baseada em princípios democráticos a que vínhamos sendo habituados. – As Juntas não foram ouvidas e no meu entender deveriam sê-lo. -----

----- A proposta que nos é apresentada, não é acompanhada por um documento definidor dos objectivos que a Câmara pretende alcançar. -----

----- Uma coisa parece no entanto ser clara, existe uma lógica privatizadora. -----

----- Só assim justifica, como o afirmam as estruturas sindicais, em que foram obrigados a apresentar os seus pareceres num espaço de tempo extremamente reduzido. -----

----- Seria muito mais interessante na apresentação da proposta colocar como objectivo da Câmara criar condições para a privatização dos sectores principais como a Higiene e Limpeza Urbana e Espaços Verdes e exteriorizar a frota. Assim colocavam tudo a descoberto, tal como está mais parece gato escondido com o rabo de fora. -----

----- A desagregação do DSEM, repartido pelos Serviços Centrais vai criar uma desresponsabilização técnica, dada a sobreposição e duplicação de funções. -----

----- As Juntas de Freguesia que nos últimos anos vinham a ter uma relação com a Câmara assente numa Direcção Municipal, a DMIL, que resultou num importante elo de ligação, permitindo a resolução de muitos e sérios problemas da Cidade de Lisboa A DMIL era a Direcção Municipal que mais prestígio criou junto das Autarquias. Estão aqui Presidentes de Juntas de Freguesia que podem testemunhar a sua importância. -----

----- A Câmara aponta para extinguir a DMIL, importa no entanto esclarecer qual a Direcção Municipal que a vai substituir, na relação com as Juntas de Freguesia. -----

----- Na proposta apresentada desaparece o Gabinete de Prevenção à Toxicodependência. Que pretende a Câmara com esta medida? Deixar de apoiar a prevenção à toxicodependência na Cidade de Lisboa? Vai continuar a desenvolver esta acção? Se existir resposta afirmativa, importa dizer como. -----

----- A proposta de reorganização dos serviços da Câmara apresentada à Assembleia Municipal de Lisboa não serve os trabalhadores do Município, não serve as necessidades da Cidade de Lisboa, nas suas várias vertentes e tem como definição uma lógica privatizadora dos serviços essenciais da cidade. Não corresponde ao que as Juntas de Freguesia esperavam. Por isso o PCP vai votar contra a proposta n.º 455/2002 por entender não poder apoiar uma proposta, que como dizem as estruturas dos trabalhadores, é recuar 20 anos porque põe em causa os trabalhadores do Município e os seus postos de trabalho.” -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Sr. Presidente da Câmara, depois de tantas intervenções feitas por Deputados Municipais entendidos em reorganização, alguns deles há anos nesta Assembleia, mas calados, duas simples palavras para felicitá-lo, tal como ao Executivo, pelo documento que agora nos apresenta. -----

----- Não passa pela cabeça de ninguém que alguma vez tenha gerido alguma coisa que, face ao dinamismo e às constantes mutações que hoje se verificam, uma organização não tenha feito uma análise global da sua estrutura durante 14 anos. -----

----- É forçosamente um organismo passado, para não dizer obsoleto. -----

----- A estrutura em que assenta a gestão da Câmara é uma estrutura anquilosada, desarticulada. -----

----- Conheço a actividade da Autarquia desde 1983. Deputado Municipal, Vereador e agora Presidente de Junta de Freguesia. É sobretudo nesta função que maior sinto a ineficácia da actual estrutura. -----

----- A anterior maioria, para se controlar mutuamente, cruzou os Pelouros e os serviços, desresponsabilizou as pessoas. Hoje, quando se pretende saber alguma coisa correm-se “n” Departamentos, ninguém sabe de nada, é sempre com outro. É esta a triste realidade dos tempos que correm. -----

----- A verticalização que agora faz é essencial para responsabilizar os serviços e as pessoas. -----

----- Penso que esta estrutura, ela própria, agradará aos responsáveis municipais porque os responsabiliza, porque passam a poder dispor, na vertical, de todos os instrumentos necessários à sua actuação. -----

----- Quero dizer que sempre entendi que na reorganização de uma estrutura se deve ouvir quem nela trabalha, e mantenho esta posição. -----

----- Não posso por isso deixar de fazer notar as preocupações de algumas forças políticas sobre a forma, no seu entender má, como foram ouvidos os sindicatos, forças políticas que quando no exercício do poder desconheciam os pareceres dos ditos sindicatos, alguns deles, diga-se, com sugestões bem válidas. É a vida, como diria um ex-Primeiro-Ministro. -----

----- Penso, Sr. Presidente da Câmara, que é sempre útil ouvir as pessoas, colher sugestões como fez. Mas penso também que quem gere deve assumir a estrutura com que pretende cumprir o programa com que foi eleito.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Figueiredo (PS)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

-----“De acordo com a nossa opinião quem ganha as eleições, quem se propôs ao eleitorado com determinados objectivos e teve maioria, ainda que relativa, deve ter a iniciativa de se organizar, como entender, em termos de distribuição de pelouros e consequente adequação da estrutura aos seus objectivos. Desde que, naturalmente, sejam salvaguardados os direitos dos trabalhadores. -----

----- Até porque a estrutura é, e deve ser sempre, não um fim em si mesmo mas um instrumento, uma forma, um meio de alcançarmos os nossos objectivos. -----

----- Além do mais, no que à Câmara de Lisboa diz respeito, a actual orgânica teria sempre, qualquer que tivesse sido o vencedor das eleições, de sofrer as necessárias adaptações decorrentes da natural evolução dos tempos e das novas realidades com que o poder autárquico, em geral, e a Câmara de Lisboa, em particular, se defrontam nos dias de hoje. -----

----- Daí que a posição do PS tenha sido de balizar princípios, apontar erros, incongruências e falhas, a par de contribuir com algumas sugestões e pormenores resultantes da experiência acumulada pelos nossos eleitos. -----

----- Como se pretende de uma oposição séria, responsável e construtivamente crítica que o PS Lisboa é e será até ao fim do mandato. -----

----- Daí, também, que seja conhecida a posição, no que à votação diz respeito, do Partido Socialista. -----

----- Cumpridos que foram alguns requisitos que considerámos essenciais e corrigidas inúmeras situações menos correctas, de que é exemplo mais flagrante a aberração de não existência da área da Habitação, naturalmente que da nossa parte a proposta não será inviabilizada. -----

----- Claro que temos discordâncias, que faríamos outras alterações e que concordamos com parte das propostas. Claro que nunca seria esta a nossa proposta de alteração da orgânica da Câmara. -----

----- Registamos, por exemplo, que nos parecem opções erradas a concentração do Serviço de Obras, algum desmembramento dos Serviços Eléctricos e Mecânicos ou a concentração da Acção Social, da Educação, da Juventude e do Desporto. Opções que, a par de outras com impacto significativo, interna e externamente, a Câmara assumirá - com as suas consequências positivas e negativas. -----

----- Daí a nossa abstenção! -----

----- Não podemos no entanto, deixar de nos referir ao estudo da *Roland Berger* que introduziu, em Câmara, o debate sobre esta matéria. -----

----- Principalmente porque nos pareceu um trabalho incipiente e pouco profundo, talhado à medida da encomenda solicitada. Trabalho que, face às suas conclusões e metodologia, poderia perfeitamente ter sido dispensado e substituído pelas ideias da maioria que gere a Câmara economizando-se o seu custo. -----

----- Como decorre da análise comparativa entre os discursos anteriores do Presidente da Câmara, do seu programa eleitoral, do relatório e das propostas que nos foram apresentadas. -----

----- Senão vejamos a título de exemplo quanto à metodologia: Relativamente às fontes de inquérito não houve caracterização do munícipe, não houve caracterização das empresas, não houve caracterização dos líderes de opinião. -----

----- No que se refere ao *Audit Cultural* à Câmara não se entende qual o critério utilizado em relação aos cargos dirigentes consultados, dado que em algumas Direcções Municipais foram ouvidas as chefias até ao nível de chefe de divisão e noutros casos apenas foram ouvidos os dirigentes nomeados como directores municipais. -----

----- Foi feita referência a terem sido consultados mais de 400 colaboradores sem uma explicação quanto ao critério adoptado para o apuramento da informação ao nível técnico. -----

----- Um exemplo quanto ao conteúdo: Aborda-se a optimização de custos com fornecimentos e serviços externos não explicando o método de avaliação e a sua

relação com os procedimentos de contratação pública. E se nalgumas áreas isso será possível e desejável noutras não será possível. -----

----- Meros exemplos de uma despesa que serviu apenas para suportar, mal, o que já estava pensado. -----

----- Em conclusão, o Dr. Pedro Santana Lopes não tem, como afirmou, uma visão estruturalista, a visão de achar que as políticas dependem da estrutura. Entende que dependem da capacidade das pessoas e da competência das pessoas. -----

----- Nós concordamos com esta tese. Por isso, aquilo que esperamos é que esta maioria e os funcionários da Câmara possam potenciar o que esta proposta tem de bom e possam corrigir, na prática, o que esta proposta tem de mau.” -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Começo por saudar a Mesa que preside a esta Assembleia Municipal. Quero cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, o público presente e todos aqueles que com o seu trabalho contribuem para que estas sessões decorram com a dignidade que merecem. -----

----- As medidas recentemente tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa, relativamente à reestruturação dos serviços da mesma, levam a bancada que aqui represento a manifestar fortes preocupações no que concerne ao futuro dos trabalhadores desta autarquia dado que não lhes foi solicitada colaboração num processo que os envolve e as organizações sindicais que os representam não terem sido ouvidas com a devida antecedência. Convenhamos que dois dias para pronunciamento sobre tão importante matéria é demasiadamente pouco. Concordará comigo Senhor Presidente e Senhora Vereadora do Pelouro, Drs. Ana Sofia Bettencourt. E depois da garantia pessoal dada pela Senhora Vereadora, de que o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa seria atempadamente consultado!... -----

----- Senhor Presidente -----

----- Queremos exprimir, aqui, com toda a força que contará com a certeza de uma firme vigilância da nossa parte, em estreita articulação com os Sindicatos, no sentido de vermos garantidos todos os direitos dos trabalhadores deste Município, dos quais, como sabe, os mesmos não abdicam. -----

----- E que esta onda privatizadora e da maior ofensiva a que assistimos no mundo do trabalho e que o Governo PSD/PP teima em levar por diante, poderá indiciar "apetites" a que a Câmara Municipal de Lisboa possa não ficar indiferente. Se tal intenção, porventura, aqui chegar, poderá o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora contar com o nosso veemente protesto. Não aceitamos que os vínculos laborais dos trabalhadores e as suas condições de trabalho se fragilizem ou degradem. Tudo faremos em defesa da gestão pública, participada e democrática. -----

----- Assuntos desta natureza devem ser amplamente discutidos, por forma a serem encontrados os consensos necessários para que a sua aplicação resulte. É, por isso, importante que nos reportemos à experiência da última reestruturação onde houve um trabalho prolongado, elaborado por uma comissão alargada que integrava

representantes dos vereadores, comissões sindicais, directores municipais, etc. e, depois de proceder a um levantamento das situações existentes, juntou todas as posições resultantes das auscultações feitas que visavam uma proposta integradora e harmoniosa pronta a responder às necessidades identificadas. -----

----- Este procedimento não impediu, sequer, que se fizessem reajustamentos depois da entrada em vigor da nova Organização. Desta forma, foi possível melhorar a operacionalidade da mesma, colmatando falhas entretanto detectadas. -----

----- Queremos lembrar as preocupações trazidas a esta Assembleia, no passado dia 5 do corrente, por um representante dos trabalhadores da Parque-Expo relativamente às repercussões nos postos de trabalho aí existentes em face da posição da Câmara assumida após as eleições, isto é recusando o modelo de estrutura aí existente. Os trabalhadores aguardam, agora, o cumprimento da palavra dada pelo Senhor Presidente, no sentido de serem assumidos todos os postos de trabalho. -----

----- É no diálogo, na auscultação dos problemas e na busca conjunta de soluções que os trabalhadores e os munícipes vêem os seus direitos e interesses devidamente salvaguardados. Daí, resultam melhores condições de vida para os trabalhadores e, conseqüentemente, um melhor e mais qualificado Município. -----

----- Que a prática desta Câmara Municipal o confirme. É isso que sinceramente esperamos.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção era feita porque num estudo realizado, por encomenda da Câmara, para a reestruturação, vinha uma página, concretamente a n.º 20, que era bastante significativa. -----

----- O tema era “a Câmara Municipal de Lisboa poderá externalizar actividades como a recolha e tratamento de resíduos sólidos ou a limpeza”, e depois, no estudo, orientava-se no sentido de que aquelas que eram para externalizar, entregar, eram a recolha e tratamento de resíduos sólidos, a limpeza urbana, manutenção da rede viária e vias pedonais, ambiente urbano, espaços verdes e embelezamento da cidade, e especificavam-se uma série de áreas enormes quanto a parcerias, ou seja a Câmara e outras instituições privadas, nomeadamente a promoção de eventos desportivos, promoção do investimento privado na cidade, saneamento básico, reabilitação urbana, gestão da rede de transportes públicos na cidade, gestão do mobiliário urbano e iluminação pública, oferta de infra-estruturas culturais, promoção turística e apoio aos turistas, oferta de infra-estruturas desportivas, promoção do comércio tradicional dos mercados, programação cultural, acção social, combate à toxicodependência, apoio a idosos e promoção da habitação social. -----

----- E depois tinha aquelas áreas que eram lançadas na “internalização” como seja aquelas que não eram rentáveis, portanto os privados não tinham interesses nelas, que ficavam à responsabilidade dos munícipes, ou seja da cidade, que eram a protecção civil e bombeiros, planeamento urbano, informação ao munícipe sobre a cidade, reforço da segurança pública, ordenamento do território, reforço da rede viária e estacionamento, planeamento estratégico da cidade, licenciamento de actividades económicas e licenciamento de obras particulares. -----

----- Quanto a si, este estudo encomendado pela Câmara Municipal era um estudo que parecia um estudo de mercado dos finais dos anos sessenta, mas sem uma parte que já então era bastante significativa, a da análise sociológica. Sobre isso, não dizia nada! --

----- Não estudava a cidade nas suas diferenças e identidades, não procurava dar respostas aos problemas centrais das populações e, por outro lado, não tinha o mínimo de preocupações com os trabalhadores da Autarquia que, a partir de agora, iriam conhecer ainda maior insegurança. -----

----- Era um estudo para vender um produto. Vendia a Câmara Municipal nos sectores rentáveis, falava em externalizar – que raio de chavão – serviços, mas talvez fosse esterilizar no sentido do emagrecimento e destruição. Mas dizia claramente o que a Câmara poderia vender, o que a Câmara poderia ter em conúbio com outros e o que a Câmara deveria sustentar, o que não dava lucro. Sempre a mesma receita, fosse em sectores estratégicos vendidos pelo Poder Central, fosse, agora, no Município! -----

----- Recordou que já disseram na Câmara Municipal que a reestruturação assim proposta não servia a cidade. Para o futuro de Lisboa não só não definia objectivos como também não tinha em conta uma questão fundamental que eram os milhares de trabalhadores do Município, com direitos, sonhos, ambições e vontade de trabalhar mais e melhor. -----

----- Continuando, disse que as Juntas de Freguesia não foram ouvidas nem achadas, tal como foram também ignorados os interesses e perspectivas fundamentais da cidade. O estudo falava de envelhecimento da população e de perda de habitantes, mas não havia uma palavra, por exemplo, para essa tal bandeira que era a habitação para a juventude. Foi chão que deu votos, mas que não dava dinheiro fácil. -----

----- A reestruturação propunha a concentração de serviços e trabalhadores em duas grandes áreas: higiene urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos, limpeza, manutenção de espaços verdes e obras, pelo que fácil era perceber por onde poderia começar a entrega de sectores aos privados e o emagrecimento do número de trabalhadores. -----

----- Depois, era a concentração das obras. A outra reestruturação, naquele tempo, 1988, tinha sido considerada inadiável no sentido de acabar com os monstros que não funcionavam, foi na década de oitenta/noventa! Claro que este retorno de agora ao passado seria caricato se não trouxesse objectivos concretos já perceptíveis. -----

----- Continuando, disse que as concentrações e os estrangulamentos agora propostos eram, à partida, muito perigosos e pesados para a cidade e para os trabalhadores da Autarquia. Os sindicatos não foram ouvidos de forma séria e atempada nem tidos em conta, o parecer do Sindicato do Município era disso prova clara, e disso era exemplo a parte que passava a citar: -----

----- “Constatamos, com forte apreensão, que paralelamente ao processo de discussão desta proposta de reestruturação dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, sejam anunciadas publicamente, por actuais responsáveis políticos do Executivo, inclusive pelo próprio Presidente, a intenção de externalizar alguns serviços da Câmara, nomeadamente a limpeza urbana e os espaços verdes, postura que consideramos totalmente inaceitável e que rejeitamos em absoluto.” -----

----- E acrescentava, ainda: -----
----- “A centralização – em relação à Direcção Municipal de Projectos e Obras – nesta Direcção Municipal, ao nível da execução de obras municipais, mantendo ao nível do planeamento e do projecto e até mesmo de execução a sua dispersão por diversas Direcções Municipais, levanta-nos muitas dúvidas quanto à operacionalidade futura desta área, tanto mais que – como, aliás, é reconhecido – existem muitas especificidades no âmbito da intervenção do Município nesta matéria.” -----
----- Seguidamente leu alguns parágrafos do parecer emitido o SINTAP -----
----- “Assim sendo, passamos à apreciação do documento. -----
----- Renascem a Direcção dos Serviços Centrais e a Direcção dos Serviços de Obras, que tinham sido eliminadas, a nosso ver bem, na anterior reestruturação, porque pela sua dimensão e conseqüente inércia constituíam um entrave sério ao funcionamento do Município. -----
----- Em suma, consideramos que esta proposta de reorganização dos serviços não passa de um documento apressado, parcialmente desenquadrado da realidade da Câmara e da sua experiência, que não resolve muitas das assimetrias que deveria resolver, criando novos estrangulamentos, alguns dos quais se sabe que serão maiores que aqueles que se propõe resolver.” -----
----- Continuando a sua intervenção, disse que a DMIL, que servia as populações locais em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, era extinta e nada de eficaz era proposto em sua substituição. -----
----- Portanto, nesta Lisboa “desinfeliz” ficava a visão de mercado a comandar o futuro da cidade e do Município. E isto não era uma questão de somenos, era uma questão essencial porque onde só se viam números e não se via a cidade, as pessoas e os trabalhadores do Município, tal queria dizer que viria mais desemprego, mais inoperância para justificar a alienação e a entrega de sectores rentáveis. -----
----- Terminou dizendo que o PCP estava contra esta reestruturação, porque ela era empobrecedora para a maioria da população da cidade e para os trabalhadores do Município e estava cheia de objectivos perversos, mas neste mandato veriam melhor os seus desígnios e os resultados. Bons para uns, poucos claro, e maus para a Cidade de Lisboa que amavam e continuavam a defender e a impulsionar. -----
----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra disse que há pouco lhe disseram que falar de educação não era um assunto importante, mas agora que queria discutir a reorganização parecia que também não era importante já que não tinha ali ninguém da Câmara Municipal com quem pudesse conversar. -----
----- Disse, depois, que já que não tinha sido ouvido enquanto Presidente de Junta desejava ali colocar uma ou duas questões, mas não encontrando quem da Câmara lhe pudesse responder não sabia se valia a pena continuar a falar, a menos que falasse apenas para os Deputados Municipais, mas assim poucas informações poderia obter. --
----- O que o preocupava, segundo disse, era a questão da reabilitação urbana, nomeadamente a Divisão dos Núcleos Dispersos, já que existia uma Divisão nessa área, mas agora, segundo a documentação que acabara de ler, deixava de existir e não

encontrava na actual proposta soluções alternativas a essa Divisão. Eram criadas as Unidades de Projecto para a Alfama, Bairro Alto, Bica, São Bento, Castelo, Madragoa, São Paulo e Mouraria, o que o levava a perguntar quem iria acompanhar a zona histórica de Carnide, a zona antiga dos Olivais, Lumiar, Ameixoeira, os pátios e vilas e as quintas históricas da cidade, já que não encontrava uma solução na proposta. Seria que reabilitação urbana era só para as zonas referidas na proposta e se tinham esquecido de outras áreas importantes da Cidade de Lisboa? -----

----- Referiu que estava a avançar o Plano de Urbanização Carnide/Luz, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, a sua esperança era que as coisas fossem evoluir de outra forma mas com esta reestruturação tinha grandes receios em relação a esse plano para aquela zona da sua freguesia, exactamente porque desaparecia o interlocutor directo que era a Divisão de Núcleos Dispersos. -----

----- Portanto, pedia que fosse esclarecida essa questão, até porque não tinha sido consultado e se calhar se tivesse sido consultado na altura poderia ter alertado para essa situação. Esperava, contudo, que tivesse sido um lapso e que as zonas de Carnide Velho, Olivais, Lumiar e Ameixoeira não tivessem perdido importância para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Rematou dizendo que não só as Juntas não foram consultadas, como também os próprios técnicos o não foram e lamentavam que tivessem sido informados pela comunicação social dessas alterações. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, começou por aludir ao ponto da suposta falta de audiência de outras entidades, tendo dito que considerava que era, pelo menos pouco elegante, acusar os outros daquilo que não correspondia à realidade dos factos. -----

----- É que, de facto, a Câmara ouviu as estruturas sindicais nos termos estipulados e preceituados por lei. Aliás, alteraram até a data de uma reunião de Câmara para permitir fazer aquilo que, diria, não era respeitado em muitas autarquias e por outras entidades mesmo ligadas ao Estado, o respeito integral pelo prazo em relação à proposta inicial de reestruturação que apresentaram. -----

----- Sabia que alguns Deputados Municipais considerariam dispensável, ou de somenos importância, o facto de terem estado disponíveis para ouvir os representantes sindicais na frente de todos os trabalhadores do Município, o que até então nunca tinha acontecido, e desejava dizer que tinha de memória, no geral, quais foram as objecções, nomeadamente do representante do Sindicato dos Trabalhadores do Município, que fizera alusão à preocupação com os vínculos precários; discordara da horizontalização subjacente à proposta; da concentração dos serviços nas Obras Municipais; a preocupação no que respeitava ao sector empresarial com a extinção da LIS-Desporto; e a preocupação com a possível externalização de alguns serviços do Município, nomeadamente na área da Higiene Urbana, que foi a alusão mais concreta. -----

----- Foram, portanto, um conjunto de preocupações que, como tivera oportunidade de referir na altura, eram genericamente coincidentes com as preocupações manifestadas por algumas vozes políticas representadas na oposição ao actual Executivo camarário, mas, mesmo assim, não deixaram de merecer o mesmo respeito. -----

----- Por outro lado, nessa reunião na Cordoaria, foi igualmente manifestada numa intervenção a preocupação com a desgradação da Direcção Municipal dos Recursos Humanos. -----

----- Portanto, ouviram os representantes sindicais de uma maneira como não foram ouvidos nas reestruturações avulsas efectuadas no passado. -----

----- Naturalmente que em relação a propostas de alteração que foram apresentadas em concreto, com certeza que o prazo de audição não foi o mesmo, porque, se isso acontecesse, de facto estariam num deferimento de todo o processo de deliberação, quer da Câmara, quer da Assembleia absolutamente incompreensível. Se, por exemplo, em relação às recomendações que hoje iam ser deliberadas pela Assembleia Municipal, e que a Câmara aceitava, se se abrisse novo período exactamente igual ao inicial da apresentação da proposta global de reestruturação, obviamente seria uma incongruência. -----

----- Por conseguinte, ouvir como ouvira nalgumas intervenções que a estruturas representativas dos trabalhadores foram ouvidas, sobre as propostas de reformulação, com um dia de antecedência ou na véspera, enfim, não sabia se as pessoas gostavam de ser assim, ele com franqueza não gostava, mas cada um lá sabia o respeito que gostava de ter pela verdade. -----

----- A Câmara, como disse, superara até os prazos previstos na lei para as estruturas representativas dos trabalhadores se pronunciarem e houve preocupações que foram manifestadas, como, aliás, tem havido também noutra âmbito: havia preocupações com as horas extraordinárias, com alguns tipos de subsídios, com a manutenção de algumas regalias, mas não eram essas que estavam ligadas directamente à questão da reestruturação. -----

----- Diria que não houve nenhuma preocupação manifestada pelos representantes dos sindicatos, concretamente o Sindicato mais interventivo nesta matéria da reestruturação, que não tivesse sido também assumida como posição própria pelas políticas representadas no Executivo. Ou seja, podia dizer-se que era natural nos tempos que correm haver coincidência entre aquilo que defendia um Sindicato e aquilo que defendiam os partidos políticos, seja! A culpa seria dos partidos políticos não seria dos sindicatos, seja! Mas que existia essa coincidência existia! Eram diferentes tipos de respeito, mas era profundo em qualquer dos casos, pela posição dos partidos e pela posição dos sindicatos mesmo quando as posições coincidiam. -----

----- Quanto à alusão de que os Presidentes de Junta não foram ouvidos, disse que foram ouvidos, embora não formalmente, já que houve conversas várias, variadíssimas. -----

----- Sobre o que referiu o Deputado Municipal António Cunha disse que a opinião sobre a DMIL não era assim tão unânime, e aconselhava-o a que não se quisesse sujeitar a alguma dissonância que já acontecera na última reunião da Assembleia Municipal vinda de fileiras se calhar mais próximas dele do que das suas, porque, de facto, a opinião sobre a valia do trabalho efectuado pela DMIL, nos últimos tempos, não era unânime entre os Presidentes de Junta, e não estava a falar daqueles que tinham a mesma orientação partidária que a sua. E era natural que assim fosse, porque

essas matérias de organização, e mesmo a opinião das pessoas que lideravam cada uma das estruturas, não eram pacíficas, não tinham que ser dogmas naturalmente sujeitas a controvérsia e a polémica. -----

----- Continuando, disse que ouvira ali intervenções que já ouvia há pouco menos de 30 anos, e que talvez mudando as siglas poderiam ser feitas noutros regimes políticos do mundo. Tinha a certeza, por exemplo, que algum tipo de intervenções que ouvira ali já foram feitas em sistemas democráticos de países que viveram sobre outros regimes e que era apenas uma questão de mudar as siglas: “reflecte a mentalidade, de boca aberta à participação do actual Executivo, e nós gostamos tanto de participação, o actual Executivo é que não gosta de ouvir, e os direitos dos trabalhadores, etc.”. De facto, o actual Executivo ouviu mais que a agora oposição quando fizeram alterações há orgânica do Município, e respeitou os prazos previstos na lei. -----

----- Disse que queria deixar isto perfeitamente claro perante a comunicação social e perante o público presente, porque perante alguns Deputados Municipais não valia a pena já que eles sabiam mas diziam o contrário. -----

----- Respondendo a uma Deputada Municipal Presidente de Junta, disse que ela falara numa reunião mas pedia-lhe que dissesse a quantas tinha ido no passado sobre a matéria, e também se ela vinha ouvir a Câmara sobre a forma como se relacionava com a sua Junta. É que isso nunca se viu! Os “Senhores” quando estavam em maioria era a Constituição e a Lei, quando não estavam em maioria era a Constituição, a Lei e o aprofundamento da democracia! A sua posição era a Constituição e a Lei com o respeito na mesma medida em que valia para todos. -----

----- Referiu que o Sr. Vereador Vasco Franco não estava presente, e era pena, porquanto foi a principal testemunha e quem até mesmo sugerira a alteração da data ao dizer-lhe “Sr. Presidente solicito-lhe que não seja dada nenhuma razão para que haja alguma dúvida sobre a vontade da Câmara em cumprir os prazos, em ouvir as estruturas representativas dos trabalhadores.” Lembrava-se, até, que lhe tinha dito uma piada porque a data que indicara coincidia com uma ausência dele do País, mas foi mesmo por brincadeira entre colegas de trabalho embora um na maioria e outro na oposição, mas o certo era que mudaram a data da reunião de Câmara exactamente para permitir toda essa pronúncia. -----

----- Porém, não escondia alguma desilusão quando lia aquilo que resultara dessa audição e via que era exactamente igual àquilo que já tinha ouvido noutros locais, porque entendia que isso era pouco rico em termos democráticos. Aliás, estava pessoalmente convencido que os problemas dos trabalhadores da Câmara, e não era dirigente sindical, eram muito maiores que aqueles que lhe chegaram em resultado dessa audição. As preocupações dos partidos políticos era natural que fossem outras, mas as preocupações dos trabalhadores com os vínculos precários, com a abertura dos concursos, com a efectivação dos júris, os concursos que não se efectivaram, com as carreiras de dirigente em que as pessoas estavam nomeadas sem concurso em regime de substituição, em regime totalmente precário, totalmente sujeitas à discricionariedade de quem estava no poder. Sabia que não estava previsto estar no poder quem estava, e, por isso, até dava jeito eles estarem em regime de substituição, mas como já havia

dito, aprovada que fosse esta reestruturação iriam cumprir a lei aprovada ainda pelo Governo do PS, e promover concursos para o provimento dos cargos dirigentes e das diferentes chefias. -----

----- Mas gostava que a oposição tivesse demonstrado este respeito pela Constituição e pela Lei enquanto foram poder no Município de Lisboa, porque ele próprio assim o fez, anteriormente, no Município da Figueira da Foz onde não havia uma chefia nomeada em regime de substituição porque foram abertos concursos para o provimento de todas as chefias, logo que o Governo do PS aprovara esse diploma. -----

----- Portanto, lições em matéria de respeito pela legalidade e de respeito pelos direitos dos trabalhadores diria sempre que não aceitava porque, de facto, considerava que era incongruente dizer isso e demorar um mandato inteiro para regularizar as situações de tantos e tantos trabalhadores. Quando chegaram à Câmara os trabalhadores que tinham vínculo precário tinham vínculo precário porquê? Foram contratos assinados com esta Câmara antes de entrar? É que falavam de uma série de coisas como se fosse culpa desta Câmara! Os contratos precários já existiam, os dirigentes estavam providos sem concurso, concursos para progressão na carreira não havia, concursos externos para ingresso no Quadro de Pessoal da Câmara os júris estavam por constituir em vários casos! Isto em 10 anos! E nestes meses falavam para a Câmara: “não gostam da participação, querem lá saber dos direitos dos trabalhadores”. -----

----- Estava-se a referir, segundo disse, ao Deputado Municipal do Bloco de Esquerda que ali se referira à questão da participação, e a quem queria dizer que como tinha ficado demonstrado a Câmara preocupava-se com o cumprimento da lei que existia no País e em ouvir os contributos que as pessoas tinham para lhes dar. E mais, acolheram sugestões que lhes foram feitas e acolheram-nas de bom grado porque estavam convencidos que eram boas sugestões, como foi, por exemplo, as relativas à Direcção Municipal dos Recursos Humanos e à Direcção Municipal de Habitação, e também na área do Património, pelo Sr. Vereador Fontão de Carvalho, em relação até a dúvidas que tinham. Mas seria mau ter dúvidas? Pessoalmente se havia coisas em que não tinha certezas na vida era em relação a estruturas, organizações! Aliás, quase ninguém tinha certezas em relação a quase nada na vida! Havia umas em que tinham que ter fé, havia outras em que tinham que ter princípios, agora dogmas eram poucos os que existiam na vida! Era o que faltava que existissem em relação a questões de estrutura ou de organização! -----

----- Por isso dizia que esta questão teria que ser colocada no seu devido lugar, porque as estruturas existiam para servir as pessoas, não eram as pessoas nem as sociedades que existiam para servir as estruturas, e esta organização estava ao serviço dos fins que prosseguiam. Era assim que a encaravam! Se tivessem que a mudar, se tivessem que a ajustar, não lhes cairiam os parentes na lama, seria sinal que eram humildes e que sabiam reconhecer e ir fazendo a devida avaliação. -----

----- De resto, como referira o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, mal estava que não se tivesse reconhecido, com a evolução que teve a sociedade nesta década, que uma Câmara Municipal como a de Lisboa nesta mesma década carecia de uma

profunda reestruturação. Incompreensível era que ela não tivesse sido feita ao longo dessa década! Esta ou outra, cada um tinha as suas opções! -----

----- No entanto, não criticava isso. Criticava aquilo que tinha que criticar, quem esteve a governar a Câmara nesse tempo lá sabia quais foram as prioridades com que teve que se enfrentar e qual era a sua maneira de governar. A desta Câmara era esta, ficavam satisfeitos por ser viabilizado um instrumento que para eles era importante para poderem ser responsabilizados quando o povo se pronunciasse em eleições. Seria bom que não tivessem esse pretexto, essa desculpa, esse argumento. Assim ficava-lhes conferida a estrutura que consideravam importante para poderem ser eficazes. -----

----- Oxalá o consigamos, disse a terminar. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, anunciou que solicitaram a palavra para uma segunda intervenção vários Deputados Municipais, seis concretamente. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em interpelação à Mesa, disse que tendo até em conta aquilo que se havia passado na anterior reunião, desejava recordar que era prática da Assembleia Municipal que a figura regimental de defesa da honra, não sabia se era esse o motivo de tantos braços levantados, mas a sê-lo deveria ser feito uma por bancada. Isto porque só via neste momento a possibilidade de se usar essa figura regimental. E recordava a experiência do passado em que cada um usava essa figura de forma colectiva em termos de bancada e não de forma avulsa. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** recordou que antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara tinha dito que não tinha mais inscrições e ninguém quisera usar da palavra, nesse aspecto o interpelante tinha razão. Só que o Regimento referia que cada Deputado Municipal tinha 20 minutos para intervir em cada ponto da Ordem do Dia. -----

----- Por isso, apelava a todos aqueles que ainda desejavam usar da palavra que ajudassem no sentido de tentar agilizar esta questão intervindo apenas um de cada força política. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, em nova interpelação à Mesa, disse que o limite máximo de 20 minutos não tinha que ser esgotado por toda e qualquer intervenção, se a intervenção durasse 15 ou 16 minutos terminava aí. Agora, encerrado o debate, o Presidente da Câmara fechava a discussão da proposta e de seguida haveria o uso da palavra para defesa da honra se alguém a solicitasse, e uma por bancada, ou não havendo passava-se de imediato à votação. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, em ponto de ordem à Mesa, disse que a condução dos trabalhos estava a complicar-se sem necessidade. A seu ver, depois do Sr. Presidente da Câmara ter encerrado o debate, era normal que cada Deputado Municipal que tivesse um pedido de esclarecimento a fazer pudesse fazê-lo, como, aliás, sempre foi prática na Assembleia Municipal. -----

----- Ele, por exemplo, inscrevera-se exactamente para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, motivado pela sua intervenção. Isso era normal, e estava certo que a bancada do PSD assim o entenderia também. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que o entendimento da Mesa era que as inscrições feitas seriam para pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara ou para defesa da honra, e nesse sentido solicitava aos Deputados Municipais que fossem concisos no uso dessas figuras regimentais para se poder encerrar o debate e passar à votação da proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por dizer que a vocação do PSD para a lei da rolha era evidente, mas não conseguiriam. O PCP colocou ali questões que o Sr. Presidente da Câmara e grande parte da Vereação não ouvira porque estavam lá fora, depois o Sr. Presidente da Câmara chegou ali, disse e queria ir-se embora! Mas não ia! -----

----- Depois, disse que protestava porque o Sr. Presidente da Câmara fizera ali uma alusão aos sindicatos atrelados aos partidos políticos, e isso era uma linguagem que não era admissível em democracia. -----

----- Mas lia ao Sr. Presidente da Câmara o que o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, o SINTAP, referia no seu parecer: -----

----- “Em primeiro lugar não podemos deixar de referir que se efectivamente a lei prevê a consulta aos sindicatos para estas matérias, é essencial que se pretenda uma análise ponderada, ou seja, os documentos a apreciar deveriam ser enviados com a antecedência suficiente.” -----

----- Respondendo a alguns apartes, disse que era bom que ouvissem pois tinha ali os pareceres dos dois sindicatos que referiam que tinham sido consultados com dois dias de antecedência. Portanto, quem não respeitava aquilo que dizia era o Sr. Presidente da Câmara, que em Abril referira na Assembleia que o processo de reestruturação deveria ser negociado e discutido e depois procedera exactamente à revelia de tudo e de todos. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, em ponto de ordem à Mesa, perguntou se a Mesa ia assistir, impávida e serena, à utilização da palavra para fins diferentes daquele que regimentalmente era autorizado, porque, se era esse o caso, o PSD estava a apresentar o seu protesto formal e não iriam tolerar isso. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que com este tipo intervenções e pontos de ordem à Mesa não conseguiam terminar o debate. A Mesa tinha decidido que este período era para pedir esclarecimentos, o Deputado Municipal Modesto Navarro usara o seu tempo para pedir esclarecimentos visto que alguma forma reforçara aquilo que havia dito na sua intervenção ao ler um parecer dum sindicato. ----

----- Mas avisava os oradores que tinham pedido a palavra que se cingissem à figura do pedido de esclarecimento, sob pena da Mesa lhes retirar a palavra. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que aquando da sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara não estava, mas tinha solicitado um esclarecimento sobre uma determinada questão à qual o Sr. Presidente da Câmara não respondera, pelo que ficava à espera da resposta. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, aparentemente,

talvez porque não houvesse matéria para o facto, não comentara nenhuma das intervenções que foram fazendo, o que era pena porque com a capacidade que tinha poderia certamente ter contribuído para enriquecer o debate. -----

----- Disse que o PS apresentara questões concretas que manifestamente teriam possibilitado melhorar a proposta, que aliás o Sr. Presidente da Câmara reconheceu que foi melhorada com o contributo de todos os Vereadores e também, obviamente, da oposição. -----

----- Depois, a propósito daquilo que foi o centro da intervenção do Sr. Presidente da Câmara relacionada com os sindicatos, com os trabalhadores e com aquilo que era a discrepância que encontrara, disse que não conseguiram perceber o porquê da necessidade constante que o Sr. Presidente da Câmara continuava a ter hoje para justificar aquilo que eram as suas propostas, as suas intenções, procurando sistematicamente dizer aquilo que no passado não foi feito. -----

----- Se davam de barato que pudesse ter sido assim, não tinham contudo essa opinião, essa visão. Pelo contrário, tinham a visão que, por exemplo, em relação aos Recursos Humanos muito se fizera e, aliás, o Sr. Presidente da Câmara também o reconhecia ao acabar por concordar com a sua necessidade. -----

----- Daí perguntar porque razão tinha o Sr. Presidente da Câmara uma necessidade tão premente de criticar aquilo que não tinha sido feito, porque se não fizeram o eleitorado por alguma razão teria dado a vitória à coligação liderada pelo actual Presidente da Câmara. Portanto, em suma, a pergunta era porquê em vez de comentar as intervenções que foram feitas procurara apenas e tão só referir-se ao passado. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que queria defender a honra do Bloco de Esquerda referindo ao Sr. Presidente da Câmara que não tinha nenhuma razão quando lhe apontava determinada afirmação, porquanto nem ele nem o seu partido alguma vez referiram que era preciso que para as propostas de alteração à proposta inicial agora voltasse a haver os mesmos tempos para consulta. -----

----- O Bloco de Esquerda sempre teve uma atitude clara, precisa, e nomeadamente nas Conferências de Líderes o Sr. Vereador Pedro Pinto e os seus assessores eram testemunhas disso. Portanto, pedia desculpa mas isso não servia ao Bloco de Esquerda. -----

----- Por outro lado, desejava também assumir a defesa da honra do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa. Admitia que o Sr. Presidente da Câmara não conhecesse a história, mas o Bloco de Esquerda nunca admitira que os sindicatos fossem correias de transmissão de partidos, e se algum sindicato demonstrara já pela sua prática concreta e objectiva uma atitude de não ser correia de transmissão do partido a que os seus dirigentes eventualmente pudessem pertencer, foi o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa pela prática objectiva, porque quando discutiram na Assembleia Municipal a questão da LIS-Desporto, que era uma proposta apresentada por uma Vereadora do PCP, o Sindicato fizera três greves contra a proposta da Vereadora do PCP, com o seu apoio pessoal e de outros Deputados Municipais ali presentes, nomeadamente alguns da bancada do PSD, e foi ali saudado exactamente por isso. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara não tinha nenhuma razão quando falava dos sindicatos como correia de transmissão dos partidos. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Sr. Presidente da Câmara era o único culpado pelo facto de haver tantas inscrições para pedir esclarecimentos e repetir questões que foram já colocadas, precisamente porque não dera os esclarecimentos que foram pedidos. -----

----- É que, de facto, se o Sr. Presidente da Câmara se mantivesse dentro da Sala a ouvir as intervenções, com certeza responderia às questões que tinham sido colocadas e não os obrigaria novamente a usar da palavra. -----

----- E passando às questões que colocara e não foram respondidas, disse que em Abril o Sr. Presidente da Câmara referira na Assembleia Municipal que as propostas de reestruturação da Câmara seriam apresentadas às Juntas de Freguesia, o que não fez. --

----- Por outro lado, o Sr. Presidente referira há pouco que houve Presidentes de Junta que disseram que a DMIL não era tão boa como ele havia dito, quando o que efectivamente havia dito foi que o relacionamento entre as Juntas de Freguesia e a DMIL, através da Câmara, eram as melhores em termos de funcionamento e de resolução dos problemas. Estavam ali Presidentes de Junta que já ocupavam o cargo no mandato anterior que podiam justificar isso mesmo. Aqueles que diziam que as relações não eram assim tão boas, se calhar, não estavam ainda nas Juntas no mandato anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que a primeira dúvida que tinha já havia sido posta pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma. Ela dizia respeito tanto a Carnide como à Ameixoeira e não ouvira ainda a resposta ao problema. -----

----- Depois, tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que os Presidentes de Junta tinham sido ouvidos, disse que pensava que estaria a referir-se às reuniões conjuntas havidas no Palácio da Mitra, e se este seu pensamento estava correcto lembrava-lhe que foi nessa mesma reunião que ele próprio lhe colocara a questão da sede da Junta de Freguesia, que há muitos meses vinha trazendo à Assembleia Municipal, e gostava de saber qual era o ponto da situação. -----

----- **A Deputado Municipal Ana Maria Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que como Presidente de Junta tinha sido recebida pelo Sr. Presidente da Câmara, no Palácio da Mitra, no dia 4 de Julho, mas essa reunião teve tudo a ver menos com a reestruturação da Câmara. Aliás, nessa altura nem sequer se punha esse ponto em cima da mesa. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara perguntara-lhes o que achavam das suas freguesias e quais eram os três pontos que entendiam como principais para tratar com a Câmara, e a partir daí não tiveram mais nenhum contacto com a Câmara Municipal de Lisboa, os ofícios que enviavam também não eram respondidos, mas pretendia, sobretudo, dizer que era Presidente de Junta eleita tal qual o Sr. Presidente da Câmara o foi, e o Sr.

Presidente da Câmara não iria mexer na sua reestruturação tal como ela também não iria mexer na dele. Só que ela integrava ali o órgão fiscalizador do trabalho do Presidente da Câmara, tal como ela também tinha a sua Assembleia de Freguesia a fiscalizar o seu. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara não tinha isso em conta! Não tinha em conta, ausentava-se da Sala, não ouvia os pedidos de esclarecimento e depois vinha falar, era um bom orador mas não respondia às questões que colocavam que eram iguais às dos demais Presidentes de Junta, nomeadamente em termos de saber em que era que esta reestruturação era boa para as Juntas. E isso o Sr. Presidente da Câmara não fez. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, disse que esteve na Sala de 1 hora e 45 minutos das cerca de 2 horas que durara o debate desta proposta, mas porque a sua ausência tinha sido tão notada queria dizer que poucas vezes na vida encontrara pessoas, independentemente do sexo, da condição e da profissão, que tivessem tamanho gosto na sua presença. Ficava absolutamente seduzido pela sedução que tinham pela sua presença que nem direito tinha a ir dez minutos tratar da sua vida, naquilo que era directamente ligado à actividade do ser humano. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que ele era modesto no nome mas era algo muito diferente na sua maneira de ser, porque, na verdade, não usara a expressão que referira. A cada um saía pela boca aquilo que estava habituado a dizer e se o Deputado Municipal Modesto Navarro falara em atrelado lá sabia porquê, porque ele não falara nisso. Cada um tinha no subconsciente o que tinha, ele não falara nisso mas sim na coincidência de posições, e nisso havia uma diferença de tomo. -----

----- Quanto ao que foi referido pelo Deputado Municipal Dias Baptista, disse que algumas das observações que tinha feito as assumira não como pedidos de esclarecimento mas como a sua opinião e também a opinião do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

----- Por exemplo, o Deputado Municipal Dias Baptista disse que considerava interessante o facto da Protecção Civil estar na mesma Direcção Municipal de Segurança juntamente com as Acessibilidades, o que não era, como se sabia, mas sim com o Tráfego. A Câmara entendia que essa actividade, que queriam cada vez mais empenhada da parte da Polícia Municipal no sentido da intervenção no sistema de gestão de trânsito da Cidade, deveria compaginar-se com essa integração nesta Direcção Municipal que tinha a Protecção Civil, a Polícia Municipal, os Bombeiros, portanto era um trabalho que deveria ser feito em conjunto. Não o Planeamento, não as Acessibilidades, não a própria organização do sistema de trânsito que era com a Direcção Municipal de Planeamento Urbano, mas a gestão do tráfego que era matéria que tinha uma componente de segurança elementar. -----

----- Mas eram opiniões! Compreendia que o Deputado Municipal Dias Baptista considerasse interessante ou curioso. Compreendia! -----

----- Por outro lado, ouvira também a opinião do Deputado Municipal Dias Baptista sobre o peso da Direcção Municipal de Ambiente Urbano. Era uma opinião que

respeitavam, mas queria dizer pela experiência que tinha de equipas que já dirigira, quer no Governo, quer nas autarquias, que não podiam desligar as estruturas que organizavam dos recursos humanos que tinham ao dispor. Não escondia que ter uma pessoa com a capacidade do Vice-Presidente da Câmara na sua equipa lhe dava alguma tranquilidade para a criação desta Direcção Municipal e de lhe entregar a respectiva tutela, e, portanto, quando concebia uma estrutura não conseguia desligar dos recursos humanos que tinha disponíveis, quer na equipa que tinha o poder executivo máximo, quer em todos os serviços da Câmara Municipal. -----

----- De resto, estava convencido que todo este planeamento da cidade, a gestão do espaço público, a gestão dos jardins e espaços verdes, o planeamento do trânsito, as infra-estruturas, as obras que eram obras estruturantes da cidade, a ligação com os outros operadores que intervinham no espaço público da cidade, deveriam estar sobre a gestão do mesmo responsável da equipa camarária. Não organizava as Direcções Municipais em função dos Vereadores, mas pensava que era um critério que não poderia ser posto completamente de lado. Mas era lógico, mesmo que não tivesse uma pessoa com as características do Vice-Presidente da Câmara na equipa, continuava a entender que seria uma boa solução. -----

----- Agora, que era pesada, era! Estava de acordo nesse aspecto, mas ver-se-ia se o Sr. Vice-Presidente da Câmara e ele próprio a conseguiriam tornar leve, e para isso iriam ter que se esforçar bastante e perder algumas calorias, seguramente. -----

----- Em relação a outras observações que o Deputado Municipal Dias Baptista fez, disse que tinha tomado nota, nomeadamente da saudação à criação do Departamento de Auditoria, porque também pensava que era importante para a Câmara Municipal viver em auditoria permanente. Se era o que acontecia à generalidade das sociedades comerciais privadas, também deveria acontecer às entidades públicas. Confessava que ainda não tinha encontrado a fórmula para integrar o funcionamento desse Departamento do modo mais independente que fosse possível da Câmara, porque pensava que ele não devia estar sujeito à tutela de nenhum Vereador nem do Presidente da Câmara. Não sabia como o fazer, mas entendia que esse Departamento deveria funcionar como uma auditoria externa permanente e não só auditoria interna. --

----- Sobre a objecção feita quanto ao Departamento de Obras Municipais, disse que também a compreendia, aliás era uma objecção já feita pelos Vereadores do Partido Socialista, mas já teve ocasião de a abordar na sua intervenção inicial. -----

----- Continuando, pediu desculpa ao Deputado Municipal Carlos Marques por há pouco ter trocado o Bloco de Esquerda com o PEV, já que a intervenção que se referia quanto ao prazo dado e à aversão à participação foi do Deputado Municipal do PEV. Pedia desculpa pelo lapso e por isso compreendia a defesa da honra. -----

----- Mas o Deputado Municipal do PEV, se lesse o seu bem elaborado e longo texto, veria que havia lá várias referências à falta de propensão do Executivo para a participação, para ouvir as opiniões dos outros e também à exiguidade dos prazos que teriam sido concedidos. E, a propósito, dizia já que, de facto, para a reunião de 15 de Outubro, que era a primeira para que foi agendada a proposta de reestruturação, o

Sindicato fizera chegar uma carta dizendo que o prazo era exíguo para se pronunciar, tendo então a reunião passado para o dia 25 de Outubro para o Sindicato ter tempo. ----

----- Ainda agora estivera a reler a posição do Sindicato sobre a Direcção Municipal do Ambiente Urbano, sobre os Recursos Humanos ser Direcção Municipal ou não, sobre a história das obras municipais, sobre todas essas questões que o Sindicato levantara. E dizia que era uma proposta até bem feita! Lembrava-se que enquanto decorria o período da reestruturação tivera ocasião de ver o Presidente do Sindicato, noutras actividades como cidadão, que eram legítimas, até a alguns quilómetros de Lisboa, e portanto admirava para além de trabalhador do Município e dirigente sindical, a disponibilidade que tinha para elaborar estes pareceres fundamentados de toda a Direcção do Sindicato. E constatar coincidências de posições não tinha nada a ver com qualquer outro termo que seria menos próprio como era evidente. -----

----- Quanto à pergunta posta por alguns Presidentes de Junta sobre os núcleos históricos, disse que a gestão seria feita directamente pela Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação, ex-DMRU, e sem nenhuma Unidade de Projecto explicitamente criada. -----

----- Disse, depois, que estava a responder a notas tomadas por si e não por mais ninguém, e com isto provava que ouvira a generalidade das intervenções, o que era um contraste absoluto com tempos antigos e por isso compreendia o embevecimento dos Deputados Municipais ao dizer “olha que diferença, que diferença para o que tínhamos dantes que estávamos aqui e nem sabíamos bem o que era um Presidente de Câmara porque nem o víamos e hoje em dia vêmo-lo constantemente, vem cá e fala”. -

----- Mas o Deputado Municipal Dias Baptista fizera uma alusão em relação à qual pensa que ele tem razão. Era uma falha incompreensível de todos, a responsabilidade da proposta era da Câmara, porque quando dizia que a Unidade de Projecto se deveria chamar Parque das Nações e não Expo era um pormenor mas às vezes havia pormenores que eram “pormenores”. -----

----- Nesse sentido, se a Assembleia Municipal considerasse tacitamente feita uma recomendação com a alteração de Unidade de Projecto da Parque-Expo para Unidade de Projecto do Parque das Nações, a Câmara aceitá-la-ia na próxima reunião com todo o gosto. -----

----- Quanto à pergunta porquê falar em tempos antigos, disse que não criticava, constatava! Constatava que não tinham si feitos esses concursos, como constatava que os provimentos nos lugares de chefias foram feitos de determinada maneira. Mas como referira expressamente não criticava, cada um lá sabia as dificuldades que teve que enfrentar no seu tempo para fazer essas opções e quais as prioridades que teve. Neste tempo, porém, preferia trabalhar assim! -----

----- Portanto, críticas só de vez em quando. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, disse que se ia passar à votação da proposta 455/2002. Antes, porém, votariam a recomendação e a proposta de aditamento que foram subscritas pelos líderes de todos os Grupos Municipais, com excepção do PPM. -----

----- Leu então a recomendação, que tinha o seguinte teor: -----

----- Recomendação -----

----- “Considerado que a Proposta aprovada pela CML, para a Reorganização dos Serviços Municipais apresenta na Direcção Municipal de Serviços Centrais, o Gabinete de Apoio aos Órgãos do Município. -----

----- Considerando que, na sequência da última alteração legislativa a Assembleia Municipal passou a ter competência para gerir o seu próprio Orçamento, o que aconselha a que este órgão passe a ter uma Divisão de Apoio à Actividade, em especial, do seu Presidente e da Mesa da Assembleia. -----

----- Nestes termos e ao abrigo do n.º 6, do artigo 53º da Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, recomendamos: -----

----- - Que a Direcção Municipal de Serviços Centrais passe a incluir um Departamento de Apoio aos Órgãos do Município, composto pelas seguintes Divisões: -----

----- a) Divisão de Apoio à Assembleia Municipal; -----

----- b) Divisão de Apoio à Câmara Municipal. -----

----- Este Departamento, bem como as respectivas Divisões passam a ter as competências anexas. -----

----- 4 – B) Alterar ‘U.P. EXPO’ para ‘U.P. Parque das Nações’”. -----

----- Terminada a leitura submeteu-a à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois procedeu à leitura da proposta de aditamento, finda a qual a submeteu à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade, nos seguintes termos: -----

----- Proposta de Aditamento -----

----- “Divisão de Apoio à Assembleia Municipal (DAAM) -----

----- k) Apoiar os Grupos Municipais na Gestão dos espaços que lhes estejam distribuídos e fazer a gestão da ocupação pela Assembleia do Fórum Lisboa.” -----

----- Por fim, submeteu à votação da proposta 455/2002 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PCP e BE, e a abstenção do PS e PEV. -----

----- Por unanimidade das forças políticas presentes a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- O PPM não tomou parte nestas votações por não se encontrar presente na Sala. ---

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 492/2002 – APROVAR A ESTRUTURA EMPRESARIAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 492/2002 -----

----- “Considerando que: -----

----- **I** -----

----- 1.O universo empresarial ou de participações do Município de Lisboa tem actualmente a seguinte composição: -----

----- a) Seis empresas públicas: -----

----- - EPUL- Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, EP; -----
 ----- - EBAHL - Equipamentos dos Bairros Históricos, E.M; -----
 ----- - EMARLIS - Empresa Municipal de Águas Residuais, EM; -----
 ----- - EMEL- Empresa Municipal de Estacionamento, EM; -----
 ----- - GEBALIS- Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EM; -----
 ----- - LIS - Empresa Municipal de Desporto, EM. -----
 ----- b) Participação directa no capital de cinco sociedades anónimas: -----
 ----- - AMBELIS - Agência para a Modernização da Base Económica de Lisboa,
 S.A; -----
 ----- - SIMTEJO, Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A; ----
 ----- - MARL, Mercado Abastecedor da Região de Lisboa; S.A.; -----
 ----- - Sociedade Parque Expo, S.A.; -----
 ----- - VALORSUL. -----
 ----- 2. Por seu lado, a EPUL participa, como accionista maioritário e dominante (os
 restantes accionistas têm, apenas, uma acção cada e participam, apenas, por razões
 jurídicas), no capital de três sociedades, constituídas, então, como medida de
 reorganização da própria EPUL, com o objectivo de conseguir a autonomização em
 unidades de negócios: -----
 ----- - G&F - Gestão de Projectos e Fiscalização, S.A.; -----
 ----- - HIFEN - Sociedade de Mediação Imobiliária, S.A.; -----
 ----- - LISPATRIM - Gestão de Património Imobiliário, S.A. -----
 ----- 3. O Município participa, ainda, como associado, em oito Associações: -----
 ----- - Associação Baixa-Chiado; -----
 ----- - AMERLIS - Agência Municipal de Energia de Lisboa; -----
 ----- - Associação de Turismo de Lisboa; -----
 ----- - Associação para o Polo Tecnológico de Lisboa - LISPOLIS; -----
 ----- - Associação Parque Junqueira. -----
 ----- - Orquestra Metropolitana de Lisboa -----
 ----- - Companhia de Dança de Lisboa -----
 ----- - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo. -----
 ----- 4. Foi, ainda, deliberada a participação do Município na constituição de uma
 sociedade anónima designada por Sociedade de Gestão Urbana, que não chegou a
 ser constituída. -----

II

----- Este universo empresarial e de participações não é, porém, homogéneo, existindo
 lado a lado empresas e associações cuja utilidade para o interesse público é da maior
 importância e que, nalguns casos implicará a curto prazo o aumento das respectivas
 atribuições - é o caso, por exemplo da EMARLIS- ao lado de outras que, ou não
 corresponderam às expectativas com que foram criadas - caso da G&F, da HIFEN e
 da LISPATRIM, ou acabaram, de algum modo, por constituir uma duplicação de
 serviços municipais, como é o caso da empresa da área de desporto Lis.
 ----- Com efeito, as empresas do Grupo Epul G&F, HIFEN, e LISPATRIM, foram
 constituídas na expectativa de virem a constituir unidades de negócios próprias, com

expressão significativa no mercado contribuindo assim para a diminuição dos prejuízos da empresa. -----

----- Este desiderato não veio a concretizar-se, uma vez que essas empresas não geram, sem recurso à prestação de serviços à própria EPUL, rendimentos que justifiquem o custo da estrutura criada, a que acresce o facto de estas empresas, ao terem de facturar IVA na relação com a própria EPUL, provocarem um custo inútil resultante da mera relação no Grupo. -----

----- Igualmente no que se refere à empresa municipal de desporto Lis, também não é prestado um serviço que seja insusceptível de ser realizado pelo próprio Município, evitando, assim, o encargo com aquela estrutura paralela. Acresce o facto da ineficiência provocada pela indefinição de fronteiras resultante da duplicação de actuação nas mesmas áreas, obrigar a um esforço de coordenação desnecessário. -----

----- III -----

----- A denominada Sociedade de Gestão Urbana, apesar de autorizada, não chegou a ser constituída. Reanalizada a situação, existem razões ponderosas para revogar a deliberação que autorizou a sua criação. -----

----- Com efeito, a criação da empresa e a celebração do correspondente contrato de concessão, significaria a criação de um sistema de prestação de serviços diferenciado para um grupo limitado de moradores, numa área delimitada da cidade - conhecida como Parque das Nações. Os encargos para o Município seriam sempre superiores aos que resultam da utilização dos seus próprios meios. Ora, a melhoria da qualidade do serviço prestado não pode ser limitada a um local de eleição, devendo ser equacionada num esforço de melhoria de prestação de serviços a toda a cidade. Não se pretende que o Parque das Nações não tenha um serviço de qualidade. Não pode, porém, constituir um nicho isolado da qualidade geral dos serviços aos cidadãos de Lisboa. Além disso, acresce com especial clarividência que os objectivos que aquela estrutura se propunha, não deixarão de ser concretizados através do normal exercício das competências desta Autarquia. -----

A gestão da área do Parque das Nações deve, assim, ser reequacionada, considerando o problema mais vasto da prestação de serviços a toda a cidade. -----

----- IV -----

----- O Município de Lisboa encontra-se abrangido pelo sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, e é accionista da sociedade anónima de capitais públicos SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. --

----- Trata-se de uma participação que constitui um encargo significativo para o Município e que terá de ser reequacionado, designadamente com o Governo, ponderando-se as vantagens de uma autonomização, pelo menos de Lisboa, relativamente ao sistema. É matéria que deve agora ser decidida. Além disso a Empresa Pública Municipal - Emarlis, tem competência e vocação estatutária para desempenhar na plenitude as funções que se encontram atribuídas à SIMTEJO. -----

----- Assim, considerando a necessidade de racionalizar o universo empresarial e reduzir os encargos com estruturas cuja existência não constitui um valor que justifique a sua existência. -----

----- Tenho a honra de submeter à Câmara Municipal de Lisboa, a reorganização do conjunto de empresas e de participações do Município de Lisboa, propondo, para o efeito, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- **I** -----

----- Quanto à SGU-Sociedade de Gestão Urbana: -----

----- Em conformidade com o estatuído na alínea a) do n.º 6 do art. 64º da Lei n.º 169/99, sujeitar à aprovação da Assembleia Municipal, para que esta, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art. 53º da mesma Lei aprove: -----

----- a) Não participar na constituição da sociedade anónima SGU - Sociedade de Gestão Urbana, deliberada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal de Lisboa, respectivamente em 3/10/2001 e 30/10/2001, sobre a Proposta n.º 432/2001, não subscrevendo, assim, as 165 000 acções, com o valor nominal de cinco euros, previstas na mesma Proposta, e revogando, nos termos do art. 140º do Código de Procedimento Administrativo, os pontos 1.1 a 1.4 da correspondente deliberação. -----

----- b) Revogar, nos termos da mesma disposição legal, a deliberação de celebração do Contrato de Concessão de Serviço Público constante do ponto 3.1 da mencionada Proposta n.º 432/2001. -----

----- **II** -----

----- Quanto à Lis-Empresa Municipal de Desporto, E.M. -----

Em conformidade com o estatuído no art. 38º da Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto, bem como com as mencionadas alínea 1) do n.º 2 do art. 53º e alínea a) do n.º 6 do art. 64º da Lei n.º 169/99, submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa: -----

----- a) Extinguir a empresa pública municipal denominada LIS - Empresa Municipal de Desporto, EM, constituída por escritura lavrada em 3 de Novembro de 2000 no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- b) Proceder à respectiva liquidação, nos termos, com as necessárias adaptações, dos arts 146º a 163º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 262/86 de 2 de Setembro, aplicável às empresas municipais por força do disposto no art. 3º da Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto. -----

----- **III** -----

----- Quanto à EBAHL - Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa: -----

----- Nos termos da alínea b) do art. 16º da Lei n.º 58/98, autorizar as seguintes alterações dos Estatutos da EBAHL - Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, E.M.: -----

----- a) A empresa passa a adoptar a denominação "EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.", abreviadamente designada EGEAC (ou, no caso de não ser aceite pela entidade pública responsável pelo controlo das firmas, outro susceptível de aceitação e do mesmo sentido) alterando-se, em conformidade o art. 1º dos Estatutos, bem como todas as referências, nos mesmos estatutos, à anterior designação; -----

----- b) O Objecto da empresa, estabelecido no art. 4º dos Estatutos é alterado, passando a ter a seguinte redacção: -----

----- "Art.3º -----

----- 1.A EGEAC tem por objecto principal: -----

----- a) A gestão e conservação dos equipamentos culturais dos Bairros Históricos, bem como, independentemente da sua localização, dos Teatros e Cinemas propriedade ou geridos pelo Município, designadamente do Teatro Municipal de S.Luiz, do Teatro Municipal Maria Matos, do Teatro Taborda, do Cinema São Jorge, do Forum Lisboa e do Padrão dos Descobrimentos; -----

----- b) A realização de acções e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais, espectáculos, teatro de rua e outros actos de natureza similar; -----

----- c) A Produção e Organização das Festas de Lisboa; -----

----- 2.A EGEAC tem por objecto complementar a gestão dos demais equipamentos que lhe forem atribuídos e a realização das acções e projectos, que lhe sejam cometidos pela Câmara Municipal de Lisboa" -----

----- 3. A EGEAC poderá apoiar e promover outras actividades a desenvolver nos Bairros Históricos." -----

d) No art. 4º dos Estatutos a alínea d) é eliminada e a alínea g) passa a ter a seguinte redacção: -----

----- "g) Planear e programar acções de animação cultural, organizando os eventos que se enquadrem no respectivo objecto social e praticando os actos necessários à sua concretização" -----

----- **IV** -----

----- Quanto às empresas G & F- Gestão de Projectos e Fiscalização, S.A., HIFEN - Sociedade de Mediação Imobiliária, S.A, e LISPATRIM - Gestão de Património Imobiliário, S.A. -----

----- Nos termos conjugados do n.º2 do art. 49º dos Estatutos da EPUL, aprovados pelo Dec-Lei n.º 613/71 de 31 de Dezembro, com o art. 53º do Código das Sociedades Comerciais, incumbir a administração da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa no sentido de diligenciar a convocação das assembleias gerais das referidas sociedades, bem como propor e votar nestas a dissolução e liquidação das mesmas, nos termos conjugados dos arts. 464º, 383º, n.2 e n.º3 e 386º do Código das Sociedades Comerciais. -----

----- As actividades desenvolvidas pelas referidas empresas deverão ser reabsorvidas pela EPUL, que as desempenhará no quadro dos respectivos Estatutos." -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que ela resultava do trabalho de avaliação que foi feito da sua ligação, quer com a estrutura do Município, quer com a realidade da vida social da Autarquia, e naquilo que conseguiram recolher do trabalho desenvolvido ao longo deste tempo e da experiência anterior, como também daquilo que lhes foi transmitido pelos dirigentes dos serviços e dirigentes dessa estrutura empresarial. -----

----- No seu entender, tratava-se de uma proposta de reforma equilibrada. Antes das eleições disseram que gostariam de diminuir o peso desta estrutura empresarial, e reconheciam que a proposta que agora apresentavam era bastante moderada na redução dessa estrutura. -----

----- Tentavam que diminuíssem, tanto quanto possível, as sobreposições, que não eram totalmente suprimidas, com os serviços da Câmara. Esperavam que não existissem sobreposições mas complementaridade como acontecia entre a GEBALIS e alguns Departamentos da área social da Câmara. -----

----- No essencial, propunham a extinção da LIS-Empresa Municipal de Desporto; de duas empresas participadas pela EPUL, concretamente a LISPATRIM, empresa de mediação imobiliária, fundamentalmente património do Município, e a G & F, empresa da fiscalização da própria EPUL, que eram, principalmente os serviços de fiscalização prestados pela EPUL, integrados na HIFEN, outra empresa de mediação imobiliária da EPUL mas que trabalhava noutros segmentos de mercado que não só os fogos propriedade do Município. -----

----- Ficava também claro nesta proposta de reestruturação do sector empresarial, a avaliação positiva que a Câmara fazia em muitos domínios do trabalho da EBAHL, que era uma empresa que, diria, tinha nascido órfã dos pressupostos financeiros em que assentara a sua criação, e nomeadamente daquele que fazia mais impressão que era o pagamento de entradas no Castelo de São Jorge, por cuja não verificação a Câmara Municipal pagava, ao abrigo dum contrato/programa, uma verba significativa por ano à EBAHL para assegurar a sua viabilidade. -----

----- Mas a EBAHL tinha objecto, tinha uma actividade, tinha um escopo que era bastante fragmentado como era sabido, e promovia e dinamizava actividades, geria equipamentos em bairros históricos e não só recuperados objecto de intervenção patrimonial, dinamizava as Festas da Cidade, tinha a tutela de equipamentos como a Casa do Fado e o Teatro Taborda, e, de facto, era necessário que lhe dessem – continuando a existir – coerência na sua intervenção. -----

----- E aquilo que lhes parecera mais coerente foi essa empresa evoluir, ser transformada para uma outra que assegurasse a gestão da generalidade dos equipamentos que desenvolviam actividade cultural, nomeadamente o Teatro S. Luiz e o Teatro Maria Matos, embora também outros que já estavam ligados à EBAHL ou não, mas que tinham esta mesma natureza de desenvolverem actividade, que era uma actividade cultural que se enquadrava mal com as exigências e os tempos da burocracia próprios da legislação da Administração Local ou Central, nomeadamente na contratação dos espectáculos, no pagamento dos respectivos custos, procedimentos que estavam ligados a toda essa actividade cultural, embora tendo que cumprir as regras da contabilidade impostas aos capitais e aos poderes públicos. -----

----- Portanto, havia a transformação da EBAHL; havia a aposta na continuação da GEBALIS, empresa que teria que competir agora com o sector cooperativo na gestão de fogos municipais; havia a continuação da própria EPUL como foi dito; havia a assunção da importância da AMERLIS e da EMARLIS; a desvalorização com a saída progressiva da SIMTEJO, passando a Autarquia a assumir cada vez mais o papel de gestão neste sector, nos termos em que o fazia anteriormente. -----

----- Por outro lado, não se confirmava a criação da Sociedade de Gestão Urbana – SGU, que iria, juntamente com a Parque-Expo e com o Município de Loures fazer a

gestão urbana do território do Município de Lisboa que estava na zona da antiga EXPO'98, e, portanto, seria menos uma estrutura empresarial que iria nascer. -----

----- A LISPOLIS, que o Município tinha em comparticipação com a Associação Industrial Portuguesa e outras entidades assumiam-na também, como igualmente a Parque Junqueira. Eram empresas participadas que tinham uma dimensão pequena e que não pesavam no Orçamento nem no funcionamento da Câmara Municipal. -----

----- De igual modo a AMBELIS que teria uma importância decisiva naquela que seria a intervenção da Câmara no tecido urbanístico da Cidade de Lisboa, em conjugação com a EPUL. -----

----- Por isso dizia que aliviaram, reduziram, diminuíram o peso do tecido empresarial do Município, mas fazendo uma proposta moderada nesse domínio, até partindo do seguinte raciocínio que era um pressuposto de decisão: numa altura em que faziam esta mudança significativa na organização da Câmara, deveriam ser moderados nas mexidas na estrutura empresarial do Município. -----

----- Portanto, a base, neste momento, era esta organização da Câmara, iriam empenhar-se na concretização desta reforma, e a mudança da estrutura empresarial deveria ser no sentido de, tanto quanto possível, criarem condições a cada uma das empresas para a sua solvabilidade, para a sua rentabilidade, para o seu equilíbrio financeiro para a justificação da sua existência. Não seria só económica, por isso nalguns casos esse equilíbrio seria impossível de alcançar, mas sempre que fosse possível esse desiderato não devia ser postergado. -----

----- Prosseguindo, disse que gostaria de reassumir o compromisso de que dos trabalhadores das empresas extintas, nomeadamente a que tinha suscitado maiores preocupações, a LIS, nenhum caso – era o compromisso assumido pelo Executivo do Município – deixaria de ser enquadrado e assumido contratualmente, ou pelo Município ou por outras empresas municipais. Vinha dizendo isto desde o princípio e mantinha que esta reestruturação não tinha como objectivo a dispensa de efectivos da Câmara Municipal. Desde que assumiram os cargos que tinham já houve pessoas que tinham vínculo precário que deixaram de trabalhar com a Câmara, só que não foi por causa desta reestruturação mas sim porque os respectivos serviços, empresas ou às vezes as próprias pessoas terem chegado à conclusão que a continuação dos vínculos não se justificavam. -----

----- No caso concreto da LIS, entendiam, nomeadamente o Vereador do Pelouro, que ela não deveria continuar como estrutura empresarial, mas a razão para esse entendimento não era quererem que os trabalhadores saíssem. -----

----- Portanto, cada opção no seu plano, não queriam que houvesse confusões de planos e por isso essa cautela também, para além da preocupação com as pessoas em que nenhum trabalhador visse a sua situação prejudicada por força desta reestruturação empresarial. -----

----- Queriam que o Município trabalhasse em paz, que as empresas municipais trabalhassem com tranquilidade e que ninguém ficasse prejudicado, nestes tempos que ainda por cima eram difíceis, porque as tarefas que tinham pela frente eram muitas, exigiam rapidez, celeridade, capacidade e eficácia. -----

----- Por isso mesmo o empenho de todos era essencial, e garantia aos trabalhadores do Município e das empresas municipais que, como Presidente da Câmara, não se deixava impressionar nem influenciar por quem fazia as propostas ou por quem as defendia, por poder parecer que cada sector era mais defendido por este grupo político ou por aquela força partidária. -----

----- Por conseguinte, o compromisso assumido era que por causa da reestruturação ninguém teria a sua posição laboral prejudicada. Isso seria feito em relação à LIS, mas também em relação à LISPATRIM, embora aí o problema se não pusesse já que eram trabalhadores da Câmara que lá estavam destacados, no essencial voltavam à Câmara ou continuariam a trabalhar na EPUL como os da empresa de fiscalização. Nenhum problema nesta matéria aconteceria. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Assistimos hoje, aqui, com a apresentação desta segunda proposta, e a sua aprovação como se espera, a um momento fundamental para a Cidade de Lisboa, como já foi dito na proposta anterior, nos últimos 13 anos. -----

----- De facto, pela primeira vez em todo este tempo, com as alterações que são de todos conhecidas, quer na estrutura da própria Câmara, quer no tecido empresarial do Município de Lisboa, nunca foi pensada a estrutura da Câmara como um todo de forma global, de forma articulada, para tornar o mais eficaz possível os meios ao dispor do Município. -----

----- Assistiu-se, portanto, a um conjunto de desperdícios que se foram acumulando ao longo do tempo, e à criação de situações, nalguns casos insustentáveis, nomeadamente no caso das empresas municipais. -----

----- Nos últimos 12 anos foram criadas 5 novas empresas e 14 novas entidades entre participações em empresas e associações de vários tipos. -----

----- O conjunto das 6 empresas municipais tem, em termos globais, um orçamento de cerca de 30 milhões de contos, que corresponde a quase 20% do actual Orçamento da Câmara, e a um universo de quase 1.000 funcionários o que representa também perto de 10% do número total de funcionários da Câmara. -----

----- É, portanto, um quadro de muita importância, quer em termos de orçamento, quer em termos de funcionários. -----

----- São empresas que, na sua quase totalidade, ou até mesmo na sua totalidade, apresentavam sinais claros de falência técnica. No passado analisamos essas questões, não vale a pena agora entrarmos em pormenor. -----

----- Como disse, a última reestruturação data de 1989, há, portanto, 13 anos. Entretanto a evolução é de todos conhecida, criou-se um modelo que ao invés de ser complementar e de criar sinergias úteis para os cidadãos, criou-se um sistema que implicava os tais desperdícios, duplicação e em alguns casos triplicação de atribuições entre serviços da Câmara e serviços das diversas empresas, com recursos humanos e materiais claramente subaproveitados. -----

----- Com esta proposta clarifica-se a acção entre estes dois sistemas, serviços municipais e empresas municipais, tornando-os complementares e não concorrentes. --

----- Espero, também, que com a clarificação hoje aqui proposta, termine a utilização abusiva que foi feita no passado das empresas municipais para actividades que nada tinham a ver com o seu objecto, que serviam em cada momento para utilidade estritamente política de quem estava no poder na Câmara Municipal, com prejuízo para as mesmas empresas e, portanto, com prejuízo para a cidade e para os lisboetas. -

----- Recordo, a título de exemplo, o que aconteceu, no caso da EPUL, com a intervenção que foi obrigada a fazer no Alto do Parque Eduardo VII com a colocação daquele monumento, de gosto duvidoso, suportado pela EPUL mas muito longe do que eram as suas atribuições e o seu objecto; a exposição de Botero e a posterior aquisição de uma escultura por parte da EPUL, o que também nada tinha a ver com aquilo que é o objecto da EPUL; e, finalmente, a aquisição do antigo Cinema Roma também feita pela EPUL, que servira em determinado momento a Câmara Municipal para resolver um problema que tinha entre mãos e que não era capaz de resolver. Com isso a EPUL saiu claramente prejudicada. -----

----- Também a título de exemplo, o caso da EBAHL que vivia sistematicamente em actividades que não tinham nada a ver com o seu objecto, e nesta proposta parece que se quer dotar de alguma coerência a sua actividade. -----

----- Esta proposta da nova estrutura empresarial do Município, conjugadamente com a proposta de reorganização dos serviços, vai no sentido de resolver as anomalias referidas, a falta de eficácia sentida, definindo com clareza as competências e atribuições de empresas e serviços municipais. Articula a actuação entre empresas e serviços de modo a eliminar sobreposições, e conseqüentemente elimina o subaproveitamento de recursos humanos e materiais. Torna-as em empresas úteis e eficazes na prossecução do interesse público na gestão da cidade. -----

----- Neste quadro, as referências que me escuso de repetir porque foram feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente à SGU, à LIS, à EBAHL e às empresas subsidiárias da EPUL, vão precisamente nesse sentido. -----

----- Relativamente à LIS, porque acompanhei de muito perto a sua criação, permita-me Sr. Presidente da Câmara que lhe dê os parabéns porque, de facto, entre muitas asneiras que foram feitas a este nível ao longo destes anos, a LIS foi, na minha opinião, o culminar de todas elas. Portanto, a sua extinção claramente vai no sentido de devolver alguma lógica à estrutura do Município. -----

----- Permitam-me algumas notas relativamente à GEBALIS. Importa clarificar a actuação desta empresa no parque habitacional da Câmara e a sua relação com os serviços municipais com competências semelhantes noutras zonas da cidade. -----

----- Relativamente à AMBELIS importa dinamizar a sua actuação tornando-a mais útil à gestão e modernização do Município. -----

----- Sobre a LISPOLIS importa clarificar a sua utilidade para a cidade, facto que não tem ocorrido desde 1991, quando esta entidade foi criada. -----

----- A AMERLIS também merece uma palavra relativamente à utilidade que tem para o Município. Em termos teóricos poderá ser útil à gestão da cidade, mas em termos práticos, nos últimos anos, de utilidade pouco se tem visto. -----

----- Relativamente à EMARLIS e à SIMTEJO, permita-me, Sr. Presidente da Câmara, que refira apenas que, infelizmente, – e eu na altura tive oportunidade de referir isso – a SIMTEJO não foi no sentido de fazer a gestão da bacia do Tejo de forma unificada. A SIMTEJO abrange só os Municípios da margem norte do Tejo e, portanto, ficou, na minha opinião, aquém daquilo que seria a actividade útil e prática desta empresa. Portanto, parece-me oportuno repensar a participação do Município, dado que ele próprio tem, através da EMARLIS, *know-how* suficiente para autonomamente gerir os seus problemas em termos do contributo que dá para a bacia do Tejo, e, eventualmente, ser a EMARLIS o motor da criação de um verdadeiro sistema integrado da gestão toda a bacia do Rio Tejo. -----

----- Para terminar queria dizer que a reorganização dos serviços municipais, bem como a reorganização das empresas municipais e outras entidades participadas, são instrumentos fundamentais para a gestão eficaz da Cidade de Lisboa, e, conseqüentemente, para benefício dos cidadãos. -----

----- 13 anos depois, 5 empresas e 14 participadas, temos finalmente uma visão global e coordenada da utilização dos instrumentos de gestão da cidade. -----

----- Devolve-se, assim, a coerência e eficácia aos meios humanos e materiais ao dispor de quem foi democraticamente eleito para gerir a cidade e servir os lisboetas. ---

----- Mas importa sublinhar que esta reorganização que agora será votada, e espera-se aprovada, é o resultado de diálogo, cedências, procura de equilíbrios e consensos. ----

----- Governar em democracia é também isto e, portanto, o resultado final, substancialmente mais perfeito que a situação anterior, não é ainda, na minha opinião, a solução ideal.” -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “A proposta 492/2002 universo empresarial do Município de Lisboa é uma proposta em que pretende extinguir empresas, mudar nomes ou simplesmente, como se costuma dizer, juntar tudo ao molho e fé em Deus. -----

----- Sr. Presidente, vou fixar-me num ponto que é a extinção da empresa municipal LIS-Desporto. Não é mais do que uma birra do anterior Vereador do CDS/PP, seguida pelo actual Vereador do Desporto, Pedro Feist. Considero isto uma birra porque assisti, em 27/02/2002, à Sessão Pública em que o debate foi confrangedor, as questões mais dispersas em argumentação e nenhum argumento de peso que justificasse tal atitude. O desconhecimento era total, não conhecem a objectividade inerente à sua existência. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Feist dizia que os trabalhadores eram 164, tendo-se depois verificado que eram 118, distribuídos pelos 9 locais de equipamentos, ao contrario de 1989, portanto, quando V^a Ex^a era Vereador da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A proposta que pretende extinguir a empresa LIS-Desporto só pode acontecer porque, como dizia o Sr. Vereador Pedro Feist na Sessão de Câmara do dia 27/02/2002 em que V^a Ex^a lhe perguntou se tinha alguma coisa a dizer em relação a esta matéria, ‘o que posso dizer – referiu o Sr. Vereador – é que tenho alguma

dificuldade no espaço de tempo que tenho de imaginar uma empresa municipal para gerir piscinas'. -----

----- Aqui mostrou logo um total desconhecimento, dada a existência de mais espaços.

----- Se hoje é claro, com a extinção da LIS, que a Câmara Municipal de Lisboa não pretende gerir estes equipamentos, torna-se claro que o objectivo é privatizar? Com essa medida quem vai poder utilizar estes equipamentos? Não serão com certeza os idosos e as crianças dos bairros populares, nem tão pouco os clubes e colectividades destes bairros. -----

----- Já agora, uma questão relacionada com a alínea c). -----

----- Importa ainda clarificar que tipo de mecanismos legais vão ser usados. E os 33 técnicos que faziam parte do Desporto que foram despedidos?-----

----- Convém esclarecer ainda, Sr. Presidente, o que vai acontecer aos trabalhadores da empresa SGU. Em que sector vão os mesmos ser integrados, já que a proposta não o define. -----

----- Por estas razões consideramos esta medida prejudicial para a cidade de Lisboa e seus habitantes.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por, numa primeira nota, saudar a proposta que estavam a discutir por várias razões, a primeira das quais, e provavelmente a mais importante, porque podiam ter uma dúvida, que o Sr. Presidente da Câmara já explicitara, que era se esta era apenas a primeira versão daquilo que tinha a ver com as alterações que a Câmara pretendia introduzir no sector empresarial da Câmara. -----

----- Numa segunda nota, disse que pretendia registar, com agrado, que ao fim de alguns meses constatariam, e o Sr. Presidente da Câmara também constataria certamente, que, afinal, o sector empresarial da Câmara Municipal de Lisboa não estava tão mal como inicialmente se poderia pensar. E afinal, também, o Sr. Presente da Câmara, mais a sua equipa, chegaram à conclusão que o sector empresarial da Câmara também não era tão grande como, hipoteticamente, poderia ter sido questionado. -----

----- Portanto, estas eram duas notas que, obviamente, gostariam de realçar e de registar, com agrado certamente, porque elas representavam uma evolução, isso era positivo, e como o Sr. Presidente da Câmara muito bem disse fazia parte da humildade democrática saber perceber e saber entender os sinais. Portanto, era bom que assim acontecesse. -----

----- Quanto à proposta em concreto, disse que ela tinha algumas *nuanças* que gostariam de analisar com algum cuidado. -----

----- Uma primeira tinha a ver com a melhoria que a proposta gradualmente foi adquirindo, o que era um pormenor que também gostavam de registar porque demonstrava que a Câmara Municipal no seu todo, e não apenas na maioria, procurara, mesmo com divergências, a melhor forma para encontrar aquilo que fosse mais útil para a Câmara Municipal, para a cidade e para os trabalhadores abarcados por todas estas mudanças em termos de reestruturação. -----

----- Quanto aos trabalhadores da LIS, disse que como o Sr. Presidente da Câmara bem sabia na proposta que estavam a analisar estavam já salvaguardados, de uma forma mais curial e mais correcta, os postos de trabalho desses trabalhadores. Aliás, a proposta estava mais bem burilada e parecia-lhes que salvaguardava melhor aquilo que era possível, e era sempre difícil em termos jurídicos uma salvaguarda e uma garantia total sobre tudo, mas a proposta, conforme apresentada, salvaguardava em grande medida os direitos dos trabalhadores. -----

----- Mas perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se seria possível, e era forçoso que assim fosse, que a listagem do pessoal que tinha sido despedido em sede de Câmara Municipal ficasse anexa à própria deliberação. Isto porque seria através dessa listagem do pessoal da LIS, que tinha a data de 17 de Outubro e que certamente englobava todas as situações do pessoal dessa empresa, que ficaria definido o quadro dos trabalhadores que tinham direito a ver salvaguardadas as suas posições contratuais. Para o PS, como sempre o disseram, isso era uma condição *sine qua non* e por isso faziam esta sugestão. -----

----- Continuando, disse que o Sr. Presidente da Câmara propunha que a Câmara Municipal deliberasse não participar na Sociedade de Gestão Urbana, o que significava que se pretendia revogar a deliberação que já tinha sido tomada em sede de Câmara e em sede de Assembleia Municipal. O PS, coerentemente com aquilo que tinha vindo sempre a dizer, entendia que a Câmara Municipal devia ser liderada por quem vencera as eleições, e nesse sentido entendia também que deve ser a maioria quem deve decidir a forma como gerir os destinos do Município. Portanto, não se iriam opôr. -----

----- No entanto, havia umas notas que queriam referenciar a propósito dessa posição, das quais, a primeira, tinha a ver com a aposta na qualidade. O Sr. Presidente da Câmara tinha dito, aquando da discussão na Câmara Municipal, que entendia que era muito importante que se mantivesse a qualidade na zona do Parque das Nações, e ainda, e muitíssimo bem, que ela fosse estendida ao resto da cidade. Obviamente estavam de acordo com essa postura, e queriam dizer que também eles tinham uma crescente exigência em termos da qualidade e uma crescente ambição para a qualidade de vida na cidade. -----

----- Mas a questão que queriam que ficasse desde já registada era que, hipoteticamente, ao não se avançar para essa Sociedade de Gestão Urbana a Câmara estaria a hipotecar um nicho de grande qualidade que tinham na cidade. Esta era uma questão que não poderiam deixar de colocar na Assembleia no momento em que iam tomar esta deliberação. Ficaria o Sr. Presidente da Câmara com o ónus de garantir que também a qualidade de vida no Parque das Nações não seria prejudicada pelo facto de não vir a ser criada a Sociedade de Gestão Urbana. -----

----- E aqui uma outra nota para dizer o quanto os preocupava a questão dos trabalhadores, neste caso os trabalhadores que estavam ligados à Parque-Expo porque havia, e há, em grande parte deles a expectativa que a Câmara Municipal viria a assumir responsabilidades de gestão. O Sr. Presidente da Câmara também tinha essa noção porque na reunião de Câmara foi dizendo que estaria disponível para abrir

alguns concursos, designadamente aqueles relacionados com a higiene urbana. De facto, era uma questão que os preocupava porque sobre essa matéria não podia ser dito nada já que não podiam ser assumidos compromissos sobre questões em relação às quais não se ia deliberar. Mas gostavam que no debate público o Sr. Presidente da Câmara pudesse, em sede de Assembleia Municipal, dizer algo mais sobre a questão dos trabalhadores, já que era uma matéria que os preocupava muito. Aliás, tinha-se referido a isso em sede de Câmara Municipal e seria bom que em sede de Assembleia Municipal pudesse também dizer algo sobre a questão. -----

----- Continuando, disse que os colegas Deputados Municipais do PSD, no mandato anterior, juntamente consigo muito massacraram a Câmara Municipal quanto ao facto das propostas estarem mal elaboradas em termos jurídicos, e queria dizer agora, com grande pena sua, que também esta proposta estava mal elaborada juridicamente, pelo que pedia à Câmara Municipal que suprisse essa lacuna, designadamente no ponto 3 da proposta que não tinha a lei habilitante. Isso era uma necessidade legal, portanto pedia que a Câmara procedesse à correcção desse erro. -----

----- Em relação à EBAHL disse que pretendia sublinhar a proposta de aditamento subscrita pelos líderes partidários, com excepção do PPM, que tinha a ver com o espaço do Fórum onde se encontravam, enquanto espaço de debate da Cidade de Lisboa. Essa proposta de aditamento à alínea a) do n.º 1 do artigo 3º dos Estatutos da EGEAC ia no sentido de que ficasse perfeitamente garantido que a Assembleia Municipal de Lisboa teria sempre primazia na ocupação do espaço do Fórum Lisboa.--

----- A terminar, disse que também relativamente ao ponto 4 da proposta faltava a lei habilitante, pelo que igualmente solicitava à Câmara que procedesse à correcção para que em termos formais a proposta ficasse em condições de ser votada. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que a todos os Deputados Municipais que colocaram questões sobre a LIS desejava reafirmar o conteúdo das palavras do Sr. Presidente da Câmara no que dizia respeito aos trabalhadores. Havia trabalhadores com vínculo à Câmara, havia trabalhadores com vínculo à LIS, havia ainda alguns trabalhadores, designadamente quatro ou cinco serventes de limpeza com contrato a prazo, esses sim apenas pelas tarefas que desempenhavam visto que eram temporais, e havia também alguns nadadores-salvadores que por exercerem funções noutros lados também tinham esse tipo de acordo, mas estavam a falar num universo de cerca de uma dúzia. Tudo o resto correspondia à descrição que o Sr. Presidente da Câmara fez e às intenções que a Câmara tinha na sua absorção. -----

----- Por outro lado, relativamente ao Deputado Municipal que levantara a questão de uma eventual privatização, disse que desejava tranquilizá-lo também porquanto não havia qualquer intenção de privatizar mas apenas e só a intenção de fazer regressar à Câmara, donde nunca deveria ter saído, uma empresa municipal extinguindo-a e fazendo novamente regressar ao Departamento do Desporto para o gerir da mesma forma que era gerido o resto do Pelouro. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que começava com duas notas prévias antes de entrar na proposta em concreto. -----

----- A primeira para dizer ao Sr. Presidente da Mesa em exercício que não dava por assumido que na figura regimental relativa aos pontos da Ordem de Trabalhos, quando a Mesa perguntava à Assembleia se mais alguém queria intervir e depois dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, finda a sua intervenção que mais ninguém pudesse intervir mesmo que não tivesse gasto os 20 minutos. É que tinha estado dois mandatos como Secretário da Mesa, várias vezes dirigira a Assembleia dessa forma, e, portanto, sugeria que com toda a calma tratassem disso de forma democrática e de consenso na Conferência de Líderes para ficar esclarecido e não haver este tipo de conturbações. -----

----- A segunda nota prévia era para referir que deveriam discutir ideias, e por isso há pouco veio fazer um protesto porque o Bloco de Esquerda estava ali para colocar ideias e propostas, que poderiam ser das mais erradas, os Deputados Municipais e o Sr. Presidente da Câmara tinham o direito a dizer isso, respeitariam todas as outras opiniões, mas não contassem ali com o Bloco de Esquerda para a chicana política. -----

----- Entrando na apreciação da proposta, disse que há cerca de 2 anos e meio, ao intervir na Assembleia Municipal sobre a criação da LIS-Desporto, usara uma figura que o Sr. Presidente da Câmara, apesar de na última reunião ter dito que andara a ler as actas todas, provavelmente não teria lido essa e por isso a relembrava. Disse, então, que se nessa altura chegasse um ET à Assembleia Municipal e olhasse para o Plenário sem saber que partidos ali estavam, diria, olhando para aquela zona da direita, onde estavam, e hoje continuavam, sentados o PSD e o PP, e diria assim “ali estão os fundamentalistas marxistas que dizem que só pode haver empresas do Estado e só o Estado é que pode fazer esses serviços, portanto é preciso acabar com a LIS-Desporto”. E se esse ET olhasse depois para zona esquerda, nomeadamente para o PS e o PCP que na altura defendiam a proposta, diria: “aqui estão os fundamentalistas neo-liberais que acham que – como foi argumentado várias vezes na altura – a Câmara Municipal não tem capacidade de gerir os seus equipamentos e não tem capacidade de gerir o bem público que tinha, precisava criar uma empresa, ainda que não de capital privado mas de capital municipal”. -----

----- Neste momento, porém, se chegasse o ET via que estava tudo baralhado e diria: “bem, acabo de ler que a LIS-Desporto, de facto, é uma duplicação de serviços e que estamos a duplicar serviços da Câmara para gerir equipamentos desportivos, mas na mesma proposta que diz isto, diz-se, simultaneamente, que vamos criar uma nova empresa para gerir equipamento cultural porque a Câmara não tem capacidade para gerir esse equipamento cultural, os teatros, os cinemas e as festas”. -----

----- Isto era só para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não encontrava, mais uma vez, coerência, estratégia e orientação de fundo. Estiveram contra a LIS-Desporto, continuavam contra a LIS-Desporto e iriam votar a favor dela terminar, mas não estavam de acordo que a EBAHL fosse transformada em EGEAC para gerir o equipamento porque isso não tinha coerência. Se a argumentação era que uma não servia para gerir o equipamento desportivo, cabia perguntar porque era que a outra deveria servir para gerir o equipamento cultural! -----

----- Disse que não eram fundamentalistas quanto à não existência de empresas municipais, porque entendiam que havia espaço para existirem empresas de capital municipal. A EPUL, por exemplo, era uma empresa que podia ter um papel importantíssimo de acordo com uma estratégia – faltava saber se ela existia – política da Câmara para intervir no mercado imobiliário, atacar a especulação imobiliária e produzir no mercado, através das próprias leis do mercado, capacidade para baixar terrenos e baixar preços de habitação. Aliás, na semana passada saíram os dados do INE onde se dizia que Lisboa, nos últimos dez anos, perdera mais 100.000 habitantes. Este problema teria que ser atacado a fundo, mas só poderia ser atacado do ponto de vista dos terrenos e do ponto de vista da habitação para atrair a juventude para a cidade e aí poder viver com futuro. -----

----- Os velhos iam morrendo e qualquer dia apenas viveriam em Lisboa as classes muito ricas que tinham capacidade para comprar, e aqueles que viviam nos bairros de lata e que hoje, graças ao grande trabalho desenvolvido pela Câmara anterior, viviam em bairros sociais. -----

----- Quanto à GEBALIS, disse que entendiam que ela era um cancro no Município, já que tinha na sua génese uma contradição geradora de conflitualidades que consistia no facto de se lhe ter entregue dois critérios para gerir: geria o parque imobiliário, portanto era o senhorio das pessoas que estavam nas casas, recebia as suas rendas – tratava às vezes as pessoas a baixo de cão, mas esse era outro aspecto – o que trazia uma contradição objectiva entre o senhorio e o inquilino, e depois ia intervir nos bairros do ponto de vista social para procurar resolver os problemas sociais. Isso dava contradição objectivamente, seria bom que não tivessem dúvidas sobre isso! Já viram muitos problemas graves com a GEBALIS, inclusive já foram acusados na Assembleia de provocar esses problemas nalguns bairros, enfim, os Deputados Municipais podiam dizer tudo, mas estava na génese da GEBALIS uma contradição objectiva. A opinião do Bloco era que os problemas sociais deveriam passar para o Pelouro da Acção Social da Câmara, e o problema da GEBALIS, enquanto senhoria das casas sociais deveria ser passado à empresa imobiliária da Câmara, a EPUL. Portanto, eram de opinião que a GEBALIS deveria terminar. -----

----- Disse, ainda, que a proposta não tinha coerência, se fosse votada globalmente votariam contra, se fosse por pontos votariam a favor do fim da LIS-Desporto, votariam contra a criação da EGEAC, tinham muitas dúvidas sobre as alterações propostas para a EPUL e como não queriam tomar uma posição sem ter estudado devidamente a questão iriam abster-se nesse ponto. -----

----- Prossequindo, disse que nas empresas que iam terminar ninguém havia falado na questão do que iria acontecer aos administradores. O Bloco tinha uma posição que já ali definira, e que era a seguinte: a Câmara não devia dar indemnizações aos administradores. Consideravam que era um escândalo público algumas indemnizações que foram dadas nalguns cargos públicos, nomeadamente televisões, etc., para pessoas saírem desses cargos. -----

----- Por outro lado, em relação aos trabalhadores tinha ouvido o Sr. Presidente da Câmara garantir que nenhum trabalhador seria despedido. Isso ficava claro, ficava em

acta, muito bem, e houve alterações à proposta concreta que lhe parecia que justificavam isso. Isto em relação à LIS-Desporto. -----

----- No entanto, já não lhe parecia clara em relação à Parque-Expo essa mesma questão. Tiveram reuniões com os trabalhadores da Parque-Expo e, portanto, queriam que ficasse também clara a posição sobre esses trabalhadores. -----

----- Por fim, disse que há pouco ouvira o Sr. Vereador Pedro Feist dizer que não havia nenhuma proposta para as privatizações do parque desportivo. Muito bem, era bom que isso ficasse claro, porque se eram contra uma empresa municipal por maioria de razão seriam contra uma empresa privada assumir a gestão do que quer que fosse da Câmara. -----

----- No entanto, gostava que fosse esclarecido se esse princípio era para todos os serviços da Câmara, nomeadamente para os serviços de limpeza e de resíduos urbanos, ou se havia alguma ideia para começar por alguns outros serviços da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, começou por dizer, em ponto prévio, que esgotara no ponto anterior da Ordem de Trabalhos o tempo que regimentalmente era permitido utilizar, o que, aliás, lhe acontecia várias vezes porque tinha cinco minutos nos períodos de Antes da Ordem do Dia e dez minutos nos debates sobre o estado da cidade e, portanto, não tendo a capacidade oratória do Sr. Presidente da Câmara com facilidade esgotava o seu tempo. -----

----- Essa a razão porque não tinha pedido a defesa da honra há pouco. Todavia, não podia agora deixar de lamentar que de tudo aquilo que havia referido a única referência do Sr. Presidente da Câmara tivesse sido à falta de participação. -----

----- Sobre a acusação que inicialmente atribuíra ao Bloco e depois passara para si atribuindo-lhe a questão das referências a prazos, disse que não fizera essas referências mas estava convencido que se houvesse nova intervenção teria ainda passado para outro porque o que queria era dar recados. Aliás, já aquando do debate sobre o estado da cidade o Sr. Presidente da Câmara fizera uma série de referências a coisas que julgara que não era consigo, e só depois, pelos jornais, viu que afinal era e que não se tinha defendido. -----

----- Agora, ainda por cima, o Sr. Presidente da Câmara não respondera a nenhuma das referências nas quais sustentara o que considerara não ser um processo participado. E não tinha dado só o exemplo dos trabalhadores e das freguesias, porque também referira, sobretudo, o caso da Assembleia Municipal. Mas que ficasse o Sr. Presidente da Câmara a saber que sabia distinguir entre o que era deixar falar e o que era ouvir. -----

----- Sobre a proposta em debate, disse que ela desde logo merecia as mesmas explicitações que a anterior, a de que essa matéria fosse tratada como um todo. -----

----- Disse, depois, que a propósito da criação da LIS assumiram, na altura, uma postura crítica que assentava num conjunto de referências e observações que mantendo-se no essencial importaria, resumidamente, lembrar. -----

----- A questão assentava, no essencial, que à constatação das dificuldades burocrático/administrativas, à falta de agilidade e aos tempos processuais que

resultavam das dificuldades burocráticas que impunham regras em nome da transparência, imparcialidade e isenção da administração, haveria duas posições absolutamente distintas: a do legislador e a do responsável com funções executivas. O legislador olhara para o quadro administrativo e em vez de se questionar se as normas que tinha criado para a defesa desse conjunto de valores como a imparcialidade, isenção, transparência dos gastos públicos, etc., de que eram exemplo os concursos, entre outros, cumpriam esse papel, em vez de olhar para eles e perguntar se não seria possível cumprir esse papel com outros instrumentos, optara por dizer “isto vai ficar como está, mas passa o Estado a ter sistemas paralelos onde não está obrigado a estes mesmos princípios”. Como se o dinheiro público não fosse o mesmo! -----

----- Assim surgira e se expandira esta panóplia de organizações paralelas como os institutos, as agências, as fundações, etc., etc. -----

----- Para o responsável executivo essa era a solução! Ou seja, estava confrontado com prazos burocrático/administrativos absolutamente insuportáveis do ponto de vista da agilidade da gestão e passara a ter uma ferramenta que era a da criação de entidades paralelas onde poderia fazer, de forma mais ágil, essa mesma gestão. -----

----- No entanto, mais dramático ainda que os custos burocráticos e administrativos que resultaram da duplicação de lugares de chefia, de lugares de secretariado e assessorias, etc., foi a desarticulação e desmembramento da administração pública com uma clara perda de eficiência em termos de resposta. E isso resultara, por um lado, de sobreposição de competências entre diversas organizações e, por outro, de matérias que ficaram no vazio atribuindo cada uma das entidades competências à outra entidade que existiria sobre a mesma matéria. -----

----- Esta matéria, como na altura referira, foi transversal a todas as forças políticas, isto é, nenhuma delas deixara de recorrer a este sistema de criação de empresas, de fundações, de instituições, de agências e outras entidades, e disso resultara, também, o sistema empresarial que a Câmara Municipal de Lisboa tinha. -----

----- Continuando, disse que, na generalidade, a proposta apresentada ia no sentido da redução da externalização dos serviços, o que era positivo. Contudo, ela merecia algumas observações. -----

----- Em primeiro lugar, congratulava-se com a inclusão da alínea c), do ponto 2, relativa à salvaguarda dos postos de trabalho dos trabalhadores da LIS, lamentando, embora, que esse ponto não fosse transversal a toda a proposta. -----

----- Em relação às três sociedades constituídas no âmbito da EPUL, disse que se verificava um recuo, sem que fosse claro que a própria EPUL não pudesse passar a fazer por si dispensando-se as três sub-empresas como se tinha inicialmente proposto. -----

----- Mas considerando a proposta de extinção da LIS, não ficava claro porque era que os mesmos critérios não eram estendidos às demais entidades. -----

----- Não se percebia, por exemplo, que os considerandos desenvolvessem a questão da empresa EMARLIS sem que depois tivesse qualquer expressão a nível da matéria resolutiva. -----

----- Esta organização não fazia uma abordagem das áreas para as quais tinha empresas no sentido de considerar a possibilidade de fusão de várias empresas. Teria

algun sentido uma só empresa para urbanismo, habitação e estacionamento ou mobilidade? Um só empresa para a cultura e desporto, teria também sentido? -----

----- Para si, a estrutura empresarial era o exemplo mais acabado da pelourização da gestão municipal, já que as empresas foram sendo criadas para dar resposta aos problemas de cada Pelouro e não numa visão de conjunto por sectores. -----

----- Quanto à alteração estatutária da EBAHL, disse que não compreendia a manutenção da componente geográfica dessa empresa. Porquê os bairros históricos? Porquê os bairros históricos a que se anexa uma listagem de equipamentos? -----

----- Não tinha também a certeza da necessidade da discriminação dos equipamentos nos estatutos, mas do ponto de vista da racionalidade ou da agilidade das estruturas não lhe parecia lógico fazê-lo. Sempre que o Município quisesse afectar a gestão de um novo equipamento a essa empresa teria que aprovar alterações aos estatutos? A listagem nos estatutos significaria que não se iriam construir novos equipamentos nos próximos anos afectáveis à gestão dessa empresa? A manutenção da lógica relativa aos bairros históricos era, também ela, um restício da pelourização da gestão municipal. -----

----- Perguntava, por isso, se era necessária a manutenção dessas duas referências, a geográfica e a discriminativa, dos equipamentos nos estatutos. Na prática, seria o desaparecimento da alínea a), do ponto 1, do artigo 3º. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “A esta proposta o Partido Socialista aplicou os mesmos critérios políticos que aplicou para analisar e definir a sua orientação quanto à estrutura orgânica da Câmara. Até porque estamos perante matérias conexas e com elevado grau de similitude. -----

----- Também aqui, desde que salvaguardados os direitos dos trabalhadores, entendemos que a adequação da estrutura aos objectivos deve ser feita por quem ganhou as eleições. -----

----- Também neste assunto o PS balizou princípios, apontou falhas e contribuiu com algumas sugestões e pormenores resultantes da experiência acumulada pelos nossos eleitos. -----

----- Claro que, também aqui, temos discordâncias, faríamos outras opções e concordamos com parte das propostas. -----

----- Desde logo, não se percebe, pelo conteúdo da proposta, se esta é a reestruturação global e definitiva do universo empresarial e das participações do Município de Lisboa ou se é uma primeira intervenção a que se seguirão outras. Se é global parecem-nos incipiente. Se é a primeira parece-nos que poderia e deveria ter sido feita uma proposta global! -----

----- Indo ao conteúdo da proposta e a algumas das dúvidas que nos suscitou: uma primeira, quanto às empresas do Grupo EPUL: G&F, Hifen e Lispatrim poderíamos ou não incrementar a sua actividade de modo a consolidar alguns resultados apresentados e atingir o objectivo de serem unidades de negócio próprias com expressão no mercado. Não foi essa a opção tomada inicialmente pela Câmara. Agora

assistimos a alguma correcção da ideia inicial. Gostaríamos no entanto, de um esclarecimento cabal sobre esta matéria. -----

----- No que diz respeito à denominada Sociedade de Gestão Urbana poderíamos também seguir duas opções: constituir a sociedade já autorizada mantendo a qualidade do serviço que tem sido prestado no Parque das Nações ou reequacionar essa constituição à luz do princípio da igualdade de tratamento e considerando o problema mais vasto da prestação de serviços a toda a cidade. -----

----- Em tese, todos podemos concordar que a melhoria da qualidade do serviço não pode ser confinada a um local de eleição. Ou que a Câmara deve ter jurisdição exclusiva sobre a sua área de intervenção. Ou, ao contrário, que se algo corre bem porque acabamos com o serviço? -----

----- Na prática, cá estaremos para ver as consequências desta opção no serviço prestado naquela zona da cidade. Na prática, cá estaremos para ver o serviço que vai ser prestado em toda a cidade. -----

----- E quanto aos trabalhadores da Parque Expo? Os seus direitos serão salvaguardados conforme já assegurou o Sr. Presidente da Câmara? -----

----- Uma dúvida quanto à SIMTEJO: Há considerandos. Não há deliberações. Qual o motivo? -----

----- Também aqui o estudo da *Roland Berger* poderia perfeitamente ter sido dispensado e substituído pelas ideias da maioria que gere a Câmara economizando-se o seu custo.” -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse era preciso que se defendesse e se fizesse justiça relativamente à imagem da LIS e à imagem dos seus trabalhadores. É que o processo que culminara com a apresentação da proposta denotava que, quer na proposta inicial apresentada em reunião de Câmara, quer agora nos considerandos e na fundamentação, ou ausência total dela, contida nesta proposta de reformulação, um desrespeito, uma total ausência de análise ao trabalho feito pelos trabalhadores e à actividade desenvolvida pela LIS, e nem uns nem outros foram ou são marginais nem estiveram fora da lei. -----

----- Portanto, concordando-se ou não em função das concepções políticas que se tivessem relativamente à administração pública, existia uma lei, concretamente a Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, que criara a Lei-Quadro das empresas municipais, intermunicipais e regionais, e essa lei assumira o pressuposto que a exploração de determinadas actividades, que prosseguiam fins de interesse público e cujo objecto se continha nas atribuições do Estado ou das Autarquias Locais, nalguns casos pudessem ser prosseguidas por empresas seguindo um movimento mais vasto e já com alguns anos de utilização pela administração pública de determinados instrumentos de direito privado. Por isso, não havia fugas a nenhum controlo, a nenhum princípio ou ao que quer que fosse. -----

----- Continuando, disse que lhe parecia que o caso da LIS era paradigmático de actividades cuja complexidade, face aos equipamentos que geria, não era compatível com a gestão dos equipamentos tradicionalmente colocados à disposição da administração pública. E isso em dois aspectos muito concretos: na aquisição de bens

e serviços, e no recrutamento do pessoal. Tiveram o cuidado de ouvir com atenção, em Março, os administradores da empresa e os representantes dos sindicatos, administradores esses que, alguns, teriam sido anteriormente funcionários da Câmara e que portanto relataram, em concreto, a sua experiência profissional dizendo que a gestão dos equipamentos geridos pela LIS, designadamente as piscinas, era totalmente incompatível com o que podia ser feito através duma Direcção Municipal, porque havia necessidades que tinham que ser socorridas mas os prazos na legislação sobre a aquisição de bens e serviços não permitiam que isso fosse feito a correr. -----

----- E estavam a falar de saúde pública: o tratamento das águas e a gestão das condições balneárias por forma a que as pessoas que usufruíam daqueles bens o pudessem fazer com total segurança. -----

----- Estariam essas concepções vertidas na fundamentação da proposta? Por acaso teria sido feita uma comparação entre as vantagens e os benefícios para o Município de Lisboa, e para os municípios, da gestão dos equipamentos desportivos da cidade por uma empresa pública ou por uma Direcção Municipal? Teria sido feito esse trabalho? Face ao debate e face à proposta apresentada, com certeza que não! -----

----- Mas havia, ainda, outras questões que valia a pena chamar para o debate. Desde logo as declarações do Sr. Vereador Pedro Pinto, que a propósito de uma discussão anterior, paralela a esta e que teve a ver com uma nomeação para os cargos dessa mesma empresa municipal, referira que a LIS era uma entidade desvalorizada por natureza porque uma pessoa com habilitações literárias mínimas, a 4ª classe por exemplo, estaria apta a ser administrador dessa empresa. -----

----- Pessoalmente discordava totalmente dessa afirmação. Não tinham preconceitos, estavam a falar das melhores formas com que se deveria dotar o Município para servir as populações, os 25 anos de vivência da Constituição levavam-nos a que não tivessem preconceitos, nem quanto ao sector público, nem quanto ao sector cooperativo, nem quanto ao sector privado e, portanto, tinham nesta discussão apenas uma preocupação: qual a melhor forma para gerir esses equipamentos, qual a melhor forma, no âmbito da prossecução da política desportiva para a cidade, de propiciar aos municípios o acesso ao desporto em condições e com qualidade. -----

----- Disse, ainda, que consideravam que a continuação da LIS era, sem dúvida, a melhor forma para isso, mas essa, no entanto, não parecia ser a concepção prevista na proposta da Câmara. -----

----- Aludindo à questão dos trabalhadores, disse que sendo essa, desde o início, uma preocupação fundamental do PS, conseguiram alguma coisa. Conseguiram a alteração da proposta de forma a consagrar que seriam tidas em contas as situações individuais dos trabalhadores que tinham colaborado com a LIS, alteração essa hoje reforçada aquando da intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Portanto, foi dada uma garantia pública, presenciada pelos meios de comunicação social e que ficaria em acta, de que as situações de todos os trabalhadores que não tivessem a situação definida por pertencerem ao quando da Câmara Municipal de Lisboa, seriam consideradas. -----

----- Mas disse ainda o Sr. Presidente da Câmara que nestas coisas não havia certezas absolutas, que quase tudo era relativo, pelo que também aí desejava chamar a atenção

para uma relatividade: é que esperando que se encontrassem as melhores e mais céleres formas para se resolverem as questões dos trabalhadores, desejava salientar que a estipulação de uma qualquer cláusula de preferência em concursos de ingresso no quadro da Câmara Municipal de Lisboa não era exequível por ser inconstitucional. Era um alerta que lançava, esperando que dentro das outras fórmulas disponíveis, designadamente as que restavam no sector empresarial do Município, fossem salvaguardadas e fosse cumprido, na íntegra, o compromisso não só do PSD e do PP mas também pessoal do Sr. Presidente da Câmara, relativamente às questões dos trabalhadores. -----

----- A terminar, disse que a política desportiva da cidade pertencia, actualmente, à coligação de direita, a quem cabia encontrar as formas que entendesse para a prosseguir. No entendimento do PS a forma agora apresentada e contida nesta proposta era a pior. No entanto, estavam salvaguardadas as questões dos trabalhadores, com a *nuance* de responsabilidade acrescida para o Sr. Presidente da Câmara. Daí que, no seguimento do entendimento já ali abundantemente exposto, a Câmara saberia as formas que teria que arranjar para cumprir as suas promessas, porque a Assembleia Municipal, em especial o Grupo Municipal do PS, ali estaria para fiscalizar os resultados. -----

----- **O Deputado Municipal José Rodrigues (PS)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção seria exclusivamente dedicada à questão da LIS. A Câmara começara por os habituar a referenciar sempre os erros do passado – que os houve com certeza – e então ele próprio tentara encontrar qual tinha sido a prática política da Câmara, nos nove meses que tinha de mandato, em relação à questão da LIS, até para perceber como chegaram até aqui com decisões exclusivamente da Câmara. -----

----- Disse, então, que começaram com uma proposta, apresentada por um Vereador que só estivera na Câmara Municipal cerca de dois meses, para a extinção pura e simples da LIS. Uma proposta completamente inconsistente e infundada que, analisada na Comissão Permanente respectiva, foi por proposta dessa Comissão suspensa. -----

----- A seguinte visão da Câmara para a LIS e para a lógica do desporto na cidade, foi incluir no Plano de Actividades uma proposta de entrega da gestão das piscinas às colectividades de cultura e recreio. Esta, portanto, foi a segunda ideia estratégica sobre a gestão do desporto, a qual, pelos vistos, não se tinha concretizado como igualmente não se concretizara no tempo, antecipou-se, a indicação dada pelo Sr. Vereador à Comissão, numa reunião que teve com ela, dizendo que a questão da LIS estava a ser enquadrada, que obviamente ela seria extinta e que seria integrada no Departamento do Desporto, mas que seria uma coisa para um/dois anos a partir dessa data. -----

----- Essas declarações foram feitas à Comissão há pouco mais de um mês! -----

----- E agora eram brindados com esta visão, dita estratégica, em relação à qual, pelos vistos, cumpria-lhes ter a dúvida metódica sobre se não seria apenas mais um pequeno passo, porque neste espaço de nove meses assistiram a quatro posições diferentes. -----

----- Aliás, ainda poderiam ir buscar uma quinta: se estiveram atentos à proposta que foi apresentada à Assembleia na semana passada, teriam reparado que ela não continha o ponto e a alínea respeitante à defesa dos interesses dos trabalhadores. Ou seja, somente da semana passada para esta foi-lhes entregue uma nova versão onde se aduzira uma alínea c). Foi preciso todo esse tempo para, afinal, a enorme preocupação com os trabalhadores que o Sr. Presidente da Câmara referira, e que o PS reiterava porque reiterara desde Fevereiro passado já que foram os primeiros a ouvir os sindicatos na Comissão, coisa que não tinha sido feita pelo então Vereador que mandara cá para fora a proposta que então foi retirada. Portanto, aplaudiam essa proposta de alteração, mas era importante que tomassem em atenção que ela só tinha sido incluída nesta proposta da semana passada para esta semana. -----

----- Isto, no entender do PS, não era conceito estratégico! O que podiam dizer era que da parte de quem gerira este processo nestes nove meses, que foi a Câmara Municipal, não tinha havido respeito pelos trabalhadores, pelos seus sentimentos, pelas suas expectativas, pela precaridade da situação em que durante nove foram colocados juntamente com as suas famílias. Isso estava escrito nos cinco momentos que enunciara, mas só agora estava consignado na proposta. -----

----- Continuando, disse que em termos de eficácia não eram fundamentalistas nos modelos. Os modelos poderiam ser eficazes de ambas maneiras desde que bem geridos, embora fosse estranho que a opção da Câmara, em termos de modelo, fosse aquela que hoje as teorias modernas de gestão desaconselhavam. *Small is beautiful* era talvez a frase que de alguma forma padronizava melhor essas teorias, porque as teorias da concentração da gestão não eram propriamente as mais eficazes. Eram opções, eram modelos, mas as estruturas mais pequenas eram normalmente mais eficazes, respondiam melhor e mais a tempo, particularmente numa área que requeria uma intervenção pronta e efectiva. -----

----- Mas ali estariam para ver! -----

----- Por fim, disse que relevava a vontade do PS para a inclusão e anexação da lista dos trabalhadores à proposta, para que mais facilmente se pudesse efectuar a fiscalização, fiscalização essa que, sistematicamente, foi retirada pela desvalorização feita à própria LIS, o que fizera com que as estruturas da LIS não funcionassem e assim tivesse sido retirada também capacidade aos Deputados Municipais para fiscalizar a actividade da empresa, já que o seu Conselho Geral não foi convocado nenhuma vez e nesse órgão a Assembleia Municipal estava representada com efeitos fiscalizadores. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra disse que apenas pretendia dar uma justificação à Assembleia, nomeadamente para os que não integraram este órgão no mandato anterior, por uma questão de coerência da sua posição. -----

----- Referiu, então, que tinha votado contra a criação da LIS, na base da informação que tinha e também dos trabalhadores que na altura estavam no Departamento do Desporto, e por coerência, apesar da posição do Grupo Municipal do PS ser de abstenção nesta proposta, iria votar a favor da extinção da LIS. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que há pouco criticara a Câmara pela falta da lei habilitante na proposta em discussão, posteriormente veio a perceber que ela existia pelo que, obviamente, do mesmo sítio onde tinha dito isso teria que dizer agora que havia lei habilitante e conseqüentemente não havia problema nenhum quanto à proposta que iam votar. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, disse que a generalidade das intervenções havidas detiveram-se na LIS e na SGU, algumas também na GEBALIS, mas principalmente nas duas primeiras. -----

----- Portanto, começaria por dizer que os grandes problemas e as grandes questões punham-se em relação a uma empresa municipal criada em 2000, por conseguinte há dois anos, e em relação a uma outra empresa que ainda não tinha sido efectivamente criada. Diria, por isso, que aquilo em que consubstanciava o grosso das críticas apresentadas à proposta em debate, tinha ver com uma entidade que tinha dois anos e outra que, como referira, ainda não tinha nascido. -----

----- Em relação à LIS, a tal que tinha dois anos, disse que sabia que a generalidade dos trabalhadores não tinham 20 ou 22 anos, portanto não tinham começado a trabalhar na LIS na maioridade. Assumiam esse compromisso mas não queria deixar de dizer, publicamente, que o assumiam por respeito às expectativas que lhes foram criadas quando vieram para a Câmara há dois anos os que vieram de novo, e porque não queriam que a reestruturação fosse vista como um meio para dispensar efectivos da Câmara Municipal ou das empresas a ela ligadas. -----

----- Disse que as pessoas que trabalhavam na LIS eram qualificadas tecnicamente, nomeadamente as que trabalhavam no sector do desporto, e não tinha dúvidas nenhuma que conseguiriam, dentro do princípio da mobilidade do mercado de trabalho, assegurar colocação apesar da crise que se vivia em termos de desemprego, embora este ainda não atingisse a dimensão que atingia noutros países. Mas gostava que esta posição de princípio da Câmara não fosse confundida com a posição que seria de outros, que respeitava, que era a de que os postos de trabalho todos eram rígidos e fixos. Já a quase todos tinha acontecido na vida, por vezes, mudarem de emprego, mudarem de situação laboral até por terem vínculos precários nas situações em que se encontravam. As vezes não era agradável, mas outras vezes até era bom para as respectivas vidas desde que existissem perspectivas e as pessoas tivessem qualificação técnica como era o caso da generalidade dos trabalhadores da LIS. -----

----- No entanto, na LIS esse problema não se punha porque o Município já assumira o compromisso. -----

----- Quanto à afirmação feita de que ali estariam para fiscalizar se a Câmara cumpria o compromisso de respeitar todos os vínculos laborais, disse que, relativamente a isso, gostava ele também de perguntar o seguinte: e se respeitar? Teriam direito a alguma recompensa, uma palavra simpática, enfim uma ternura, um carinho, um afecto, dizendo-se ali que cumpriram tudo? Deixava esta questão no ar porque todos gostavam dum estímulo para trabalhar, e gostava de saber se veria um sorriso nos lábios ou coisa do género como “fiscalizamos e estamos contentes”. -----

----- Mas, efectivamente, a Câmara iria respeitar esses compromissos. -----

----- Sobre a afirmação de um Deputado Municipal do Partido Socialista que referira que desejava deixar claro que “foi da semana passada para esta”, disse que levaram à reunião de Câmara uma proposta elaborada pelo Dr. Morato Testas, Director Municipal dos Recursos Humanos, que estava junto à proposta que a Câmara apresentara, que dizia que seriam integralmente respeitados pelos mecanismos previstos na lei, discriminava depois em dois os direitos dos trabalhadores com vínculo à LIS e assegurariam a continuação desses vínculos. O Sr. Vereador Vasco Franco, tal como a Sra. Vereadora Rita Magrinho, não considerou a proposta suficiente e até estiveram para acrescentar mais duas alíneas uma das quais previa que teriam direito a subsídio pela cessação do vínculo ou a indemnização ao mesmo tempo se porventura optassem por um novo vínculo com a Câmara Municipal. -----

----- Portanto, foi feita uma corrigenda da proposta levada à reunião de Câmara pelo Executivo, não era uma proposta toda de novo. Mas não se importava que dissessem, até aos trabalhadores das LIS, que foi por pressão do PS, do PCP, do BE ou do PEV, porque a direita era má e queria dispensar todos os trabalhadores da LIS! “Portanto, graças a Deus, há dois anos criaram a LIS, salvaram uma data de trabalhadores, agora vinha a direita eram para sair os trabalhadores mas foi graças à esquerda, que só há dois anos é que se lembrou deles, continuavam esses trabalhadores com emprego!” ---

----- Era evidente que nada disso fazia sentido nenhum, mas a verdade era que estiveram ali uma hora a ouvir isso sobre a LIS, porque a direita era má e a esquerda, graças a Deus, estava ali para tomar conta dos trabalhadores! -----

----- Sobre a SGU, confessou que não tinha percebido aquele movimento todo da conferência de imprensa e só depois percebera que era por causa de 120 trabalhadores que estavam a pensar passar para a SGU. Dissera, então, que estavam a abrir concurso externo para 100 novos trabalhadores na área da higiene urbana, e anunciaram já a abertura para mais 50, como referira também que a Câmara procuraria ficar com a força de trabalho qualificada adstrita ao sector da gestão urbana, que neste momento estava a operar no território da Parque-Expo, e que procurariam dar-lhes preferência. -

----- E, a propósito dessa questão da preferência, desejava dizer que a esquerda não estava a ser inteiramente justa para os trabalhadores ao dizer que podia ser inconstitucional uma cláusula que desse preferência a quem já estava nas funções. Ele próprio, como modesto assistente em Direito Constitucional que era, embora de direita, queria dizer que não era inconstitucional mas antes era perfeitamente legítima uma cláusula que dissesse que tinha preferência quem tivesse tempo anterior de funções em actividade semelhante ou equivalente, nomeadamente ao serviço do Município ou em entidades a ele ligadas. Portanto, isso não tinha nada de inconstitucional, era perfeitamente legítimo! Neste caso a esquerda teve um ligeiro lapso, mas a direita, que queria que os trabalhadores saíssem, estava a dar este *apport* para a esquerda poder corrigir essa sua posição. -----

----- Sobre os quatro momentos estratégicos referidos pelo Deputado Municipal José Rodrigues, do PS: a proposta do Vereador Paulo Portas que propunha a extinção da LIS, depois a outra proposta que propunha para as colectividades, e depois as outras duas que apareceram posteriormente em relação ao tipo de afectação dos

trabalhadores, disse que a visão estratégica que tinha era que os equipamentos desportivos deveriam ser entregues – apesar de ser de direita foi o que fez como Presidente da Câmara da Figueira da Foz – às Juntas de Freguesia e as colectividades com *know-how* na matéria. Sabia que havia quem não gostasse, mas, enfim, tinha esta visão descentralizadora! Era uma maçada, era estranho sendo do direita, enfim! -----

----- Mas realmente isso era o mais razoável e o mais desejável porque eram as entidades que estavam mais perto da população, e estes equipamentos desportivos prestavam serviço directamente à população. A Câmara Municipal, quer através de uma empresa, quer através dela própria, era menos vocacionada para gerir esse tipo de equipamentos no dia-a-dia do que as instituições desportivas com *know-how* na matéria: as colectividades ou as próprias Juntas de Freguesia. E aí, como dizia há pouco o Sr. Vice-Presidente da Câmara, as Juntas de Freguesia não cobriam nada às escolas como era evidente, portanto também estariam mais à vontade para resolver o problema que há pouco foi levantado. -----

----- Portanto, a sua orientação estratégica, acabando a empresa municipal LIS-Desporto, tal como fizera na Figueira da Foz em relação às muitas piscinas que construía, era entregar a gestão e fazer protocolos às Juntas de Freguesia, independentemente da sua orientação partidária como era evidente, e às colectividades que tivessem *know-how* na matéria. Não sabia se a esquerda estaria de acordo com isso ou não, se preferia a visão centralista ou mais centralizadora, mas pessoalmente acreditava na capacidade das Juntas de Freguesia para gerirem, como devia ser, esses equipamentos, que eram diferentes dos equipamentos culturais! -----

----- Aliás, a lógica de algumas intervenções que ali ouvira era: “se extinguem a LIS porque é que não extinguem as outras? A aplicar os mesmos critérios porque é que não extinguem a EBAHL?” Isso levava-o a dizer que umas vezes se era preso por ter cão e outras vezes por não ter, porque a EBAHL não geria só equipamentos! Geria também equipamentos, mas os espaços culturais geridos pela EBAHL eram espaços que tiveram intervenção patrimonial, que foram recuperados, eram espaços culturais que serviam a cidade toda, não apenas zonas territoriais específicas, e a actividade cultural, quer se quisesse quer não, estava ligada de uma forma diferente às actividades que prosseguia o Estado, e não os poderes públicos ou entidades privadas todas elas, o que tornava mais aconselhável a ligação a uma empresa municipal. -----

----- De qualquer modo, ainda a propósito da LIS, tendo um Deputado Municipal do Partido Socialista, a propósito das águas, dos balneários e da segurança, referido que achava uma proposta estapafúrdia acabar-se com a LIS, desejava dizer que ficava preocupado sabendo que havia muitas autarquias que tinham piscinas e não tinham empresas municipais. Como fariam com os balneários? Como fariam com as águas? E dava como o exemplo a Figueira da Foz que tinha várias piscinas e não tinha empresa municipal na área do desporto, mas podia também referir muitas autarquias na área do Partido Socialista que tinham muitas piscinas e também não tinham empresas municipais na área do desporto! Portanto, seria bom que pusessem as coisas como elas eram e que se reduzissem os problemas à sua verdadeira dimensão. -----

----- Por outro lado, quanto à alusão a continuar com a GEBALIS, disse que de algumas das intervenções ouvidas quase lhe apetecia referir como o Deputado Municipal Carlos Marques, ou seja, que se entrasse ali um ET diria assim: “está acolá a direita e a esquerda está ali”. É que, de facto, alguns Deputados Municipais diziam: “então a GEBALIS continua? A GEBALIS que ao mesmo tempo gere os fogos, é proprietária, depois faz intervenção social”! Tinha essas dúvidas também, de facto fazia sentido e era congruente. -----

----- Só que tinham um pandemónio ainda tão grande nos bairros municipais, até a nível da formalização dos registos e da regularização de procedimentos, que pensava que primeiro teriam que pôr ordem na vida das pessoas, construir os equipamentos e infra-estruturas, nomeadamente espaços exteriores que ainda lhes faltavam antes de mexerem em estruturas, e era preciso fazê-lo agora com o apoio do movimento cooperativo e com o apoio dessa empresa municipal. -----

----- Por isso tinha dito, logo de início, que a proposta era moderada. Agora, se lhe perguntassem se era a primeira versão – foi uma questão que lhe foi posta – diria que não, que não era! Queria trabalhar ao longo deste mandato, se possível com esta versão. E dizia se possível neste caso como dizia também em relação à estruturação orgânica da Câmara! Este era o modelo com que queria trabalhar, como queria dizer, de modo muito claro em relação a privatizações, em relação a externalização, que não se importava de num ou outro sector fazer o que a oposição de agora fizera no passado, tentar algumas experiências piloto. Só que tinham tanto para fazer que não tinham tempo e não queria dispersar energias no campo da organização básica das infra-estruturas de algumas orientações que eram estruturantes para o desenvolvimento da cidade, continuação e reformulação. Isso ia-lhes ocupar tanto tempo que não tinham tempo agora para concessões de serviços. Como disse ali há pouco a Dra. Gabriela Seara, ficaria para o próximo mandato, quem estivesse à frente da Autarquia, a actual maioria ou outra logo se veria, trataria depois dessa opção. -----

----- Portanto, não era vontade da Câmara, neste momento e tanto quanto conseguia vislumbrar, proceder a essa externalização. -----

----- Disse, ainda, que aceitava a proposta do Deputado Municipal Dias Baptista no sentido de juntar a lista dos trabalhadores, mas aceitava-a à luz daquilo que tinha dito no início da intervenção: não por ter essa visão fixista, rígida, mas porque queria que as pessoas acreditassem que faziam esta reestruturação por causa da estrutura e da eficácia da Câmara e não por causa de tirarem esta ou aquela pessoa para porem outras. Portanto, aceitava perfeitamente que fosse junta à deliberação a lista dos trabalhadores que neste momento estavam ao serviço da LIS e a natureza dos vínculos que detinham com essa empresa. -----

----- Continuando, disse que há pouco não tinha referido uma empresa que era paradigma daquilo que também há pouco havia dito a propósito de uma alusão do Deputado Municipal Dias Baptista, a EMEL. Era uma empresa cuja existência se justificava plenamente, mas pensava que ela era o paradigma do que estava a dizer. O Deputado Municipal Dias Baptista referira: “ainda bem que perceberam que até nem é muito pesado”. Bom, ele pesado era, mas o principal problema do sector empresarial

do Município neste momento não era ser pesado, era não estar gerido com os resultados que pensavam que deveria ter, e nisso a EMEL era um paradigma. Portanto, até admitiam que se justificava a sua continuação, mas iriam tentar melhorar os seus resultados. -----

----- Por isso é que não foram para uma proposta mais reformadora, era mais moderada porque, de facto, diria que há que curar das feridas antes de dar o leite para crescer e antes de pôr outra dimensão que não o *small*. -----

----- Quanto ao *small is beautiful* disse que cada um tinha a sua opinião. Não tinha essa, era uma discussão que ficaria para outro lado. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, disse que se ia passar à fase de votação e que tinha um requerimento do Grupo Municipal do PCP para que a votação da proposta 492/2002 se fizesse ponto por ponto. -----

----- Antes, porém, proceder-se-ia à votação da proposta de aditamento, subscrita por todos os líderes dos Grupos Municipais, com excepção do PPM, e cujo teor era o seguinte: -----

----- Proposta de Aditamento à Proposta n.º 492/2002 -----

----- “No Ponto III -----

----- b) -----

----- Art.º 3º -----

----- 1. -----

----- a) A Gestão e conservação dos equipamentos culturais dos bairros históricos, bem como, independentemente da sua localização, dos teatros e cinemas, propriedade ou geridos pelo Município, designadamente do Teatro Municipal de S. Luiz, do Teatro Municipal Maria Matos, do Teatro Taborda, do Cinema São Jorge e do Fórum Lisboa neste caso, em coordenação com a Divisão de Apoio à Assembleia Municipal, para que seja respeitada a primazia absoluta da ocupação do Fórum, com as actividades da Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- Terminada a leitura, submeteu-a à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la por unanimidade. -----

----- Depois submeteu à votação a proposta 492/2002, ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, o ponto referente à extinção da EBAHL e à criação da EGEAC, com votos favoráveis do PSD e do CDS-PP, votos contra do BE, e a abstenção do PCP, PS e PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, o ponto referente à extinção da empresa LIS-Desporto, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PEV, BE e da Deputada Municipal Ana Sara Brito, do PS, votos contra do PCP e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, o ponto referente à EPUL e à Sociedade de Gestão Urbana, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PCP, PS e BE. -----

----- Por unanimidade das forças políticas presentes a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente às deliberações acabadas de tomar. -----

----- O PPM não tomou parte nestas votações por não se encontrar presente na Sala. ---

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em relação à LIS-Desporto, aqui na Assembleia e na Comissão de Educação, Desporto e Juventude, a que presido, fomos coerentes. Estudamos a situação e chegamos à conclusão, creio que todos na Comissão, que a LIS desenvolveu um trabalho importantíssimo, que levou a cabo uma política desportiva que servia, de facto, os interesses da população. E isto está a acabar em Lisboa! -----

----- Fizemos a proposta no âmbito da coligação, defendêmo-la nesta Assembleia, e por nós esta proposta de extinção não passava. Votamos contra e assumimos esse voto contra. -----

----- Tivemos aqui, em várias situações, o PSD a atacar a LIS porque roubava serviços ao Departamento do Desporto. Agora, nada dizia quanto à transformação da EBAHL que vai alargar e ficar com estruturas que eram da cultura. A isto o PSD nada diz! Que grande contradição! Então o que é que fica no Departamento que passa agora a Direcção Municipal da Cultura? -----

----- É este o entendimento? É esta uma visão clara e honesta da questão das empresas Municipais? Por amor de Deus!” -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária iniciada no passado dia 5 de Novembro. -----

----- Eram 21 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . -----

----- O PRESIDENTE -----